

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

LUANA SILVA DE SOUZA

**CONDICIONANTES DA CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FACULDADE
DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MARÍLIA.**

MARÍLIA

2015

LUANA SILVA DE SOUZA

**CONDICIONANTES DA CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FACULDADE
DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MARÍLIA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como forma de avaliação para obtenção de título de Mestre sob a orientação do Professor Doutor Jayme Wanderley Gasparoto. Linha 01 – Pensamento Social e Políticas Públicas.

MARÍLIA

2015

Souza, Luana Silva de.

**S729c Condicionantes da criação e desenvolvimento Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Marília / Luana Silva de Souza. – Marília, 2015.**

134 f. ; 30 cm.

**Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual
Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.**

Bibliografia: f. 124-129

Orientador: Jayme Wanderley Gasparoto.

1. Ciências sociais – Estudo e ensino. 2. Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Filosofia e Ciências - História. 3.
Ensino superior. I. Título.

CDD 378

**CONDICIONANTES DA CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CURSO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS DA FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS, E LETRAS
DE MARÍLIA.**

**DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador: Profº. Drº. Jayme W. Gasparoto – UNESP /Marília.

1º Examinador: Profº Drº José Geraldo A. B. Poker. UNESP/Marília

2º Examinador: Profº. Drº. Pedro Geraldo Saadi Tosi UNESP/ Franca

Marília, 08 de junho de 2015.

AGRADECIMENTOS

A Deus,

A todas as pessoas que de certa forma contribuíram para o desenvolvimento do trabalho. Um agradecimento sincero e muito especial ao professor José Geraldo Poker por estar sempre presente desde os tempos da graduação. À professora Célia Tolentino docente responsável pela disciplina de “Seminário de Pesquisa” pela compreensão e auxílio nos primeiros momentos da pesquisa, ao professor Luiz Antônio Francisco de Souza pela contribuição dada ao trabalho desde o projeto, qualificação e trabalho final meus sinceros agradecimentos e admiração.

Às grandes e queridas amigas Laís, Rosimara, Vanessa, Marina pela acolhida e convivência durante todo esse tempo.

A todos do escritório de Pós-graduação da F.F.C. Marília sempre prontos e dispostos a prestarem esclarecimentos e o auxílio necessário e, em especial à Larissa F. Cavalca.

Aos funcionários do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM) em especial a secretária Isabela e o Professor Coordenador João Batista Ernesto de Moraes por me receberem no acervo de pela disposição em ajudar. Aos funcionários do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM/UNESP) em especial a Pedro Mayer Bortoto por localizar e disponibilizar as entrevistas dos professores da faculdade de Marília.

À Professora Yoshiko pela gentileza de me receber em sua casa para entrevista. A Levi Bucalém Ferrari e Ovídio de Barros Sandoval pelas informações prestadas e pelos depoimentos.

Àqueles que sempre estiveram ao meu lado meu pai João Batista meu maior fã e entusiasta, minha mãe Nair meu porto seguro minha eterna alegria de viver, ao dois agradeço pelo apoio e liberdade para fazer minhas próprias escolhas e, Cauê Gomes Flor companheiro, com quem escolhi compartilhar a vida, obrigada pela força, compreensão, paciência, pela alegria e pela fé depositada em nós.

Ao meu orientador Jaime Gasparoto a quem admiro pela inteligência, pela sabedoria, paciência minha eterna gratidão.

A Capes pelo auxílio financeiro que viabilizou a realização desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem a intenção de analisar o processo histórico de constituição do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Para tanto consideramos dois processos dos quais acreditamos que esse curso seja resultante: primeiro o processo de expansão do ensino superior no interior do Estado de São Paulo (interiorização) que se deu via Institutos Isolados de Ensino Superior (IIES) e que teve nas Faculdades de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) uma forte expressão e, segundo institucionalização das Ciências Sociais nas universidades brasileiras que também se insere no processo de implantação e expansão das universidades em nosso país. Para o desenvolvimento desse trabalho tomamos como ponto de partida a noção de “campo científico” e “campo político” desenvolvido por Pierre Bourdieu, tanto no que diz respeito à formação das Ciências Sociais no Brasil como o processo de formação e expansão do ensino superior tendo como referencia seu desenvolvimento no Estado de São Paulo. O trabalho foi executado através da levantamento bibliográfico sobre o ensino superior no estado de São Paulo, sobre a formação da Ciências Sociais no país e ainda por meio de entrevistas do Projeto Memória da Universidade do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM/UNESP), de pesquisa documental no Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM) e no Acervo da Câmara Municipal do Vereadores da Cidade de Marília que abriga exemplares dos jornais Correio de Marília e o Diário de Marília.

Palavras-chave: ciências sociais; faculdade de filosofia, ciências e letras; ensino superior; institucionalização; instituto isolado de ensino superior.

ABSTRACT

This work intends to analyze the historical process of constitution of the Social Sciences of the Faculty of Philosophy and Marília Sciences. For both we considered two processes of which we believe that this course is a result, first the process of expansion of higher education in the state of São Paulo (internalization) which occurred via Isolated community colleges (IIES) and had the Faculties of Science and Letters Philosophy (FFCL) a strong expression and, according institutionalization of Social Sciences in Brazilian universities that also fits into the process of implementation and expansion of universities in our country. For the development of this work took as its starting point the notion of "scientific field" and "political field" developed by Pierre Bourdieu, both with regard to the formation of Social Sciences in Brazil as the process of formation and expansion of higher education has as a reference development in São Paulo. The work was performed by literature on higher education in the state of São Paulo, on the formation of social sciences in the country and also through interviews Memory Project at the University Documentation and Memory Center of UNESP (CEDEM / UNESP) documentary research in the Historical Documentation Center and University of Marília (CEDHUM) and the Collection of the City Council of the City Council of Marília which houses copies of newspapers from Marília, Marília Mail and the Daily.

Keywords: Social sciences; faculty of philosophy, science and letters; higher education; institutionalization; isolated institute of higher education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História

ABE – Associação Brasileira de Educação

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CASES – Coordenação de Administração do Serviço de Ensino Superior do Estado de São Paulo

CEDEM – Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista

CEDHUM – Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília

CEE – Conselho Estadual de Educação

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CESESP – Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo

CO/USP – Conselho Universitário da Universidade de São Paulo

DNE – Departamento Nacional de Ensino

FAFI – Faculdade de Filosofia

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FFCL – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

IES – Instituto de Ensino Superior

IIESs – Institutos Isolados de Ensino Superior

ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MESP – Ministério da Educação e Saúde Pública

PRP – Partido Republicano Paulista

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SAIES – Serviço Administrativo dos Institutos Isolados de Ensino Superior

SIIES – Serviço dos Institutos Isolados de Ensino Superior

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia

UDF – Universidade do Distrito Federal.

UnB – Universidade de Brasília

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

USP – Universidade de São Paulo.

DECRETOS E LEIS.

Decreto-lei nº 19.851 de 1931 – Dispôs sobre a criação do *Estatuto das Universidades Brasileiras*.

Decreto-lei nº 19.852 de 1931 – Dispôs sobre a *Organização da Universidade do Rio de Janeiro*.

Decreto-lei nº 19.850 de 1931 – Sobre a criação do *Conselho Nacional de Educação*.

Decretos 19.890 de 1931 e 21.241 – Dispunham sobre a *Organização do Ensino Secundário*.

DECRETO nº. 5.884, DE 21/04/1933 *Instituiu o Código de Educação do Estado de São Paulo*.

Decreto nº 64.085 de 11/01/1968 - *Definiu a implantação dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais no país*.

Decreto nº 42.697 de 22/11/1963 – Dispôs sobre a criação do *Serviço Administrativo dos Institutos Isolados do Ensino Superior*.

Decreto nº 47.087 de 11/11/1966 – Dispôs sobre o reconhecimento do *Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília*.

Decreto nº 46.891 de 11/10/1966 – Dispôs sobre o reconhecimento do Curso de Ciências Sociais e de Física da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro.

Decreto nº 47.775 de 22/11/1967 – Sobre a criação da *Coordenação da Administração do Sistema de Ensino Superior*.

Decreto nº 89.531 de 05/04/1984 – Regulamenta a Lei 6.888 sobre o exercício da profissão de sociólogo.

Lei. Nº 4.024 de 20/12/1961 – Fixou as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

Lei nº 7.940 de 07/06/1963 – Dispôs sobre a criação do *Conselho Estadual de Educação*.

Lei 2.956 de 20/01/1955 – Dispôs sobre a criação do *Sistema Estadual de Ensino Superior*.

Lei 2.633 de 20/01/1954 – Dispôs sobre o funcionamento do *Instituto Isolado Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba*.

Lei 2631 de 20/01/1954 – Dispôs sobre a criação do *Instituto Isolado Faculdade de Odontologia de São José dos Campos*.

Lei 1.390b de 20/12/1951 – Propunha a estadualização da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara.

Lei nº 3.781 de 25/01/1957 – Dispunha sobre a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

Lei nº 5.540, de 28/11/1968 - Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

Lei nº 5.692 de 1971 LDB – Fixa as diretrizes e bases para o Ensino de 1º e 2º Graus

Lei nº 6.888, de 10/12 de 1980, Dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo.

Lei nº 9.394, de 20/12 de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

Lei nº 952 de 30/01/1976 – Dispunha sobre a criação da Universidade Estadual Paulista.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.....	60
Tabela 2: Disciplinas do curso de Ciências Sociais da FFCL/Marília nos anos de 1964-1967.....	103
Tabela 3: Cursos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras criados entre os anos de 1957 a 1963.....	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Expansão do ensino superior no interior do Estado de São Paulo.....	16
Criação da UNESP.....	23
Desenvolvimento: formação das Ciências Sociais no Brasil, os primeiros estudos.....	24
Institucionalização das Ciências Sociais.....	25
Materiais e Métodos.....	29
Materiais.....	32
CAPITULO I - O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO - EXPANSÃO PARA O INTERIOR.....	34
1.1. Escolas e Institutos Isolados: marca do ensino superior no Brasil.....	34
1.2. Ensino superior no Estado de São Paulo – A Universidade de São Paulo.....	41
1.3. Expansão do Ensino Superior	48
1.4. Desenvolvimento Econômico.....	48
1.5. Expansão e Interiorização.....	50
1.6. As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.....	57
CAPÍTULO II - A FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE MARÍLIA.....	61
2.1. Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.....	61
2.2. Marília fundação e desenvolvimento.....	63
2.3. Marília e Educação.....	66
2.4. FFCL/Marília.....	68
2.5. O IIES - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.....	71
2.6. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - criação e oficialização.....	73

2.7. Os primeiros dirigentes.....	75
CAPÍTULO III - FORMAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA F.F.C.L DE MARÍLIA.....	89
3.1. Ciências Sociais – um campo de conhecimento e disciplina acadêmica.....	89
3.2. Formação das Ciências Sociais no Brasil.....	90
3.3. Especialização.....	94
3.4. O curso de Ciências Sociais da IIES-FFCL de Marília.....	98
3.4.1. Aspectos político-administrativos.....	100
3.5. A Reforma da Universidade Brasileira de 1968.....	111
3.6. Os primeiros anos de curso.....	112
3.7. O "Mestre Xidieh".....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124
ANEXOS.....	130

INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa é o resultado das investigações efetuadas ao longo dos anos de 2012, 2013 e 2014 no programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP-Marília, e, tem o objetivo analisar como se deu o processo de criação e desenvolvimento do curso de Ciências Sociais nessa faculdade quando ainda era um Instituto Isolado de Ensino Superior. (IIES).

No primeiro momento tínhamos a intenção de realizar um diagnóstico do curso de Ciências Sociais dessa Faculdade, tomando como referências os trabalhos de conclusão de curso (Monografias) e os trabalhos de Iniciação Científica, pretendíamos identificar quais as perspectivas teórico/metodológicas que vinham orientando o curso desde o momento de sua criação até os dias atuais.

No entanto, esse projeto se apresentou inoperante primeiramente pelo volume de trabalhos a ser analisados em um período de tempo que se mostrava insuficientes e o mais importante devido ao fato de não ser encontrarmos registros desses trabalhos nos primeiros anos da criação desse curso uma vez que o curso estabelecido no ano de 1963 surge com a proposta de formação de professores existindo apenas a modalidade de licenciatura, fato esse que confirmado em entrevista pela Professora Doutora aposentada Yoshiko Tanabe (1992: 2014), que nos primeiros anos de sua criação e desenvolvimento as atividades voltadas para a pesquisa ainda eram muito incipientes.

A grande maioria dos cursos criados nos IIES no interior do Estado entre os anos de 1950 e 1960 tinham o propósito de formar professores para atuarem nas escolas de ensino secundário, pois, se observava naquele momento um déficit nessa área por isso a grande maioria existir apenas na modalidade de licenciatura, fato esse também que justifica que uma parcela desses institutos tenha surgido sob a denominação de Faculdades de Filosofia Ciências e Letras.

Para que pudéssemos melhor desenvolver o trabalho delimitamos o objeto em um período de tempo que permitisse a execução do nosso trabalho, nesse sentido o trabalho está circunscrito em um período de tempo que data da criação dessa faculdade

em 1957 até os antecederem a criação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) da qual essa faculdade fará parte.

Portanto, o objetivo do trabalho foi identificar quais os condicionantes que vieram contribuir e ou interpor obstáculos à da criação e desenvolvimento do curso de Ciências Sociais na FFCL/Marília.

Embora tenha sido criado oficialmente quatro anos após o surgimento da FFCL/Marília podemos constatar que a intenção inicial era de que o curso de Ciências Sociais fosse instalado logo no primeiro ano de funcionamento da faculdade.

Esse fato pode ser comprovado na publicação “*Anais de 1959-1962*” redigido pelo professor Ataliba de Castilho¹ onde temos o relatório sobre os primeiros quatro anos de funcionamento da faculdade. Consta dessa publicação o relatório elaborado pelo Professor Doutor José Querino Ribeiro² ao então Governador do Estado de São Paulo Jânio da Silva Quadros sobre as medidas iniciais para a organização da faculdade na cidade de Marília dentre as muitas providencias a serem tomadas o Professor Doutor José Querino Ribeiro relata suas preocupações em relação aos cursos que deveriam ser instalados no primeiro ano.

O curso de Ciências Sociais entre outros cursos aparecem como possibilidades de instalação da nova faculdade e a viabilidade de instalação dos mesmos será objeto de análise primeiramente pelo Prof. Dr. Querino Ribeiro e posteriormente pelo Professor Doutor Pedro Sawaya que assume a direção em seu lugar. Dentre os principais fatores considerados Querino Ribeiro destaca a impossibilidade de se estabelecer plenamente a Faculdade – todos os cursos oferecidos por uma faculdade de filosofia ciências e letras - por falta de recursos financeiros e docentes no seu primeiro ano de funcionamento ao mesmo tempo em que se julgava igualmente ineficaz a oferta mínima de cursos para que não comprometesse o desenvolvimento pedagógico; outro fator levado em consideração foram os anseios da população local e das cidades vizinhas em relação à oferta de cursos,

¹ Professor Ataliba Teixeira de Castilho, responsável pela Cadeira de Filologia e Língua Portuguesa na FFCL/Marília a partir do ano de 1961, em substituição ao Professor Antônio Silveira Mendonça.

² O Professor Doutor José Querino Ribeiro era catedrático em Administração Escolar pela Universidade de São Paulo, foi indicado como primeiro diretor da Faculdade de Marília no ano de 1957, ficando no cargo por um breve período sendo substituído pelo Professor Doutor Michel Pedro Sawaya que assume o cargo de diretor da FFCL no ano de 1958.

para tanto foi elaborado no ano de 1957 o “Levantamento das preferências³” um inquérito onde os jovens da cidade e da região foram convidados a expor as suas preferências, em relação à oferta de cursos.

Levando em consideração essas questões optou-se inicialmente pela instalação dos cursos de Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais, Letras Neolatinas e Anglo-Germânicas no primeiro ano, mas, com a saída da direção do Professor José Querino Ribeiro o atual diretor Prof. Dr. Pedro Sawaya opta pela instalação dos cursos de Pedagogia, História e Letras Anglo-germânicas como forma de contenção de gastos e aproveitamento do corpo docente ficando assim engavetado por algum tempo o plano a instalação do curso de Ciências Sociais.

Portanto, a criação do curso liga-se a história da criação da Faculdade, fato esse de grande importância, uma vez que a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília⁴ inclui-se no processo de expansão do ensino superior no interior do Estado de São Paulo.

Expansão do ensino superior⁵ no interior do Estado de São Paulo.

A partir de 1940, intensificam-se iniciativas de instalação de escolas de ensino superior no interior do Estado por meio dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (IIES). Segundo a Professora Doutora Anna Maria Martinez Corrêa (2006) o auge desse processo será entre os anos de 1955-1965 período no qual foram criadas as catorze faculdades que viriam a compor a Universidade Estadual Paulista (UNESP).

A nossa hipótese é que o surgimento do curso de Ciências Sociais da faculdade de Marília resulte de dois processos presentes no contexto de consolidação da educação superior em nosso país, primeiro a criação do curso de Ciências Sociais da FFCL/Marília relaciona-se a expansão do ensino superior no interior do Estado de São Paulo que se deu via estabelecimento dos Institutos Isolados e que terá nas Faculdades

³ Essa estratégia de levantamento das preferências de cursos a serem instalados no interior do Estado fora sugerido pelo então Governador e, o Professor Doutor João Dias da Silveira Diretor nomeado do IIES- Rio Claro elabora um questionário que servirá de modelo para os institutos de Marília e Presidente Prudente.

⁴ Essa faculdade recebeu algumas denominações: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de 1959-1975 quando foi encampada pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; Faculdade de Educação Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação de Marília de 1976 à 1988 e Faculdade de Filosofia e Ciências de 1989 até os dias atuais.

⁵ Esta pesquisa refere-se à expansão do ensino público superior.

de Filosofia Ciências e Letras um capítulo importante para o seu desenvolvimento e, ainda que seu desenvolvimento foi influenciado pelo contexto consolidação/profissionalização do campo das Ciências Sociais a partir da década de 1960 com o surgimento dos programas de Pós-graduação e a intensificação do apoio de agências de financiamento à pesquisa que propiciará o surgimento de uma nova classe de profissionais (BONELLI, 1993). Nesse sentido então, entendemos que o desenvolvimento do curso de Ciências Sociais na FFCL/Marília é parte do que foi o processo de constituição de uma nova classe de profissionais que irão se formar dentro dos espaços acadêmicos e que ainda buscavam estabelecer/delimitar os espaços para a sua atuação.

Podemos dizer que esses dois processos – a criação do curso e o seu desenvolvimento – integram-se uma vez que a expansão do ensino superior em todo o Estado com a construção dos Institutos de Ensino Superior irá propiciar (posteriormente) o espaço institucional necessário ao desenvolvimento dos cursos de ciências sociais que vieram a surgir em especial o curso da FFCL/Marília.

Dentre os motivos que vieram causar um aumento no número de institutos de ensino superior no interior destacam-se a reforma na Educação Nacional de 1931 promovida por Francisco Campos durante o governo provisório de Getúlio Vargas que veio contribuir para o aumento no contingente de escolas secundárias no Estado, o aumento no número de escolas e de estudantes fez surgir a necessidade de contratação de um número maior de professores.

Existia, pois um déficit de professores atuarem nessas escolas secundárias como também um déficit de faculdades para a formação desses profissionais. A expansão das escolas secundárias fizera aparecer a necessidade de formação de profissionais encarregados de ministrar o ensino de várias disciplinas nas novas escolas do interior o que exigia a criação das faculdades de filosofia. (CORRÊA, 2006, p.18).

O processo de expansão do ensino superior público no interior do Estado de São Paulo inicia-se em finais dos anos de 1940 esse anos marcam o reestabelecimento dos direitos democráticos no país pós “Era Vargas”, a elaboração de uma nova Constituição Federal e de uma Constituição Estadual em 1946 que colocarão em pauta a expansão do ensino superior público gratuito e de qualidade.

Papel de destaque será atribuído à Assembleia Legislativa e aos seus Deputados na criação das escolas de ensino superior nas cidades do interior, pois, estes utilizavam a possibilidade de instalação dessas instituições como plataforma eleitoral fato esse ressaltado em várias pesquisas (DIAS 2005 2010; CORRÊA 2006; VAIDERGON 2005).

A partir da década de 1950 a expansão do ensino público superior paulista alcançará seus maiores resultados (CORRÊA, 2006), exemplo das primeiras iniciativas no sentido de expandir o ensino superior publico no interior do Estado foi dada pela Lei 1.390b de 20/12/1951 a qual propunha a estadualização da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, fundada no ano de 1923, essa faculdade foi criada pela iniciativa privada, mas, contou com a ajuda do poder público municipal, no entanto essa primeira tentativa de estadualização que se deu durante o governo de Lucas Nogueira Garcez (1951-1955) não teve êxito.

Embora houvesse interesses políticos na sua estadualização um fator de grande importância impediu que essa proposta se concretizasse, a interferência da Universidade de São Paulo (USP) representada em seu Conselho Universitário⁶ (CO) responsável por analisar a viabilidade das propostas de criação desses estabelecimentos no interior do Estado.

Segundo Dias (2010), esse Conselho não via com bons olhos a criação “desordenada” de estabelecimentos de ensino superior fora da capital do Estado. Dessa forma a estadualização dessa faculdade só veio a se concretizar no ano de 1955 quando no final do governo Lucas Nogueira Garcez por meio da Lei 2.956 de 20/01/1955 sobre a criação do Sistema Estadual de Ensino Superior tornou a estadualização dessa faculdade possível.

A partir de então a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara passa a ser mantida pelo governo estadual e, também por essa mesma lei passam a funcionar como institutos isolados mantidos pelo governo as Faculdades de Farmácia e Odontologia de Araçatuba (criada pela lei 2.633 de 20/01/1954) e a Faculdade de Odontologia de São José dos Campos (criada pela lei 2631 de 20/01/1954).

⁶ O Conselho Universitário da USP será substituído pelo Conselho Estadual de Ensino Superior (CEE) criado pelo Decreto 25.428 de 01/02/1956 e que tem suas origens na Lei 2.956 que criou o sistema estadual de ensino superior. Embora tenha vindo para substituir o CO em sua grande maioria os docentes ainda eram integrantes da USP

O ensino superior paulista viveu um amplo movimento de interiorização no final dos anos 50. A partir de iniciativas que articulavam interesses municipais e estaduais, elites e políticos locais imbuíram-se da missão de levar escolas superiores para a suas cidades e regiões, como parte de estratégias de alavancar seu desenvolvimento. (DIAS, 2010, p.222)

Embora como aponte Vaidergon (2005), o desenvolvimento econômico tenha sido um dos fatores que contribuíram para a instalação dos Institutos Isolados em determinados municípios, acreditamos que a esse fator podemos incluir também a capacidade de agenciamento político dos deputados na Assembleia Legislativa em favor de seus municípios.

Entre o final da década de 1940 até a década de 1960 foram muitos os pedidos encaminhados à Assembleia Legislativa para a criação dos Institutos nos mais distintos municípios do Estado (DIAS, 2010), então, como explicar a resposta positiva para alguns pedidos e a negação a outros. Parece-nos claro que não apenas a questão econômica interferiu nos pareceres positivos. No período do governo Jânio da Silva Quadros houve o maior número de pareceres favoráveis à criação desses institutos, um exemplo da agência desses deputados em favor de seus municípios foi a atuação do Deputado Aloísio Nunes Ferreira eleito em 1954 pela região noroeste do Estado região a qual inclui o município de São José do Rio Preto onde foi instalado no ano de 1957 uma Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.

Eleito Deputado Estadual pelo Partido Trabalhista Nacional, (PTN) Aloísio foi um dos maiores apoiadores da candidatura ao Governo de Jânio Quadros (que era totalmente favorável a criação de institutos de ensino superior) e, após a eleição pode gozar dessa influência para conquistar a instalação de um instituto isolado para a sua região eleitoral. Nesse sentido podemos observar como a criação desses institutos faz parte do jogo político, a atuação e influência desses deputados dentro desse campo específico.

Característica marcante do ensino superior no Brasil é o fato de ele se desenvolver por meio dos estabelecimentos do ensino superior isolados, Cunha (2007) no livro *A Universidade Temporã* aponta para esse fato na formação do ensino superior brasileiro e, refuta a ideia de que no Brasil a universidade tenha sido um feito tardio se comparado aos países de colonização espanhola que terão suas primeiras universidades

instaladas no momento de sua colonização⁷ para Cunha (2007), a ideia de que a criação da universidade no Brasil tenha se dado de forma tardia está ligada a ideia de que o ensino superior só poderia se estabelecer dentro dos limites de uma universidade, pois esta seria o motor do desenvolvimento material e intelectual de uma sociedade, daí os esforços de homens como Fernando Azevedo na mobilização para a criação de uma universidade que só veio a ser criada no Brasil no ano de 1909 já no período republicano.

Os cronistas do ensino superior no Brasil, especialmente Souza Campos (1940) e Fernando de Azevedo (1971), alinham as tentativas ou as ‘lutas’ pela criação de uma universidade no Brasil como parte de um esforço continuado de pessoas esclarecidas para organizar o ensino superior que só podia ser universitário, pela sua própria natureza. Não entendemos assim essas tentativas. Para nós ‘as lutas pela criação da universidade no Brasil’ são lutas diferentes de pessoas e grupos diferentes que, em momentos diferentes, buscaram instituições diferentes que de comum só tinham o nome de universidade. (CUNHA, 2007, p17)

Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo foi a denominação dada às escolas de ensino superior público, criadas a partir de meados do século XX, que não estavam ligadas a nenhuma universidade (CORRÊA, 2006, p.15). As escolas isoladas de ensino superior como aponta vários autores (SCHWARCZ 1979; FÁVERO 2000; DIAS 2003,2010), foi o modelo institucional que vigorou no país desde os primórdios da colonização e mesmo após a criação das universidades.

A história da criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior no interior do Estado de São Paulo delineia-se como um capítulo importante no processo de expansão do ensino superior no país e, um pouco dessa estória pode ser encontrado no Projeto intitulado: “*Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo. 1923-1976. Memória e História*” coordenado pela pesquisadora Professora Doutora Anna Maria Martinez Corrêa (2006) o qual compõe o Arquivo de História Oral da Memória da Universidade no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Esse projeto constitui-se de entrevistas realizadas com os docentes que fizeram parte dos Institutos Isolados que posteriormente (1976) vieram a compor UNESP.

Uma das formas pela qual os institutos isolados se desenvolveram no interior do Estado foram as Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, essas faculdades se

⁷ A primeira universidade criada na América foi criada em São Domingos no ano de 1538, em 1553 foi inaugurado no México a segunda universidade americana. Entre 1538 e 1822 os países da América espanhola contabilizavam aproximadamente vinte e sete universidades espalhadas nos mais diversos países Peru, Chile Argentina etc.

originaram da primeira FFCL da Universidade de São Paulo. Essa faculdade segundo Dias (2004, p.115), surge com a intenção de se tornar o centro integrador de todas as demais faculdades, escolas e institutos, mas, ao ser instalado no interior assume o caráter isolado: “[...] a transformação do perfil da faculdade de filosofia, ciências e letras, que uma vez retirada do centro da instituição universitária, produz uma outra identidade enquanto organismo isolado”.

Ainda segundo Dias (2004), o processo de formação do ensino superior no Brasil se deu sob a forma de três modelos institucionais, a saber: as escolas superiores isoladas que tem suas origens no modelo francês (ressaltando a dependência cultural francesa) ao mesmo tempo em que a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras será um modelo inspirado na universidade alemã. Esses dois modelos classificados pela autora como “clássicos” e o modelo reformado norte-americano que se fará presente no final dos anos de 1960. No processo de expansão do ensino superior no interior do Estado de São Paulo os modelos isolados e das FFCL em grande parte dos casos se conjugaram assumindo características específicas.

Entre os anos de 1957 e 1959 juntamente com o IIES-FFCL de Marília, as faculdades de Assis, Araraquara, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto serão criados. O grande número de escolas superiores que foram criadas nas décadas de 1940 e 1950 fará surgir a necessidade de criação de órgãos que pudessem organizar e regulamentar as atividades administrativo-pedagógicas (principalmente administrativas) nesses institutos dentre os quais:

- O *Conselho Estadual de Ensino Superior* foi criado em 1956;
- O *Serviço dos Institutos Isolados do Ensino Superior* (SIIES) em 1959;
- O *Conselho Estadual de Educação* (CEE) criado em 1963;
- *Coordenação de Administração do Serviço de Ensino Superior do Estado de São Paulo* (CASES) em 1967;
- *Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo* (CESESP) criada em 1969 na Secretaria da Educação passou a ser o órgão responsável pela administração geral dos Institutos Isolados.

Em um processo de reestruturação administrativa e curricular o CEE em 1963 irá deliberar sobre a criação do curso de Ciências Sociais no IIES-FFCL/Marília juntamente com os institutos de Araraquara; Presidente Prudente e Rio Claro. Entre

algumas das atribuições do CEE por meio de sua Câmara de Ensino Superior estava a de autorizar a criação de IIES, aprovar seus regimentos e ainda propor a criação de cursos em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961.

Assim como a Faculdade de Marília muitas outras cidades do interior do Estado de São Paulo conseguiram a instalação de IIES no caso de Marília e de outras cidades como já fora exposto esses Institutos se organizaram na forma de faculdades de filosofia, mas também houve um grande número de Institutos voltados para outras áreas de conhecimento⁸, as décadas de 1950 e 1960 marcam o momento de aumento na oferta de vagas nos cursos superiores em todo o país.

Houve segundo Cunha (2007b), um aumento expressivo de estudantes matriculados em estabelecimentos de ensino superior, segundo esse autor o crescimento médio anual de matriculados entre os anos de 1932 e 1945 era de 2,4% já no período de 1945 e 1964 passou para 12,5% de aumento de estudantes matriculados porcentagem que representa um aumento de mais de cinco vezes o número de matrículas.

Não faltaram projetos, na república populista, para ‘abrir as portas da universidade ao povo’, entre eles a extinção dos exames vestibulares e a duplicação das vagas nos estabelecimentos de ensino superior, ambos frustrados pelo golpe de 64. Mas, se persistiram entraves à admissão ao ensino superior de muitos que o procuravam, não deixou de haver melhoria nas oportunidades de escolarização, pelo menos para os que conseguiam ingressar em estabelecimentos federais, nos quais foi instituída a gratuidade a partir dos anos de 1950. (2007b, p.206).

Nesse período observa-se um movimento de urbanização proporcionado pelo aumento na população brasileira, movimento esse que segundo (DIAS, 2004, p.81) se inicia na década de 1940 e, tomando como base o Estado de São Paulo essa autora ainda ressalta a grande importância econômica que tiveram as cidades onde foram instalados os Institutos Isolados para a economia como “capitais regionais” nesse período: “[...] todas as cidades que vieram a receber estabelecimentos de ensino superior isolados dentro do escopo aqui apresentado, se não exatamente como capitais regionais, como integrantes de seu primeiro time”.

No Estado de São Paulo todo esse processo de modernização via desenvolvimento industrial foi o mais intenso, embora se observe um processo de

⁸ Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu; Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto; Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos; Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal e Faculdade de Música Maestro Julião.

industrialização maior na capital do Estado e nas cidades circunvizinhas, o processo de interiorização das atividades econômicas foi intenso com a instalação de grandes empresas nas cidades de médio porte. (DIAS, 2005). Consequência da industrialização foi o grande fluxo migratório interno, tanto das zonas rurais para as cidades quanto de pessoas vindas de outros estados consequentemente um aumento da população das cidades dentre as demandas que irão surgir a criação de escolas de todos os níveis para atender a população e dar sequência ao desenvolvimento das cidades.

A criação dos Institutos de Ensino Superior no interior do Estado de São Paulo acompanha a lógica de desenvolvimento alcançada por essas cidades. Todas as cidades que requisitavam a instalação de Institutos Superiores tinham como argumento principal o desenvolvimento econômico de suas cidades. O caso da cidade de Marília não seria diferente.

Criação da UNESP

O caso da criação da UNESP mostra-se como um caso distinto, criada em 1976, resultou da incorporação dos Institutos Isolados de Ensino Superior espalhados pelas cidades do interior do Estado de São Paulo:

(...) a UNESP não surge do projeto de universidade que a institui. Seu formato institucional é pensado e definido a partir de um conjunto de faculdades instaladas no interior do estado de São Paulo, em períodos diferentes a partir de 1923 e que já tinham, portanto, uma história consolidada. (DIAS, 2003, p.2).

Instituída a partir da reunião dos institutos isolados no interior do Estado esta se configurou em um formato distinto das outras Universidades públicas estaduais em São Paulo, segundo Dias (2003), tornava-se cada vez mais clara a impossibilidade de os IIES continuarem isolados, criados com a função de formação de profissionais da educação, em sua atual configuração seria praticamente impossível conseguirem se sustentar e desenvolver científica e administrativamente.

A proposta de criação de uma Universidade multicampi parecia ser o modelo que melhor se ajustaria àquela situação e que poderia propiciar aos antigos institutos uma melhor oportunidade de desenvolvimento científico e administrativo.

No ano 1975, o então secretário de Educação José Bonifácio Coutinho Nogueira enviou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo um Projeto de Lei nº539 de 24/10/1975 que instituía a nova Universidade. Poucos meses depois, o Projeto foi transformado em Lei nº 952 de 30/01/1976, instituindo a nova Universidade.

Desenvolvimento: formação das Ciências Sociais no Brasil, os primeiros estudos.

Antes da formação de um cenário propriamente científico das Ciências Sociais em nosso país, podemos observar presença de certa elite intelectual (médicos e advogados principalmente) que produzem reflexões sobre o país; em relação às questões ligadas a ciências sociais observa-se uma peculiaridade, o fato de os primeiros estudos aqui produzidos serem realizados por autodidatas, ou seja, pessoas sem formação nessa área de conhecimento específica (juristas, jornalistas, economistas) “durante praticamente um século, as Ciências Sociais se desenvolveram no Brasil cultivado por autodidatas, como, aliás, ocorria também na Europa”. (QUEIROZ, 1992, p. 387), ou ainda tomando como exemplo o caso específico da sociologia: “[...] A formação de investigadores das gerações mais velhas processou-se mediante recursos autodidáticos e, em menor escala, pela educação em centros universitários estrangeiros” (FERNANDES, 1977, p. 62).

Como aponta Antônio Candido (2006), no que diz respeito às Ciências Sociais, podemos observar a influência do Direito e das teorias evolucionista positivista, segundo Candido: “os juristas eram considerados os interpretes por excelência da sociedade”.

Vamireh Chacon em “*Formação das Ciências Sociais no Brasil*” (2008) irá identificar a importância das escolas de Direito para o desenvolvimento das Ciências Sociais: “As Ciências Sociais no Brasil começaram pelas suas primeiras faculdades de direito, as de Olinda-Recife e São Paulo [...]” (2008 p.11). Esse autor ainda ressalta a grande importância de Tobias Barreto e Silvio Romero e Gilberto Freyre para o desenvolvimento das Ciências Sociais.

Antônio Candido (2006), também irá ressaltar a importância de Tobias Barreto e Silvio Romero para o desenvolvimento das Ciências Sociais:

“Talvez a primeira manifestação do que seria Sociologia no Brasil durante quase meio século se encontre na ‘Introdução à História da Literatura brasileira (1881), onde Silvio Romero estabelece as diretrizes que orientam por muito tempo os estudos sociais no Brasil [...] mas o primeiro estudo teórico de certo vulto sobre a matéria (deixando de lado as repetições automáticas dos positivistas) foi possivelmente devido a Tobias Barreto e obedeceu –vale lembrar – a um critério negativista.”(Candido, 2006,p.273)

Após esse período denominado de autodidatismo (FERANDES 1977; QUEIROZ 1992; BASTOS 1998; LIEDKE FILHO 2005) e do desenvolvimento de estudos de caráter sociológico e social nas faculdades de direito as Ciências Sociais irão adentrar o espaço universitário.

Institucionalização das Ciências Sociais

Pela perspectiva da institucionalização das Ciências Sociais é possível perceber delimitação do um campo intelectual, da construção dos objetos de suas disciplinas, das temáticas que foram sendo abandonadas e daquelas que se desenvolveram e se consolidaram no tempo, materializando-se no que hoje são as Ciências Sociais brasileiras, ou seja, a formação de um campo científico específico (BOURDIEU, 1989). Segundo Bourdieu (1989), seria impossível empreender uma análise do campo científico que levasse em consideração apenas as determinações intelectuais desconsiderando a dimensão política envolvida.

Não há escolha científica do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, obtenção de reconhecimento de seus pares-concorrentes. (BOURDIEU, 1989, p.126).

No artigo “*Notas Sobre as Ciências Sociais no Brasil*” Renato Ortiz (2002), ao tratar do seu desenvolvimento ressalta a importância da criação da Universidade de São Paulo para a distinção da sociologia enquanto disciplina acadêmica. Segundo esse autor para que a sociologia ganhe *status* acadêmico é preciso que ela se diferencie da sociologia praticada anteriormente.

Até a década de 1940 a produção do pensamento sociológico no Brasil se fazia de um contexto em que a literatura, filosofia, discurso político e beletrismo se misturavam. Uma disciplina marcada pelo ecletismo e pelo ensaísmo, construída sobre o fundamento de afirmações genéricas que prescindiam de um trabalho sistemático de pesquisa. Na verdade, não existia ainda um espaço

específico, no interior do qual o saber sociológico pudesse autonomizar-se, ele se espalhava pelas escolas de Direito e pelos Institutos Histórico e Geográficos. A universidade moderna rompe com essa circunstância e secreta as condições materiais para o desenvolvimento de uma autonomia científica agora definida por outros parâmetros (ORTIZ, 2002, p.179-180).

No período de criação das primeiras Universidades as Ciências Sociais passarão a figurar em seus quadros acadêmicos. Os cursos de Ciências Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política fundada em 1933 e o curso de Ciências Sociais que estava integrado à USP criada em 1934 marcam o início do desenvolvimento intelectual e de conhecimentos produzidos diretamente dentro dessa área específica. Destacando-se o curso da Universidade de São Paulo (USP): “Nesses primeiros anos de formação sistemática em Ciências Sociais, a Universidade de São Paulo se destacou pela quantidade e qualidade dos pesquisadores diplomadas e de seus trabalhos”. (QUEIROZ, 1992, p.398).

No período de inserção das Ciências Sociais nas universidades podemos observar um destaque preponderante da Sociologia em relação à Antropologia e a Ciência Política o que denota o desenvolvimento desigual dessas disciplinas no âmbito das Ciências Sociais. E de forma mais enfática podemos notar a dependência da Antropologia em relação à Sociologia: “Penso não ser exagero usar como metáfora o fato de a antropologia ter se desenvolvido como uma ‘costela’ da sociologia então hegemônica”. (PEIRANO 2000 p.219).

Em relação a Ciências Políticas, Maria Cecília Spina Forjaz (1997), aponta a dificuldade da Ciência Política em se desenvolver institucionalmente devido à forte influência da escola paulista de sociologia: “a hegemonia e o caráter fechado da Universidade de São Paulo tornaram extremamente competitivo o processo de afirmação desses cientistas sociais, tendo produzido um debate intelectual bastante agressivo”.

Um fato que pode servir para trazer luz a esse processo de diferenciação e distanciamento em relação às três disciplinas que compõe o currículo das Ciências Sociais no país é o que Miceli (2001), aponta enquanto iniciativas de “regionalização” das Ciências Sociais nas décadas de 1940-50:

Ao contrário do que se passou em Minas Gerais, por exemplo, onde as disciplinas jurídicas e econômicas constituíam o cerne da formação acadêmica em Ciências Sociais, o currículo da faculdade paulista se nutria de uma alentada formação filosófica sobre a qual foi se erigindo progressivamente o predomínio

intelectual da disciplina sociológica [...] A maioria das iniciativas bem sucedidas no Rio de Janeiro ganhou impulso institucional sob a proteção de lideranças e círculos governamentais influentes. Esse enraizamento na máquina oficial não podia deixar de marcar o perfil das organizações assim constituídas, os horizontes doutrinários de seus integrantes, a agenda de preocupações, projetos e objetivos, enfim, imprimindo o selo de interesse político partidário sobre a mentalidade e a formação dos praticantes recém-recrutados para as novas disciplinas. [...] O Instituto Joaquim Nabuco (Recife) tendeu desde o início a operar como cooperativa de pesquisadores, letrados e intelectuais locais, unidos pela perspectiva de criação cultural inovadora sob a liderança de Gilberto Freyre. (MICELI, p.22-23; 25).

Podemos então perceber uma dispersão regional dessas disciplinas devido contexto social no qual esse curso estava inserido.

Em relação às Ciências Políticas e sua constituição como disciplina acadêmica Forjaz (1997), aponta o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj) e o Departamento de Ciência Política da Universidade de Minas Gerais (DCP-UFMG) como centros de desenvolvimento e intercâmbio tanto de intelectuais como de pesquisas. Ainda segundo a autora seu desenvolvimento institucional e intelectual acontece tardiamente se comparada à Sociologia e Antropologia.

Em contraposição à “escola paulista de sociologia” que sofre a influência da tradição europeia especialmente a francesa e alemã⁹, as Ciências Política será influenciada pela tradição norte-americana (escola de Chicago).

Outro fato importante a se ressaltar é que seu desenvolvimento institucional relaciona-se ao processo de formação do sistema de Pós-graduação nas universidades brasileiras e da criação de Agências de Fomento na década de 1960 (tanto no que se refere a incentivos governamentais CNPq, FINEP, CAPES e FAPESP ou ainda no que se refere a incentivos internacionais como a Fundação Ford¹⁰) e incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico.

No caso da Antropologia – que também terá seu desenvolvimento ligado à “escola paulista de sociologia” – será a partir do final da década de 1960 com a criação dos primeiros cursos de Pós-graduação em Antropologia que esta irá se firmar como “genuína ciência social” (PEIRANO, 2000, p.219).

Em relação a essa disciplina a autora faz uma distinção entre duas formas de fazer antropologia no Brasil; a primeira denominada de estudos canônicos ou clássicos

⁹ “Algumas cátedras do curso de Ciências Sociais, na Universidade de São Paulo, foram preenchidas por estrangeiros, a maioria dos quais provinha da Missão Francesa, enviada a colaborar no deslanche da nova entidade de ensino” 393. “A presença de professores alemães nas Instituições de Ciências Sociais em São Paulo talvez explique a influência acentuada de autores como Max Weber e Karl Mannheim, que foi muito marcada desde as primeiras turmas” 409

¹⁰ MICELI, Sérgio. “A Fundação Ford e os Cientistas Sociais no Brasil.” (2001c).

das sociedades tribais ou primitivas tal como eram realizadas nos centros europeus e se estende até o final dos anos de 1960; e o fazer antropológico após a criação dos Programas de Pós-graduação em Antropologia que segundo ela: “[...] à (nova) antropologia cabia enfrentar o mesmo desafio colocado na época aos sociólogos: analisar, compreender e, assim, transformar a sociedade brasileira” (p.221).

De maneira geral Antropologia e Ciências Políticas parecem ter se beneficiado com a política de criação dos Programas de Pós-graduação mais do que a Sociologia que nesse momento já estava consolidada como disciplina acadêmica, mas ao considerando as Ciências Sociais como um todo (Antropologia, Ciências Políticas e Sociologia) a criação dos programas de Pós-graduação que as Ciências Sociais irá se afirmar definitivamente no campo intelectual no país.

Ainda sob a perspectiva da institucionalização os estudos realizados pela pesquisadora Simone Meucci (2000), apontam a contribuição da disciplina da sociologia no ensino regular para a institucionalização das Ciências Sociais. A inserção da Sociologia no ensino secundário irá fomentar o desenvolvimento desse novo campo de atuação profissional, uma vez que a elaboração dos livros didáticos implica em um processo de definição e legitimação de conteúdos, autores e teorias que só poderia ocorrer em espaços específicos, ou seja, em instituições de ensino superior. Meucci (2000) aponta ainda o desenvolvimento de um mercado editorial de livros, coletâneas, dicionários etc. voltados à difusão do conhecimento sociológico próprios desse novo espaço social que estava se abrindo.

O curso de Ciências Sociais da FFCL de Marília irá surgir em um contexto político, econômico e social marcado por agudas contradições que culminaram com o golpe militar de 1964, e ainda nesse período é possível perceber uma mudança na perspectiva teórico-metodológica no curso de Ciências Sociais da USP e que irá se disseminar nos demais cursos criados no interior. Da época de sua criação o curso de Ciências Sociais da USP apresentava uma fisionomia rígida com predomínio de tóricas de cunho positivista e investigações de caráter empírico (VAIDERGON, 1995). Foi nesse período que os estudos sobre o marxismo até então feitos em um espaço extrauniversitário começaram a fazer parte do currículo dessa universidade.

Roberto Schwarz (1998), no artigo: *Um seminário de Marx* relata a participação de grandes intelectuais da FFCL da USP em um grupo de estudos acerca da obra *O Capital* de Karl Marx e que posteriormente iria adentrar ao espaço universitário.

Quando o seminário começou a se reunir, as figuras constantes eram Giannotti, Fernando Novais, Paul Singer, Octavio Ianni, Ruth e Fernando H. Cardoso. Com estatuto de aprendizes, apareciam também alguns estudantes mais metidos: Bento Prado Jr., Weffort, Michel Löwy, Gabriel Bolaffi e eu. A composição era multidisciplinar, de acordo com a natureza do assunto, e estavam representadas a filosofia, a história, a economia, a sociologia e a antropologia. Vivíamos voltados para a universidade, mas nos reuníamos fora dela, para estudar com mais proveito, a salvo da compartimentação e dos estorvos próprios à instituição [...] A fórmula deu certo e a geração seguinte montou um seminário de composição mais ou menos paralela, em 1963. Depois o costume entrou para o movimento estudantil, já no âmbito da resistência à ditadura de 64. (SCHWARZ, 1998, p2).

As discussões sobre as novas questões teóricas disseminaram-se pelas FFCL-IIES na mesma época em que os cursos estavam sendo criados não apenas esse curso passou a incluir as leituras de Hegel, Marx, Sartre, bem como elementos de Economia, que segundo Vaidergon (1995, p.173), teve um duplo sentido: [...] atualizar a formação geral (que se assemelhava à da USP) e entender melhor a realidade brasileira.

Portanto, o desenvolvimento do curso de Ciências Sociais da FFCL de Marília surge em um momento em que os primeiros cursos surgidos passam por uma mudança em seu referencial teórico, novos autores teorias e métodos de investigação da sociedade e o curso de Marília não deixaria de sofrer a influência dessas transformações.

Assim como o seu surgimento foi resultado das transformações ocorridas tanto no ensino superior como no campo das Ciências Sociais no país, desde a sua criação esse curso vem contribuindo para o debate sobre questões de grande importância nesse campo um exemplo foi o “*I Encontro de Docentes e Pesquisadores e Pós-Graduandos Negros das Universidades Paulistas*” realizado no ano de 1989¹¹; primeiro encontro que dará início a formação do Congresso de Pesquisadores Negros (COPENE).

Materiais e Métodos.

¹¹ O encontro teve como temática central “A Produção do Saber e suas Especificidades”. O evento superou as expectativas tanto por reunir intelectuais de outros estados do país com destaque para o pesquisador Milton Santos, quanto por possibilitar a visualização de uma produção acadêmica preocupada com a situação da população negra.

Para o desenvolvimento desse trabalho tomamos como ponto de partida a noção de campo científico e campo político desenvolvido por Pierre Bourdieu, tanto no que diz respeito a formação e expansão do ensino superior no interior do Estado de São Paulo como sobre a formação das Ciências Sociais no Brasil.

Segundo Bourdieu (1983), campo pode ser entendido como um conjunto de práticas que são interinfluenciáveis, esses espaços sociais caracterizam-se por manterem suas fronteiras bem definidas em relação a outros campos, mas, ao mesmo tempo estão em constante mudança, em parte devido à própria dinâmica interna, em parte pela influência externa de outros campos, cada campo cria leis próprias que regem a entrada, a permanência e a saída dos atores sociais.

Os campos são espaços regidos pelo conflito e pelas tensões, pois o que está em jogo é a produção da realidade social. “o próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse”. Segundo Bourdieu (1996), cada campo tem a sua própria história, ou seja, seus interesses próprios sendo esses interesses o que o delimitaria:

Essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo como um campo de forças, cuja, necessidade se impõe aos agentes que neles se encontram evolvendo, e como um campo de lutas no interior do qual os agentes enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura. (Bourdieu, 1996, p.50).

A partir da definição de campo e mais especificamente de campo político podemos compreender como se deu o processo de expansão do ensino superior no interior do Estado de São Paulo, como já assinalamos foi um empreendimento marcado pelos interesses que agentes políticos tinham em alcançar manter-se em seus postos na Assembleia Legislativa.

Segundo Bourdieu (1989), o campo político se configura por sua hierarquia interna há, pois, uma distribuição desigual das posições e de capital simbólico que torna possível distinguir na sociedade os “agentes politicamente ativos” dos “agentes politicamente passivos”. Esses dois tipos de agentes se distinguem pelo fato dos

primeiros possuírem o monopólio da competência social e técnica e os últimos serem desprovidos de competência técnica, despossuídos dos meios necessários à participação política. Fazer parte, adentrar ao campo social pressupõe uma preparação especial. “O desapossamento correlativos da concentração dos meios de produção de discursos ou de atos socialmente reconhecidos como políticos não deixou de aumentar à medida que o campo de produção ideológico ganhava autonomia (BOURDIEU, 1998, p.170)”. Capital político seria pois, uma expressão de capital simbólico legitimador do sucesso nesse espaço sempre concentrado em um pequeno grupo de agentes.

Sobre o esforço de Bourdieu em definir as especificidades do campo científico podemos entender como uma preocupação desse autor em definir as especificidades, da produção do conhecimento nas ciências sociais em relação a outras disciplinas. Reflexo dessa iniciativa percebe-se na obra “*Ofício de Sociólogo Metodologia da na sociologia*” (2007) publicada pela primeira vez na França no ano de 1968 na qual esse autor tenta definir os procedimentos lógicos da produção do conhecimento científico em ciências sociais. Segundo Ortiz (2003), uma das preocupações de Bourdieu foi com o processo de autonomização do campo científico, com destaque para as ciências sociais.

A partir dessa elaboração podemos dizer que as Ciências Sociais no Brasil se formam e se desenvolve sob uma dupla inscrição, primeiro, a preocupação com a definição de suas especificidades a serem alcançadas a partir dos procedimentos teóricos metodológicos e, em segundo lugar a produção de um conhecimento científico relativo à própria realidade brasileira, ou seja, as Ciências Sociais no Brasil enfrentam a complexa tarefa de produzir-se no Brasil ao mesmo tempo e que produz estudos sobre o Brasil.

Considerar esse espaço específico ocupado pelas Ciências Sociais brasileiras enquanto campo é considerá-lo enquanto um lugar de formação e transformação dessa ciência impulsionada por agentes sociais interessados em definir o que é Ciências Sociais no país. Definida estruturalmente por seu *capital específico* (ou capitais simbólicos como aponta Bourdieu), ou seja, aquilo que dá significado e legitimação ao campo esse espaço é marcado por disputas travadas pelos agentes sociais dentro de seus limites.

Apesar da teoria sobre o campo sugerir certa rigidez, a noção de *capital específico* contido dentro de um campo não se apresenta enquanto uma regra fixa, mas

sim enquanto uma regularidade. Bourdieu irá demonstrar que essas regularidades circunscritas a determinado “campo” acontecem devido a negociações e não de forma mecânica como em uma regra.

Dessa forma sua crítica alcançará a teoria *lévi-straussiana* clássica que para Bourdieu negligenciaria a subjetividade dos agentes sociais apontando apenas para a fixidez das estruturas.

Bourdieu refere-se à intencionalidade estratégica e prática dos agentes como a disputa constante de definição do *capital específico* em um determinado campo. Enquanto estratégia ortodoxa define a busca por conservação do *capital específico* vigente no campo e por estratégia heterodoxa a subversão, ou seja, o agente social por meio de suas práticas tenta não só por em cheque o *capital específico*, mas também introduzir novos capitais.

Materiais

Para a realização desse trabalho destacamos como fonte primária de pesquisa as entrevistas cedidas pelo Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) que fazem parte do projeto: *Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (1923-1976). Memória e História* coordenado pela pesquisadora Doutora Anna Maria Martinez Corrêa. Para esse trabalho utilizamos as entrevistas:

Eloísa Faria Scarabotolo, docente do Departamento de Ciências Sociais do IIES-FFCL/Marília realizada na cidade de Marília em 26 de março de 1992 e 27 de maio de 1992 pela Professora Leonor Tanuri.

José Roberto Amaral Lapa, docente do Departamento de História do IIES-FFCL/Marília realizada na cidade de Marília em 5 de maio de 1992 pela Professora Teresa Maria Malatian;

Massaud Maués, diretor do IIES-FFCL/Marília nos anos de 1960 à 1962 realizadas na cidade de Marília em 12 de novembro de 1992 pela Professora Tânia Regina de Lucca;

Yoshiko Tanabe, ex-aluna do curso de Ciências Sociais e docente do Departamento de Ciências Sociais do IIES-FFCL/Marília realizada na cidade de Marília em 03 de novembro de 1992 e 02 de março de 1993 pela Professora Leonor Tanuri.

Ainda os depoimentos concedidos pelo ex-aluno do curso de Ciências Sociais no período de 1964-1967 Levi Bucalém Ferrari, e o depoimento de Ovídio Rocha Barros Sandoval docente do departamento de Ciências Sociais na cadeira de Ciência Política no ano de 1964 e entrevista a nós concedida pela Professora Yoshiko Tanabe.

Todo o material acima citado diz respeito da criação do curso de Ciências Sociais do IIES-FFCL/Marília e sobre o ensino superior público no Estado de São Paulo. Utilizamos ainda bibliografia sobre a formação do ensino superior com ênfase em estudos sobre o ensino superior no Estado de São Paulo e, bibliografia referente a formação das ciências sociais no Brasil.

Esse trabalho divide-se nas seguintes partes: *Ensino Superior no Estado de São Paulo* - tem por objetivo apresentar a formação do ensino superior publico no Estado de São Paulo. Faz um retrospecto histórico sobre a formação do ensino superior no Brasil, destacando a principal característica qual seja o fato de ter se desenvolvido em estabelecimentos de ensino isolados. Esse capítulo ainda apresenta a expansão do ensino superior para o interior do Estado e a formação das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras inspiradas no modelo nascente na Universidade de São Paulo.

A Faculdade de Filosofia de Marília: esse capítulo irá resgatar o momento de criação da faculdade filosofia na cidade de Marília identificando nesse processo os fatores que vieram contribuir e interpor obstáculos à sua execução e ainda a primeiras iniciativas para a criação do curso de ciências sociais nessa faculdade e a atuação dos primeiro dirigentes.

A formação das Ciências Sociais no Brasil – esse capítulo irá tratar do processo de desenvolvimento das ciências sociais no país a partir da institucionalização do trabalho científico nesse campo.

Por fim o último capítulo *O curso de Ciências Sociais do IIES-FFCL/Marília:* por fim esse capítulo visa entender como se deu o processo de formação das ciências sociais relacionando-o tanto com o processo de expansão do ensino superior no interior do Estado.

CAPITULO I - O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO - EXPANSÃO PARA O INTERIOR.

1.1. Escolas e Institutos Isolados: marca do ensino superior no Brasil

Data do início do século XX as primeiras universidades criadas no Brasil, Universidade de Manaus (Escola Universitária Livre de Manaus) criada em 1909, a Universidade de São Paulo criada em 1912 e a Universidade do Paraná também criada em 1912, todas com um tempo de funcionamento curto¹². Discussão – clássica - sempre presente nos estudos sobre a formação do Ensino Superior é a questão da *Universidade Tardia*, ou seja, o fato de universidades terem sido criadas apenas no início do século XX e, quais as razões para esse fato. (CUNHA 2007; DIAS 2004; FÁVERO 2006; MENDONÇA 2000; TOBIAS 1977).

Alguns autores (MENDONÇA 2000; TOBIAS 1977) acreditam que o surgimento da universidade no Brasil aconteceu tardiamente se compararmos o Brasil aos países do continente americano de colonização espanhola. Tobias (1977), por exemplo, em “*História da educação brasileira*” aponta como negativo o surgimento tardio dessa instituição.

Somente depois de três séculos é que aparece, por tanto, a primeira Faculdade do Brasil e, somente depois de quatro séculos e pouco, em 1912, é que se cria a primeira Universidade Brasileira [...] Comparado com o ensino superior das três Américas, esta é uma das originalidades, então negativa, do ensino superior brasileiro. (TOBIAS, 1977, p.)

Em uma perspectiva contrária a respeito da história da criação e desenvolvimento do ensino superior no Brasil, e contrário à tendência de considerar o surgimento da universidade como um evento tardio em nosso país, Luiz Antônio Cunha (2007), ao investigar a gênese e o desenvolvimento do ensino superior no Brasil do período colonial até o período da chamada “Era Vargas”, justifica ao surgimento da Universidade no século XIX no Brasil como resultante do desenvolvimento do país.

¹² Cunha (2007) classifica essas universidades como *Universidades de vida Curta* pelo fato de terem funcionado por um curto espaço de tempo.

Para Cunha (2007), as razões que fizeram com que a universidade no Brasil aparecesse no início do século XX devem ser compreendidas como reflexo do processo de formação histórico-social do país que esteve por quase quatro séculos pautado nas relações colonialistas das quais começaria a se desvencilhar apenas com o surgimento da República.

Dessa forma, o surgimento e desenvolvimento do ensino superior no Brasil irá se expressar naquela que será a principal característica a formação em instituições de ensino isoladas: “A história do ensino superior brasileiro registra o Instituto Isolado como a forma mais frequente na preparação dos recursos humanos de nível superior, tendo precedido a universidade” (CORREA p.123, 1998).

A tendência a considerar o surgimento da Universidade no Brasil como evento tardio por alguns autores liga-se ao fato de entenderem a criação e desenvolvimento do ensino superior como sinônimo de Universidade, ou seja, de relacionarem como válidos enquanto ensino superior apenas a forma institucional representada pelas universidades: “Dessa forma todo ensino não universitário é visto como impróprio, já que a forma institucional universitária seria da própria natureza desse grau de ensino” (CUNHA 2007, p.16).

Embora haja consenso nos estudos sobre o ensino superior de que tenha havido resistências por parte de Portugal à criação da Universidade em solo brasileiro a fim de manter o controle ideológico, político e econômico sobre a colônia, como aponta a pesquisadora Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero:

Desde logo, negou-a a Coroa portuguesa aos jesuítas que, ainda no século XVI, tentaram criá-la na Colônia. Em decorrência, os alunos graduados nos colégios jesuítas iam para a Universidade de Coimbra ou para outras universidades europeias, a fim de completar seus estudos. (FÁVERO, 2000, p.)

Ou ainda:

Todos os esforços de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbra-se sinais de independência cultural e político da colônia (FÁVERO, 2000, p.18-19).

Cunha (2007) ainda irá apontar que Portugal não dispunha de recursos necessários para esses fins; o ensino superior no país, portanto, irá se desenvolver em

estabelecimentos (escolas e institutos) isolados de ensino superior, característica que permaneceu até os dias atuais.

Embora não houvesse as condições para a criação de uma universidade em solo brasileiro, houve a necessidade de criação de cursos superiores principalmente a partir do século XIX¹³. Nesse período, foram sendo criados cursos superiores destinados à formação de um quadro administrativo e militar até então inexistentes no país.

Destaca-se a criação de vários cursos que até então, no contexto colonial, não se faziam necessários. Alguns desses cursos serão criados nos estabelecimentos militares – Academia Real Militar criada em 1810 – como é o caso dos cursos de medicina, cirurgia e matemática voltada para a prática da guerra e os cursos de engenharia (construção, mineração química etc.) e ainda outros cursos foram criados como o de Agronomia, Arquitetura, Desenho técnico e também o curso de Direito. As primeiras Faculdades de Direito foram criadas no ano de 1827 nas cidades de Olinda e São Paulo: “As primeiras faculdades de direito surgiram para a preparação dos quadros políticos e administrativos do Império brasileiro.” (CHACON, 2008, p.11).

Além da criação dos cursos que tinham a função de atender as necessidades da burocracia do Estado e prestação de serviços à população, havia também a necessidade de cursos voltados para a formação de *bens simbólicos* com vistas a atender a necessidade de consumo da classe dominante:

Mas não só a burocracia do Estado nascente carecia de profissionais sistematicamente formados. Também necessitava deles a produção de bens simbólicos para o consumo das classes dominantes. Assim, é que, além dos novos cursos superiores militares e de Medicina, e dos antigos, de Filosofia e de Teologia foram criados cursos superiores de Desenho, História, Música. O curso de Arquitetura, sintomaticamente localizado na Academia de Belas Artes, também desempenhava a função de formar especialistas na produção de bens simbólicos (CUNHA, 2007, p.64).

Princípio gerador de distinção entre indivíduos de diferentes posições sociais os gostos e a possibilidade de acesso a determinado conjunto de bens culturais evidenciam a posição que ocupam os diferentes indivíduos no espaço social, como aponta Bourdieu (1983 p.82). O acesso a determinados bens simbólicos evidencia “a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” dentro dos

¹³ Segundo Schwartzman (2001), nesse período se inicia as primeiras iniciativas no campo da investigação científica no Brasil.

espaços sociais. A forma como vivem, ou o estilo de vida experimentado por diferentes indivíduos ou grupos expressam as condições materiais de existência, a posição que estes ocupam na sociedade.

O gosto, propensão e aptidão à apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objetos ou práticas classificadas ou classificadoras, é a fórmula generativa que está no princípio do estilo de vida. O estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou *hélix* corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da unidade de estilo que se entrega diretamente à intuição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados. (BOURDIEU, p.83-84).

O estabelecimento da corte portuguesa em solo brasileiro irá proporcionar o surgimento de um novo mercado de bens culturais. Juntamente com os membros da corte real, desembarca em solo brasileiro grande contingente de pessoas (funcionários, assessores, criados e integrantes da nobreza) habituadas a uma realidade diferente daquela encontrada em solo brasileiro estes irão se distinguir dos habitantes da colônia especificamente pelo estilo de vida trazido da Europa.

Segundo Bourdieu (1983 p.85), existe uma necessidade de diferenciação expressa no estilo ou estilização de vida; esta necessidade será mais ou menos expressiva dependendo da urgência em estabelecer uma distância com diferentes mundos, “pressões materiais e suas urgências temporais – distância que depende, ao mesmo tempo, da urgência objetiva da situação no momento considerado e da disposição para tomar suas distâncias em relação a essa situação”.

Outro fato importante nesse momento, como aponta (FÁVERO, 2006 p.21), será o surgimento das primeiras escolas superiores livres¹⁴, ou seja, escolas que não dependiam dos recursos financeiros e administrativos vindos do Estado. Em um contexto de transformações políticas e econômicas o ensino superior, nas primeiras décadas da República, será marcado por um processo de “desoficialização” do ensino superior causado entre outras coisas pelo aumento na procura por esse grau de ensino.

Segundo Fávero (2006), a “desoficialização” do ensino superior gerou, posteriormente condições para o surgimento de algumas universidades (livres no

¹⁴ *Constituição de 1891* possibilitou a criação de escolas superiores livres uma vez que, segundo seu artigo 34, autorizava a criação de escolas superiores não só pelo Congresso Nacional, mas também pelos Estados por meio de suas Assembleias legislativas.

começo do século XX - Universidade de Manaus, a Universidade de São Paulo e a Universidade de Paraná - todas elas como já ressaltamos de vida curta.

A primeira universidade oficialmente criada pelo governo federal será a Universidade do Rio de Janeiro em 1920, no bojo das discussões sobre os rumos do ensino superior no Brasil. Segundo aponta (FÁVERO 2000), a criação dessa universidade pode ser entendida muito mais como uma reação do governo federal à criação de universidades por parte dos governos estaduais sem um modelo didático administrativo pré-estabelecido do que de fato um anseio deste governo. Foi uma tentativa do governo federal de estabelecer um modelo universitário antes que os estados definissem seus próprios critérios.

Se, em um primeiro momento, a proposta de criação de uma universidade em solo brasileiro não foi aceita enquanto forma de manter o controle sob as terras “descobertas” (FÁVERO 2006) nos primeiros anos da República – período de expansão do ensino superior -, as tentativas de criação de instituições conhecidas como universidades serão fortemente rechaçadas por se acreditar que essas não representavam o momento de transformação política econômica e social na qual o país se encontrava. A influência das ideias de Auguste Comte nos primeiros anos da República irá contribuir para a recusa das universidades por considerar a Universidade um modelo atrasado passível de gerar privilégios e passível de sofrer influência da Igreja Católica.

Auguste Comte acreditava na “positividade da ciência”, ou seja, que seria possível a produção de conhecimento sobre a sociedade, baseada em evidências empíricas extraídas a partir da observação, da comparação e da experimentação.

Foi o responsável por forjar o termo “sociologia”, em uma tentativa de descrever uma nova ciência, que fosse capaz de explicar as leis do mundo social da mesma forma que a ciência natural explicaria o funcionamento do mundo físico. Para Comte a sociedade funcionaria a partir de leis invariáveis da mesma maneira que o mundo físico e, para sua explicação, a sociologia deveria aplicar os mesmos métodos científicos rigorosos que a física ou a química usavam no estudo do mundo físico.

A partir da crença no progresso humano Comte elaborou a lei dos três estágios¹⁵: *teológico* - que representava o estágio em que os pensamentos seriam guiados por ideias

¹⁵ GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

religiosas e pela crença de que a sociedade era uma expressão da vontade de Deus - *metafísico* – estágio que começaria a se desenvolver no período da Renascença no qual a sociedade passa a ser vista em termos naturais e não extraterreno, em que se busca explicar a “origem da vida” em termos naturais – e o *positivo* – iniciado pelas descobertas principalmente de Copérnico, Galileu e Newton neste estágio, os fatos seriam explicados segundo leis gerais de ordem inteiramente positivas. Segundo Antony Giddens (2005), as tentativas de explicação da sociedade por Auguste Comte irá refletir o contexto de mudanças no qual a França se encontrava no período pós-revoluções.

Comte estava profundamente consciente do estado da sociedade na qual vivia; ele estava preocupado com as desigualdades que iam sendo produzidas pela industrialização e com a ameaça que elas colocavam à coesão social. A solução a longo prazo, em sua opinião era a produção de um consenso moral que ajudaria a regular, ou a manter unida, a sociedade, a despeito dos padrões de desigualdade. (GIDDENS, 2005, p.28)

Logo, a sua preocupação formular uma Ciência que tivesse a capacidade de prever os fenômenos sociais e que pudesse agir sobre esses fenômenos de forma a estabelecer a ordem e o progresso da humanidade.

As ideias positivistas irão adentrar no Brasil a partir da segunda metade do século XIX¹⁶ no Distrito Federal, mais precisamente na Escola Militar de formação de oficiais para o exército brasileiro e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, ambas a continuação da Academia Real Militar criada em 1874 “Prosseguindo na tradição inaugurada pelo Cientificismo-Materialista do Marquês de Pombal, a Filosofia da Educação positiva encontra-se na escola, na política, nos meios militares [...]” (TOBIAS, J.A, 1987, p.124).

A ênfase nas ciências experimentais e matemáticas e a crítica à metafísica que perdurava nessas escolas desde a Reforma na educação do Marquês de Pombal vieram de encontro à ideologia positivista: essas duas escolas foram as primeiras a receber as ideias de Augusto Comte e posteriormente passaram a difundi-las.

Benjamin Constant tentou conciliar a ideia de Comte em sua reforma educacional de 1891, junto a Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes Benjamin

¹⁶O livro de Antonio Ferrão Muniz de Aragão “Elementos da Matemática” publicado em 1858 foi a primeira obra de orientação positivista, em 1876 foi criada a Sociedade Positivista do Brasil e em 1881 a Igreja e Apostolado Positivista do Brasil no Rio de Janeiro por iniciativa de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes. Também foram autores de vários livros sobre o positivismo em conjunto Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes publicaram a obra “O Apostolado Positivista no Brasil”. Miguel Lemos ainda publicou: “Pequenos Ensaios Positivistas”, “A Questão de Limites entre o Brasil e a Argentina”, “Ortografia Positivista” entre outros. Raimundo Teixeira Mendes publicou: “A propósito da liberdade dos cultos” (1888), “A política positivista e o regulamento das escolas dos exércitos” (1890), “A comemoração cívica de Benjamin Constant e a liberdade religiosa” (1892), “A liberdade espiritual e a organização do trabalho” (1902) e “A diplomacia e a regeneração social” (1908)

Constant foi um dos principais adeptos e divulgador dessas ideias no país. Por considerarem a Universidade um modelo atrasado passível de gerar privilégios e passível de sofrer influência da Igreja Católica os positivistas representados principalmente pelos militares serão contrários ao projeto de criação dessa instituição no Brasil.

A perspectiva de um desenvolvimento linear da história rumo ao progresso da humanidade através da Lei dos Três Estados em que se representava a saída de um estágio de atraso (teológico) até a o estado positivo próprio do pleno desenvolvimento humano irá impulsionar o projeto de instauração da República no Brasil.

Segundo a Lei dos Três Estados, o Brasil após a Independência e pelo final do século XIX era um país que estava saindo do estado metafísico e abandonado a Filosofia Cristã e a Filosofia, ao mesmo tempo em que ingressava no estado positivo, pois havia começado a aceitar o positivismo [...] O Positivismo, no Brasil, será contra a união da Igreja e o Estado, contra a monarquia, contra a Igreja Católica, contra o clero, porque os considera herança e representantes da antiga ordem. (TOBIAS, J. 1987, p.120).

Abandonar o estado metafísico e se livrar das influências exercidas pela filosofia cristã presentes nas universidades e adentrar no estado positivo. Nessa perspectiva a criação de uma universidade representava um retrocesso nos planos de desenvolvimento nacional.

Portanto, o ensino superior no país irá se consolidar de forma incontestável sob o modelo de escolas e institutos isolados e, principalmente a partir do século XIX, com caráter essencialmente profissionalizante – engenheiros advogados, médicos. Mesmo após o surgimento de outras universidades alguns anos mais tarde – Universidade de São Paulo e Universidade do Distrito Federal - o caráter de isolamento ainda estará presente uma vez que foram formadas da aglutinação de escolas e institutos isolados que foram criados anteriormente.

Mesmo a Universidade do Rio de Janeiro, criada por designação oficial em 1915 passando a funcionar em 1920, foi o resultado da justaposição de outras faculdades isoladas: “[...] a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características” (FÁVERO, 2006). Também no período da criação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), a pesquisadora Márcia Tosta Dias (2006) irá apontar para

o fato de que a maioria das universidades brasileiras teria sido criada pela aglutinação de escolas e institutos isolados que não mantinham entre si nenhuma integração:

O surgimento de universidades públicas no Brasil tem seguido um percurso bastante peculiar; poucas foram as que se originaram de projetos bem definidos, como produto de planos e políticas públicas concebidas com base em determinadas formas de enfrentar o desafio do desenvolvimento. Muitas foram se constituindo em torno de faculdades isoladas que se expandiam, agregando outras, até que o formato de universidades se apresentou como solução interessante, tanto em termos administrativos quanto acadêmico-científicos. (DIAS, 2006, p.35).

Portanto, o traço marcante do ensino superior brasileiro será o fato de se desenvolver sob a forma de escolas e institutos isolados. Mesmo com o surgimento das universidades, o caráter de isolamento ainda se fará presente nas universidades uma vez que, como aponta Dias (2006), grande parte das universidades será formada pela “aglutinação ou justaposição” das escolas, faculdades e institutos antes isolados como é o caso da Universidade de São Paulo criada em 1934 e que, em seu Estatuto no artigo 5º, pode ser observado: “As Unidades, que compreendem Institutos, Faculdades e Escolas, todas de igual hierarquia e organizadas em função de seus objetivos específicos, são órgãos setoriais que podem, a seu critério, subdividir-se em Departamentos”.

1.2. Ensino superior no Estado de São Paulo – A Universidade de São Paulo

A faculdade de Direito criada em 1827 foi a primeira instituição de ensino superior¹⁷ no Estado de São Paulo, como ressalta Chacon (2008), com o intuito de formar os quadros políticos e administrativos até então inexistentes, posteriormente essa faculdade juntamente com outras escolas e faculdades e institutos irão dar origem a Universidade de São Paulo.

A Universidade de São Paulo foi criada pelo decreto 6.283/34 e foi a primeira a ser criada a partir do *Estatuto das Universidades* de 1931. O projeto de criação dessa universidade enquadra-se dentro da perspectiva que irá considerar a universidade como

¹⁷ O primeiro curso superior criado em São Paulo, ainda nos tempos imperiais, foi a Faculdade de Direito (1827) mantida pela União. No final do século XIX, foram criadas a Escola Politécnica (1894) e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba (1899). No âmbito do ensino particular, foram criadas a Escola de Farmácia e Odontologia (1899) e a Escola de Engenharia do Mackenzie (1891). Nas primeiras décadas do século XX, foram criadas a Escola de Medicina (1912) pública e as particulares: Faculdade de Filosofia São Bento (1908), a Faculdade de Medicina Veterinária (1928), a Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae” (1933), a Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e a Escola Paulista de Medicina (1933), atual UNIFESP.

a forma por excelência de expressão do ensino superior, pois esta seria o motor do desenvolvimento material e intelectual de uma sociedade, daí os esforços de homens como Julio de Mesquita e Fernando Azevedo para a criação da Universidade de São Paulo (CUNHA, 2007).

Sua criação se insere em um momento de reestruturação da educação no país e, que o ensino fosse mais adequado à modernização, com ênfase na formação de uma elite intelectual, na formação de docentes para atuarem no ensino secundário e, na capacitação da grande população para o trabalho.

Os anos de 1920 e 1930 serão marcados por uma tendência ao aumento do controle federal – centralização – nos diferentes setores da sociedade. No campo da educação essa tendência irá se confirmar com a reforma promovida pelo primeiro Ministro da Educação do Governo Provisório, Francisco Campos, o objetivo dessa reforma era adequar a educação às novas diretrizes políticas centralizadoras que nutriam preocupações em desenvolver um ensino que fosse mais adequado à modernização do país.

Denominada de Reforma Francisco Campos¹⁸ (1931), esta dispôs sobre a expansão do ensino secundário; sobre a criação do *Estatuto das Universidades Brasileiras* e criação do ensino comercial. Segundo Schwartzman (2000, cap5 p.2), “Um novo interesse pela educação produziria não só mais escolas, mas também mais instituições, secretarias e até mesmo um ministério¹⁹ responsável pela educação - e, portanto mais poder e emprego para os intelectuais.”. Assim a Universidade de São Paulo irá surgir em um período de valorização da instituição universitária e de um projeto de formação de uma elite intelectual.

Para Simon Schwartzman (1979), que pesquisou a formação da comunidade científica, a criação dessa universidade representou o acontecimento mais importante na história da ciência e da educação no Brasil.

A nova universidade seria pública, leiga e livre de influências religiosas; deveria ser uma instituição integrada, não apenas um grupo de escolas isoladas. Seu núcleo central seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com professores estrangeiros. Ali haveria uma atividade de pesquisa confiada a uma

¹⁸ Esteve a frente do ministério da Educação e Saúde Pública, que posteriormente se transformaria no MEC (Ministério de Educação e Cultura). Foi integrante do movimento da “Escola Nova” e promoveu um conjunto de reformas no ensino que ficaria conhecido como “Reforma Francisco Campos” além dos decretos que dispõem sobre a organização do ensino secundário, comercial e ensino superior um dos pontos mais polêmicos dessa reforma foi a instituição do ensino religioso nas escolas de ensino público oficial – decreto 19.941 de 30 de abril de 1931 – reivindicação da Igreja Católica. Foi redator da Constituição outorgada de 1937 que instituiu o Estado Novo e tornou-se Ministro da Justiça durante esse período.

¹⁹ In: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>.

equipe de tempo integral, que trabalharia nas formas mais adiantadas da ciência, deixando os trabalhos práticos para as escolas profissionais. A universidade teria autonomia administrativa e acadêmica, destinando-se a criar uma nova elite que assumisse a liderança do país, superando o atraso e levando São Paulo de volta ao lugar que merecia como o estado líder da federação. (SCHARTZMAN, 1979, cap.5-p .26)

Segundo (SCHWARTZMAN, 2001; FÁVERO 2000; MENDONÇA, 2000; CUNHA 2007), o evento de criação da Universidade de São Paulo pode ser entendido como um ato de resistência do governo estadual e da elite econômica e intelectual paulistas ao governo federal após a revolução de 1932. Os defensores da criação de uma universidade estadual situavam-se entre a elite do Estado, ou seja, os membros mais influentes da elite intelectual, agrícola e industrial de São Paulo.

A pesquisadora Irene de Arruda Ribeiro Cardoso (1982) ao mapear o processo de criação da Universidade de São Paulo em seu livro “*A Universidade da Comunhão Paulista*”, situa esse processo como parte de um projeto político e ideológico levado a cabo pelos membros de um grupo de influência política em todo o Estado de São Paulo situado no jornal “O Estado de São Paulo”; Júlio de Mesquita Filho, Alcântara Machado, Raul Briquet, Fernando de Azevedo etc. É o momento no qual a “oligarquia liberal e industrial paulista” procura reconstruir nacionalmente uma nova hegemonia, a partir de uma política cultural, após ter sofrido duas derrotas sucessivas, a primeira em 1930 e a segunda em 1932. Após essa grande derrota seria preciso uma educação voltada para a formação política das elites e, a partir dessa formação, São Paulo seria exemplo para o Brasil.

A exposição feita por Cardoso (1982) evidencia a relação que se estabelece entre o “mito” de criação dessa universidade e o projeto político liberal democrático modernizador – princípios pelos quais havia sido proclamada a República - e, que este grupo estava disposto a defender através de estratégias e alianças.

Mito porque se trata de uma invocação que realça o espírito de liberdade (de pensamento, de ensino e de pesquisa) que teria presidido a criação da Universidade. Com ele, escamoteia-se que foi criada sob a ditadura de Vargas, quando Armando Salles Oliveira era interventor federal de São Paulo, nomeação que foi obtida através de compromisso com o ditador de que manteria o estado distante das articulações revolucionárias que estavam em andamento em 1933.

A pesquisadora aponta que embora persista a ideia de mito da criação dessa universidade, é preciso observar os traços autoritários de seus fundadores e que foram obscurecidos por uma ideologia liberal-democrática.

Omite-se também que quando da implantação da Universidade, e imediatamente após, durante os seus primeiros passos, os liberais estavam no auge do seu empenho anticomunista, fazendo aliança com setores mais intransigentes reacionários e, por isso, dando cobertura a toda a sequência de ações de Vargas (estado de sítio, estado de guerra, desrespeito a imunidades parlamentares, prisões perseguições arbitrárias e violentas) que vão culminar no Estado novo. E omite-se, que é o que mais interessa no caso, que durante esta época, da implantação e primeiros passos da Universidade, os liberais postaram-se contra a liberdade de pensamento e expressão, apontando para a necessidade de fiscalizar o que se ensinava nas universidades e escolas secundárias, o que publicavam os jornais e o que se editava em livros e revistas. (CARDOSO, p. 18).

A criação dessa universidade pode ser observada sob a luz da constituição de um dos conceitos centrais da sociologia de Pierre Bourdieu o de campo em uma de suas dimensões possíveis o campo político.

“A política é uma luta em prol de ideias-força”. Partindo dessa afirmação em que Bourdieu evidencia a essência do funcionamento do campo político podemos refletir sobre as tensões políticas que se instalaram no período de criação da Universidade de São Paulo que seria a expressão, e o centro de produção e disseminação das ideias desse grupo não só para esse Estado, mas, um projeto político para o Brasil.

Para Bourdieu (2011), a política não expressa apenas um reflexo das relações econômicas, nem como expressão de relações sociais para o bem comum, mas como um espaço dotado de regras e leis próprias, aberto ao conflito. Os interesses particulares nesse caso são apresentados, no campo político, como válidos para toda a sociedade.

Segundo Cardoso (1982, p.40), para esse grupo de intelectuais - liderados por Júlio de Mesquita Filho - a crise política que se instaura no país e mais e especificamente no Estado de São Paulo é o reflexo da decadência, da ingerência da deturpação da administração do atual grupo no poder – oligarquia cafeeira agroexportadora - que se deu após a implantação do regime republicano: “A decadência configura-se pela quase que completa ausência de uma elite, dotada de ‘visão política’ capaz de propor um projeto político para a nacionalidade”.

Em defesa de seus interesses, o grupo da “comunhão paulista” advoga um projeto político em que propõem a instalação definitiva de princípios democráticos da República e que, segundo estes teriam sido deturpados por aqueles que exerciam o poder. A relação entre interesse para o grupo e o interesse e geral é um dos elementos que constituem o espaço social denominado por Bourdieu (1999) campo político:

Assim, o fato de o campo político ser autônomo e ter sua lógica própria, lógica que esta no princípio dos posicionamentos daqueles que nele estão envolvidos, implica que existe um interesse político específico, não automaticamente redutível aos interesses dos outorgantes do mandato. (Bourdieu, 1999, p.199)

Bourdieu (1999) refere-se aos interesses específicos ao campo e que na maioria das vezes não condizem com os interesses daqueles que se espera que sejam destinados, de onde provem a autonomia desse campo, as ações dentro desse campo estão relacionadas principalmente com aqueles que fazem parte desse campo. O projeto político defendido pelo grupo da “comunhão paulista”, embora tenha a pretensão de se tornar legitimamente válido em um plano nacional, surge primeiramente como resposta ao estado de crise e controle por parte do governo federal.

E, como forma de realização do projeto de regeneração nacional em contraposição ao projeto autoritário, não deveria se bastar apenas em disputas e na ocupação de cargos políticos e administrativos, mas deveriam pautar-se na perpetuação dos princípios democráticos superiores, razão pela qual defendiam a criação de uma instituição de ensino superior a Universidade, instituição essa que pudesse ser o centro irradiador a cultura e das ideias por eles defendidas, formando assim uma elite intelectual responsável pela gestão política e, ainda promover a formação de professores habilitados para atuarem no ensino secundário.

É importante que se retenha que o controle da Universidade, por um determinado grupo, implica o poder de propor e reproduzir um determinado projeto político para a sociedade. É dentro desta proposição que a Universidade aparece como ponto nuclear do projeto da Comunhão. (CARDOSO, 1982, p.42)

A criação dessa universidade representou um importante momento da constituição política e das relações que se estabeleceram entre o grupo de intelectuais que se reuniam em torno do jornal “O Estado de São Paulo” em defesa da democracia e do liberalismo e, governo interventor representado na figura de Armando Salles de

Oliveira²⁰ - genro e sócio de Júlio de Mesquita no jornal O Estado de São Paulo – no governo do Estado de São Paulo. Essas relações que parecessem em um primeiro momento sem sentido Bourdieu (1999), possuem um significado compartilhado apenas por aqueles que fazem parte desse campo.

Outro aspecto importante sobre a criação dessa universidade diz respeito a sua formação estrutural-curricular que será formada a partir das disposições contidas no Estatuto das Universidades brasileiras de 1931.

A proposta de criação desse Estatuto veio de encontro com uma política reguladora que pretendia definir um padrão organizacional para as futuras universidades que viessem a surgir. Dentre os vários aspectos contemplados nesse Estatuto – modelo único; a autonomia didática; atribuições e responsabilidades do reitor; a organização da “comunidade acadêmica” e a criação da cátedra etc. - fato de grande importância foi a possibilidade de inclusão de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, na composição da unidade universitária:

Art. 5º A constituição de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências: I - congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras. [...]. (Decreto nº 19.851 de 11 de Abril de 1931)

A USP foi formada pela Faculdade de Direito, a Escola Politécnica a Escola Superior de Agronomia, a Faculdade de Medicina e Escola de Veterinária. O Instituto de Educação transformou-se em Faculdade de Educação e também passou a fazer parte da universidade (em 1938) e, outras novas escolas superiores foram criadas o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais e a Escola de Belas Artes e por fim como núcleo agregador a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras aos moldes daquele modelo idealizada na universidade alemã.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida como o "coração da universidade", seria o lugar onde se desenvolveriam "os estudos de cultura livre e desinteressada". Nela funcionaria uma espécie de curso básico, preparatório a todas as escolas profissionais, assim como para os seus próprios cursos. Lá os alunos estudariam as matérias fundamentais de todos os cursos, após o que se encaminhariam para as faculdades propriamente profissionais. Essa forma de integração dos cursos seria uma espécie de anteparo diante das tendências desagregadoras impostas pela crescente especialização do saber, capazes de

²⁰ Influente articulador político mesmo tendo se oposto a Vargas na Revolução Constitucionalista de 1932 devido a sua grande influência foi lhe concedido o cargo de Interventor civil e paulista.

atingir até mesmo o saber "desinteressado", cultivado na própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (CPDOC).

Para a criação dessa universidade, portanto e em especial a Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras (FFCL), foi indispensável a presença de profissionais vindos principalmente da França e a influência de profissionais estrangeiros em sua formação garantem a essa universidade a novidade inovação da produção do conhecimento científico.

Dos primeiros anos da criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, destacam-se a presença do historiador Fernand Braudel, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, o economista François Perroux, o sociólogo Roger Bastide e o sociólogo mais idoso, Georges Gurvitch, o filósofo Jean Maugué etc.

Sobre o recrutamento do quadro docente para a nova universidade, Fernando Azevedo teria grande importância na escolha do quadro docente que viria a compor a FFCL da USP. Azevedo veio a se destacar tanto em sua atuação política como, posteriormente, como docente da cadeira de Sociologia dessa faculdade.

Fernando Azevedo fez parte do grupo responsável por recrutar o quadro docente para a universidade, por acreditar não existir no Brasil homens com formação científica a altura desse novo empreendimento irá estabelecer contato com docentes na Alemanha, Itália e principalmente da França (MAZZA, 2004, p.28).

Figura de grande destaque no cenário da educação nacional Fernando Azevedo irá se tornar um dos protagonistas do movimento de renovação educacional que chegava ao Brasil em início do século XX a Educação Nova. Responsável pela reforma da instrução pública na capital federal já aos moldes da pedagogia nova irá se juntar com um grupo de intelectuais brasileiros na elaboração do documento intitulado *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932, o qual representa as aspirações desse grupo de intelectuais remanescentes da Associação Brasileira de Educação (ABE).

O Manifesto é proposto não apenas como uma 'bandeira revolucionária', mas como um 'programa completo de reconstrução educacional', a ser realizado pelas 'elites coordenadoras das forças históricas e sociais do povo no seu período crítico de evolução. (CARDOSO, 1982 p.109).

Trabalhou como jornalista, função essa, aliás, que lhe garantiu grande destaque no cenário nacional. Foi no cargo de jornalista do jornal *O Estado de São Paulo*, que Fernando de Azevedo produziu a pesquisa intitulada: *A instrução pública em São Paulo* posteriormente reeditado com o nome de *A educação na encruzilhada* no ano de 1926

onde produz um diagnóstico nada favorável da educação no país. Os resultados dessa pesquisa nada favoráveis à educação e, difundidos largamente contribuíram de maneira decisiva para a criação dessa universidade.

A importância da criação dessa universidade reside tanto em seus aspectos políticos que representa a objetivação de um projeto político defendido por um grupo em específico como também veio a contribuir para o desenvolvimento de um campo científico. A grande inovação nessa área estava, pois, no estabelecimento de padrões e normas científicas até então não observadas trazidas principalmente pelo grupo de profissionais vindos da França. (Schwartzman, 2001).

1.3. Expansão do ensino superior no interior de São Paulo

As primeiras iniciativas de implantação de estabelecimentos de ensino superior no interior paulista iniciam-se na década de 1920, no rastro das transformações trazidas pela crescente urbanização e pela gradativa mudança do padrão de desenvolvimento no sentido da industrialização (Dias, 2000).

Mas, o processo de expansão do ensino superior público no interior do Estado de São Paulo inicia-se em finais dos anos de 1940. Esses anos marcam o reestabelecimento dos direitos democráticos no país e o fim do Estado Novo e da era Vargas. A elaboração de uma nova Constituição Federal e de uma Constituição Estadual para o Estado de São Paulo irá propiciar o aumento de institutos superiores no interior do Estado. Contudo, será especialmente a partir da década de 1950, na gestão de Jânio Quadros como governador do Estado de São Paulo, que a expansão do ensino público superior paulista alcançará seus maiores resultados.

1.4. Desenvolvimento econômico

Como bem observamos, o surgimento da Universidade de São Paulo se relaciona a um projeto político ideológico defendido contra as imposições do governo federal; umas das razões que deflagram as reações desse grupo podem ser observadas nas relações econômicas.

Segundo Cardoso (1982) a crise política observada no Estado relacionava-se a ingerência da oligarquia cafeeira que atuava na defesa de seus interesses, que estava referendada pela política dos governadores que chegou ao fim com a intervenção do governo federal.

Quando atingiu quantidade tal que levou ao declínio dos preços do produto [café], a burguesia cafeeira dos principais estados produtores, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, utilizou seu controle sobre o aparelho do Estado e sua hegemonia sobre as demais frações das classes dominantes para promover a ‘valorização do café’. (CUNHA, 2007, p.141).

A crise econômica ocorrida no final da década 1920 provocada pelo excedente da produção de café abre espaço para uma diversificação agrícola e o desenvolvimento do setor industrial. Portanto podemos observar na historiografia econômica do Brasil que após a década de 1920 um processo de modernização da economia – principalmente no Estado de São Paulo – resultante da economia cafeeira. Segundo Cunha (2007), o desenvolvimento da cafeicultura e o capital acumulado por essa atividade criou as condições para o desenvolvimento das primeiras indústrias.

Os anos que antecederam a década de 1930 foram marcados por uma economia agrária exportadora de matérias prima e importadora de bens industrializados, até que as contradições geradas por esse desenvolvimento determinaram progressiva substituição de importação por produtos nacionais (CUNHA, 2005; DIAS 2004).

Especificamente no interior do Estado a atividade industrial centrava-se no processamento de produtos agrícolas como café, cana de açúcar, milho e de alimentos em geral como a produção leiteira, carne (bovina suína e aves) as indústrias de máquinas e implementos agrícolas e de construção e manutenção de ferrovias, indústrias têxteis e de calçados.

No Estado de São Paulo, a trilha aberta pela cultura cafeeira, no pós II Guerra Mundial passou a ser ocupada pelos anseios de interiorização do desenvolvimento. As políticas desenvolvimentistas intensificaram esse movimento com a expansão da atividade industrial, a mecanização da agricultura, a ampliação das vias de comunicação e o crescimento das cidades. Tornava-se necessário, criar condições para que florescesse, no interior do estado, a educação, a formação de profissionais, professores, cientistas nas várias áreas do conhecimento, estimulando o surgimento da cultura característica da cultura das sociedades modernas. (Dias, 2010 p.4).

Sobre a expansão do ensino superior para o interior tomamos o quadro mais amplo de fatores que compõem esse cenário, além do iminente avanço da industrialização, o crescimento populacional do Estado, os consequentes deslocamentos

de população das zonas rurais para as urbanas, efeito das mudanças no setor econômico irão contribuir para o aumento na demanda de formação superior. A criação da Universidade de São Paulo abrirá caminho para a criação de novas instituições de ensino no interior. Essa expansão irá legitimar-se legalmente pela Reforma de 1931 de Francisco Campos e na nova Constituição do Estado de São Paulo.

1.5. Expansão-interiorização

A expansão do ensino superior estadual paulista, passa por um amplo movimento de interiorização, sobretudo no final dos anos de 1950, a partir de iniciativas que articulavam interesses municipais e estaduais, lideradas por elites e políticos locais imbuídos da missão de trazer escolas superiores para suas cidades e regiões, como forma de alavancar o desenvolvimento. A Constituição Estadual de 1946 ofereceu condições legais à expansão, na medida em que tratava da necessidade de criação de universidades (Dias, 2004) juntamente aos dispositivos legais da Reforma de 1931 que contribuíram para o aumento de escolas secundárias e o ensino profissionalizante o que acarretou a necessidade de formação de profissionais para atuarem nessas escolas.

Segundo Castilho (2009), um dos motivos para a interiorização do ensino superior nesse Estado foi a demanda de uma clientela jovem que não tinha condições de concluir seus estudos na capital do Estado (USP), mas, que buscavam uma formação superior. Juntamente aos anseios dos habitantes dessas cidades por um espaço dedicado a conhecimento e a cultura vieram a se somar os interesses de políticos que representavam suas regiões eleitorais na Assembleia Legislativa do Estado.

Portanto, um dos principais dinamizadores da expansão do ensino superior estava ligada a questões políticas, a disputas no campo da política onde os interesses defendidos na Assembleia Legislativa do Estado poderiam não refletir necessariamente os anseios da população por eles representados embora fosse esse o mote das suas campanhas, pois como aponta Bourdieu (1999), os interesses específicos defendido pelos políticos não condizem exatamente ao interesses daqueles que os elegeram.

As primeiras escolas de ensino superior do Estado vieram a surgir no começo do século passado por iniciativas particulares ou dos governos municipais essas escolas de ensino superior que se instalaram no interior receberam a denominação de Institutos Isolados: “Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo foi a

denominação dada às escolas de ensino superior público, criadas a partir de meados do século XX, que não estavam ligadas a nenhuma universidade” (CORRÊA, 2006, p.15).

A história da criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior no interior do Estado de São Paulo delineia-se como um capítulo importante no processo de expansão do ensino superior no país e, parte dessa história pode ser observada no Projeto intitulado: “*Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo. 1923-1976. Memória e História*” sob a coordenação da pesquisadora Anna Maria Martinez Corrêa (anos) o qual compõe o Arquivo de História Oral da Memória da Universidade no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) constituído de entrevistas realizadas com os docentes e funcionários que fizeram parte dos Institutos Isolados que posteriormente (1976) vieram a compor UNESP.

Nesse projeto, docentes e funcionários entrevistados foram convidados a refletir sobre o processo de criação desses institutos desde aspectos técnico-administrativos, aspectos pedagógicos, as relações estabelecidas com os municípios onde foi instalado, o contato com a população da localidade, o contato com os outros Institutos, composição de quadro docente etc. no movimento de criação desses institutos no interior do Estado.

Sobre os motivos que propiciaram a expansão do ensino superior no interior do Estado apresentamos alguns motivos:

A já citada Reforma Francisco Campos de 1931 que além de incentivar a expansão do ensino superior também criou as condições necessárias para que o ensino secundário pudesse se expandir requisitando um número maior de profissionais da educação para atuarem nessas escolas. A reforma na Educação Nacional de 1931 promovida por Francisco Campos durante o governo provisório de Vargas veio contribuir para o aumento no contingente de escolas secundárias no Estado, os decretos 19.890 de 18/04/1931 e 21.241 de 14/04/1932 que dispunham sobre a organização do ensino secundário refletem as preocupações desse governo com a diminuição da taxa de analfabetismo e o maior acesso da população a esse nível de ensino.

Efeito dessa reforma foi um número maior de escolas e de estudantes que demandava um maior número de professores, existia, pois um déficit de professores formados nas diversas disciplinas para atuarem nessas escolas o que veio propiciar anos mais tarde a criação das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras com intuito de formar esses professores. “A expansão das escolas secundárias fizera aparecer a necessidade de

formação de profissionais encarregados de ministrar o ensino de várias disciplinas nas novas escolas do interior o que exigia a criação de faculdades de filosofia.” (CORRÊA, 2006, p.18).

Outro fator que veio a contribuir para a expansão foi a nova Constituição Estadual de 1947. Essa Constituição marca dois pontos importantes no desenvolvimento do ensino no Estado de São Paulo primeiro a possibilidade de criação de cursos universitários noturnos (Art. 23) e, ainda a gratuidade do ensino público oficial em todos os graus (Art. 118) junto a essa Constituição podemos destacar também a atuação – agência - dos políticos na Assembleia legislativa do Estado que advogavam a favor de seus colégios eleitorais requisitando para esse locais a criação de Institutos: “Na criação dos Institutos Isolados, os políticos locais, respaldados pelas comunidades dos municípios interessados, tiveram ação decisiva para a criação dessas escolas.” (CORRÊA, 2006, p.20). Houve um aumento significativo na década de 1940 do número de escolas secundárias e superiores no Estado em relação às escolas secundárias Dias apresenta o seguinte levantamento:

[...] em 1940, havia somente 41 ginásios estaduais no Estado de São Paulo - três na capital e 38 em municípios do interior. A partir de então, registra-se um progressivo aumento, fazendo com que em 1962 o número total desse tipo de estabelecimento de ensino seja de 561 – 96 na capital e 465 nos municípios do interior. (DIAS, 200..., p.86)

Todas as iniciativas de criação tanto de escolas secundárias como de instituições de ensino superior público passaram a depender da aprovação da Assembleia Legislativa dessa forma os deputados estaduais passaram como aponta Dias (2010) a ser o elo entre as aspirações de determinada localidade e a Assembleia legislativa ainda como aponta essa pesquisadora entre os anos de 1947 a 1958 foram registrados 998 projetos de criação de estabelecimentos de ensino no Estado e desses apenas 97 partiram do poder executivo estadual. O que denota a grande importância da atuação desses políticos na criação tanto de escolas secundárias como de institutos superiores.

Se por um lado a expansão do ensino superior pode se beneficiar da atuação política e dos dispositivos legais acima apontados essa expansão encontra limites que serão determinados pela Universidade de São Paulo através de sua Conselho

Universitário. A atuação do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo²¹ (CO/USP) órgão responsável em emitir pareceres sobre a viabilidade ou não da construção desses institutos, mas que segundo aponta Dias (2004) a USP exercia um “poder normativo”, pois enquanto única universidade existente deveria ser consultada sobre a criação de novas escolas superiores.

O resultado de tais pareceres explicitam a posição dos catedráticos da USP de não favorecerem a expansão do ensino superior no Estado, de não permitir a sua interiorização, pelo menos a partir da forma como estava sendo realizada. Assim, o debate acabou sendo dirigido, primeiramente na análise de mérito balizada pela USP, centrada no questionamento das reais condições que essas escolas teriam de ministrar um ensino de qualidade, amparadas por equipamentos, instalações, bibliotecas e professores adequados à empreitada. (DIAS, 2004, p.94).

Em seu artigo “*De dispersos a justapostos: uma solução de integração para os institutos isolados do ensino superior do Estado de São Paulo*” Dias (2010, p.223) irá analisar o primeiro projeto de integração desses institutos isolados em *Universidades Regionais* elaborada em 1966 pelos membros da Câmara de Ensino Superior. A pesquisadora aponta que uma das razões para que o CO/USP se mostrasse contrário à criação dos institutos era a forma como os projetos eram impostos sem um prévio planejamento respaldados apenas pela figura do político que o apresentava. Existia dessa forma um desconhecimento sobre as possibilidades e ou dificuldades de instalação desses institutos nas cidades requisitadas, o interesse dos deputados centrava-se apenas na influência que poderiam obter ao conseguir a aprovação de criação de um desses institutos.

Tratava-se muito mais de um jogo político, pois ao tentar através de seus pareceres negativos impedirem a criação desses estabelecimentos de ensino superior a Universidade de São Paulo poderia garantir para si além do monopólio de formação acadêmica dos jovens desse Estado também poderia garantir para si os recursos que seriam destinados à criação desses estabelecimentos.

Os rumos da expansão do ensino público superior paulista estavam então pautados pela forma como a Assembleia Legislativa, o Governador Jânio

²¹ Não era de competência direta do CO/USP interferir de forma direta na criação dessas escolas, mas devido ao fato de ser a única Universidade pública do Estado o poder público – Governador e deputados da assembleia legislativa- solicitava a colaboração dessa universidade na análise e assessoria dos projetos apresentados. Essa universidade emitia ou não um parecer de mérito sobre os projetos propostos. Esses pareceres tinham um peso muito grande, pois, além do fato de ser a única universidade pública do Estado essa universidade já havia alcançado o prestígio público atestado pela excelência na formação acadêmica. Por isso como aponta Dias (2004) esses pareceres teriam um poder normativo.

Quadros e os dirigentes da Universidade de São Paulo traduziam e encaminhavam um conjunto das tensões, expectativas e contradições sociais (DIAS, 2010, p.223).

Como aponta Corrêa (2006), estabeleceu-se uma relação conflituosa entre o CO/USP e o Governador Jânio Quadros (1955-1959). Jânio Quadros se mostrou receptivo à ideia de expansão do ensino no interior do Estado, enquanto os dirigentes da USP se mostravam contrários a maioria dos projetos apresentados.

No governo de Jânio Quadro (1955-1959) muitos obstáculos para a criação de escolas superiores foram removidos. A aceitação do governo fez-se mediante fixação de princípios como o de que essas escolas deveriam ser de alto nível e fundar-se em linhas renovadoras. Era preciso que elas representassem para os municípios a ação de agentes culturais capazes de proceder a transformações de largas proporções. (2006, p.19).

As iniciativas de criação dos institutos isolados nos municípios do interior representaram para o governo de Jânio Quadros a possibilidade de aumentar a sua influência na Assembleia Legislativa do Estado como o caso já citado da FFCL de São José do Rio Preto que foi instalada naquele município após seu representante o Deputado Aluísio Nunes ter apoiado a candidatura de Jânio Quadros à eleição para governador.

Tanto em um contexto nacional mais amplo sob o governo de Juscelino Kubistchek o seu Programa/Plano de Metas para o desenvolvimento econômico como no Estado de São Paulo com uma proposta de modernização ultraconservadora (DIAS, 2005) tinham na educação superior um ponto estratégico de desenvolvimento técnico científico voltado para a indústria.

Nesse período serão criadas seis faculdades de filosofia ciências e letras que José Vaidergon (1995) irá denominar em seu trabalho de doutoramento de as “As Seis Irmãs”, Araraquara, Assis, Marília, Rio Claro, São José do Rio Preto e Presidente Prudente todas criadas na gestão de Jânio Quadros no ano de 1957 - ainda nesse ano foi realizada a estadualização da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara criada pela iniciativa de Bento de Abreu Sampaio Vidal em 1923 – em seu trabalho Vaidergon (1995) aponta a relação existente entre o desenvolvimento econômico no interior do Estado e o surgimento dos estabelecimentos de ensino superior. Para esse autor nas cidades que foram implantadas as FFCLs, é possível observar o desenvolvimento econômico que veio a influenciar positivamente na instalação dessas faculdades.

As cidades onde as FFCLs-IIES foram instaladas no período de 1957-1958 têm algumas peculiaridades comuns. Em todas elas, por exemplo, há a presença marcante da linha férrea, meio de transporte que acompanhou e se identificou como o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo desde a segunda metade do século XIX. (VAIDERGON, 1995, p.131).

Mas, como já apontara Dias (2000), ao observar o processo de organização e funcionamento dessas faculdades embora tenham sido inspiradas na faculdade de filosofia da USP ao se instalarem em cidades de interior irão se distinguir do modelo criado naquela universidade “As FFCLs eram essencialmente faculdades de Letras e de Pedagogia e não de Filosofia e, muito menos de Ciência”. E isso decorreu das dificuldades originadas da falta de planejamento político econômico acadêmico científico por parte daqueles que requisitaram a instalação dessas faculdades e que logo se fez sentir, o isolamento – grande distância entre os institutos e também em relação a capital - também se constituía em um problema.

Como aponta Corrêa (2006), a estrutura administrativa desses institutos era bastante simples quando do surgimento, mas foram adquirindo complexidade à medida que se consolidavam. O diretor da faculdade, por exemplo, era a figura de maior importância e era nomeado diretamente pelo Governador estadual e, esse diretor na grande maioria das vezes era um docente da USP.

A atuação dos primeiros diretores teve importância fundamental no estabelecimento do perfil daquelas escolas. O tipo de administração que se inaugurava adquiriu feição especial uma vez que, como foi acentuado, ao diretor era conferida a ampla autoridade. Ele era, fundamentalmente, a autoridade local que dialogava de forma direta com o governador. (Corrêa, 2006, p.28).

O diretor dos institutos então era uma pessoa de confiança escolhida pelo próprio Governador, e embora, tivesse autonomia para deliberar sobre as questões relativas a seu instituto era o Governador e as Entidades por ele criadas quem davam os pareceres finais. O grande número de escolas superiores que foram criadas nas décadas de 1940 e 1950²² fez surgir a necessidade de criação de órgãos que pudessem organizar e regulamentar as atividades administrativo-pedagógicas (principalmente administrativas) nesses institutos:

²² Entre as contribuições para o desenvolvimento do ensino superior e o incentivo à pesquisa nesse período se destacam as iniciativas públicas de criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica em 1947, e em 1951 o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPQ) e a Campanha Nacional do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), posteriormente chamada de Coordenação de Pessoal de Nível Superior.

- O *Conselho Estadual de Ensino Superior* foi criado em 1956 no Governo de Jânio Quadros, esse órgão foi criado para atuar na supervisão das atividades administrativas e didáticas nos institutos isolados.
- O *Serviço dos Institutos Isolados do Ensino Superior* (SIIES) criado pelo governo estadual em 1959:

[...] com objetivo de oferecer suporte administrativo mínimo, tal como examinar e classificar processos referentes às Faculdades, organizar arquivos, preparar informações e pareceres e manter a comunicação entre as várias áreas envolvidas. O Serviço funcionava junto ao Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios da Educação. Em 1963, foi remodelado, recebendo o nome de Serviço Administrativo dos Institutos Isolados. (DIAS, p.225, 2010).
- O *Conselho Estadual de Educação* criado em 1963, para dar cumprimento a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61) na gestão do Governador Adhemar de Barros. Uma das seções do conselho era a *Câmara do Ensino Superior* responsável pela coordenação dos Institutos Isolados: “Tal Câmara analisava, emitia pareceres, recomendava ou não a contratação de docentes, a estrutura curricular de cursos, a ampliação de outros e sobre a criação de novos estabelecimentos de ensino superior” (DIAS, 2010, p.225). Esse órgão também passou a emitir pareceres sobre a criação de Institutos Isolados no lugar do CO/USP.
- *Coordenação de Administração do Serviço de Ensino Superior do Estado de São Paulo* (CASES) criada em 1967, era um órgão de assessoramento da Secretaria da Educação “A CASES apresentará assistência técnica ao Conselho do Ensino Superior todas as informações e serviços de sua competência que lhe forem solicitados” (...) este era um órgão de assessoramento da Secretaria de Educação e passou a funcionar no lugar do Serviço Administrativo dos Institutos Isolados.
- *Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP)* criada em 1969 na Secretaria da Educação passou a ser o órgão responsável pela administração geral dos Institutos Isolados, surge com o objetivo de centralizar e padronizar as decisões administrativas que deveriam ser tomadas em relação a todos os Institutos. Era também um espaço onde poderiam se reunir os diretores de todos os institutos para discutirem as suas demandas, segundo Corrêa (2006)

“[...] essa coordenadoria representou do ponto de vista administrativo a instituição que precedeu a reitoria que iria surgir com a criação da UNESP”.

A partir da Constituição de 1967, o Governador de São Paulo, Abreu Sodré, deu início a uma reforma administrativa que prosseguiu até 1969 atingindo os Institutos Isolados de várias formas, notadamente da perspectiva administrativa. A criação da CASES – Coordenação de Administração do Sistema de Ensino Superior, em 1967, órgão administrativos vinculados à Secretaria de Educação, surge como tentativa de aglutinar os Institutos Isolados, em torno de procedimentos normativos comuns. Estes, de certa forma se aprimoraram em 1969 com a chegada da CESESP – Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo [...]. (DIAS, 2010, p.233).

Muitos dos Institutos Isolados foram sendo incorporados às Universidades que surgiram devido a inviabilidade de se manterem isolados como é o caso as Universidade Estadual de Campinas (Unicamp²³) em 1966 ou ainda pela Universidade de São Paulo, mas o caso mais emblemático foi o da incorporação dos catorze institutos que integrariam a UNESP.

1.6. As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLs).

Uma das formas²⁴ pela qual os institutos isolados se desenvolveram no interior do Estado foram as FFCLs tendo como referência a primeira FFCL criada na USP. Nessa universidade tal faculdade surge com a proposta de tornar-se um núcleo integrador das demais faculdades e institutos, no entanto, no interior do Estado essa faculdade aparece como uma instituição isolada, fragmentada. Dias (2004, p115-116) aponta o processo de diferenciação que veio ocorrer entre a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP e as Faculdades de Filosofia instaladas no interior.

O pioneirismo da FFCL da USP e o requinte que se tentou imprimir na sua fundação de modo a garantir a interação das partes num sistema organizado e mutuamente interrelacionado, tendo como base essa instituição, pode ter inspirado àquelas que surgiram no interior, mas na origem, só por estarem isoladas já tomavam elas, outra dimensão institucional. Um segundo fator de diferenciação diz respeito ao tipo de formação oferecida que, a partir de

²³ Um outro passo decisivo no processo de interiorização do ensino superior público, foi dado fora do sistema isolado, com a criação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, em 1962, que inicia suas atividades em 1966. Seu núcleo de origem foi a Faculdade de Medicina de Campinas, surgida em 1963, após longa campanha deflagrada por setores da sociedade local.

²⁴ Também tiveram destaque no processo de interiorização do ensino superior as Faculdades de Farmácia e Odontologia como foram os casos das Faculdades de Araraquara, São José dos Campos e Piracicaba e a Faculdade de Odontologia de Bauru; as Faculdades de engenharia de Guaratinguetá, São Carlos; as Faculdades de Medicina e Ciências Médicas de Ribeirão Preto e Botucatu respectivamente e outras que foram criadas nas décadas de 1940 e 1950.

decisões institucionais tomadas, podia variar de especialistas e pesquisadores em ciências básicas, a profissionais liberais e professores.

O caráter individualizado desses institutos permitiu que cada uma dessas faculdades quando instaladas no interior tivesse suas próprias características, tanto na oferta de cursos, na organização acadêmica quanto em relação aos procedimentos administrativos.

Sobre as origens do modelo universitário adotado pela Universidade de São Paulo e depois difundido por todo o interior a pesquisadora Márcia Regina Dias Tosta em sua tese de doutoramento (2004) ao tratar do processo de criação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) tomando como referencial para sua análise a gestão administrativa universitária e as transformações sofridas no ensino superior paulista faz a distinção entre os modelos institucionais de ensino superior existente.

Dias (2004), irá demonstrar quais modelos influenciaram o ensino superior em nosso país modelos “clássicos” surgidos na Europa: o modelo institucional alemão e o modelo institucional francês e, posteriormente o modelo reformado americano vieram a vigorar em nosso país: a escola isolada, as faculdades de filosofia ciências e letras e a universidade segundo Dias (2004), a cada um desses modelos correspondeu etapas e formas específicas de constituição de políticas públicas para do ensino superior em nosso país a partir de um conjunto de interesses e expectativas.

As duas tradições universitárias em questão difundiram-se entre nós a partir de dois formatos institucionais específicos: o formato isolado é associado à influência francesa, própria ao período bonapartista, e aquele referente à universidade como produto da reunião orgânica de diferentes faculdades e institutos, no qual a faculdade de filosofia, ciências e letras atua como núcleo congregador, articulador das atividades de ensino e de pesquisa, associa-se à influência alemã. (DIAS, 2004, p.20-25).

O primeiro modelo de ensino superior que veio a vigorar no Brasil e que se tornara marca importante do ensino superior foi o modelo francês²⁵. Característica dessa política educacional para o ensino superior na França foi o fato de este assumir um caráter minimalista (desmonte das universidades e organização dos cursos superiores

²⁵ Dias (2004), irá ressaltar a condição um tanto quanto paradoxal, no fato de a corte portuguesa instalada no Brasil reproduzir não só um estilo de vida francês, mas principalmente as propostas educacionais de Napoleão Bonaparte elaboradas para o ensino superior. Simon Schwartzman (2001) ao investigar a formação da comunidade científica no Brasil nos dá uma pista sobre a grande influência que a cultura francesa teve em outros países. Segundo Schwartzman (2001, cap. 2, p.4) a França havia se tornado no início do século XVIII o grande centro irradiador da ciência internacional devido ao fato de ter havido ali um movimento cultural e intelectual em torno da ciência conhecido como Iluminismo as ideias fomentadas durante esse período de transformações sociais na França irão alcançar um grande número de países. Segundo Schwartzman o progresso alcançado pela ciência empírica viria provocar em toda a Europa.

em Academias) utilitário com a função de “[...] subsidiar o Estado e a sociedade pós-revolucionária com quadros profissionais capacitados a restabelecer a ordem ao país; controlar politicamente a sua formação de acordo com a nova situação social; e impedir o surgimento de outras corporações profissionais”.

Sobre o modelo institucional alemão faz Faculdade de Filosofia (ou Educação) Ciências e Letras que passou a vigorar no país a partir da criação da Universidade do Distrito Federal e a Universidade de São Paulo a sua instituição está relacionada ao projeto de transformação do ensino superior, pois como já ressaltamos a universidade era nesse momento a representação das ideias de liberdade e cientificidade inovação desejada para o país. Sua criação foi referendada pelo Estatuto das Universidades.

Dentre os vários aspectos contemplados nesse Estatuto – modelo único; a autonomia didática; atribuições e responsabilidades do reitor; a organização da “comunidade acadêmica” e a criação da cátedra etc. - fato de grande importância foi a possibilidade de inclusão de uma Faculdade de Educação Ciências e Letras na composição da unidade universitária:

Art. 5º A constituição de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências: I - congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras. [...]. (Decreto nº 19.851 de 11 de Abril de 1931)

A instalação de uma Faculdade de Filosofia tinha o propósito de constituir um centro de ligação entre os outros institutos escolas e faculdades além de funcionar como um órgão de alta cultura e ainda poderia se transformar em um instituto de Educação para a formação de professores para o ensino normal e secundário.

Segundo Dias (2004), esse novo modelo de universidade irá surgir a partir de 1808 na Universidade de Berlim, quando se deu a transferência da Universidade Real de Halle no ducado de Magdebourg, para Berlim. O território onde estava localizada a Universidade Real deveria ser entregue à França como exigência do tratado de Paz de Tilsitt²⁶. O novo modelo de universidade deveria contemplar a formação científica objetiva e subjetiva tornando-se um espaço de produção do conhecimento científico de fato e, ainda contemplar o exercício da filosofia.

²⁶ Tratado que estabelecia acordo de paz e coalização entre França Prússia e Rússia em 1807, após derrota do exército prussiano liderado por Guilherme 3º rei da Prússia. Tilsit cidade localizada na Prússia (atualmente território pertencente à Rússia) e que, segundo esse tratado passaram a integrar o reino da Vestfália, governado pelo irmão de Napoleão Bonaparte.

O antigo modelo que estava em vigor com as faculdades de Teologia, Direito, Medicina e Filosofia deveria dar lugar a um novo modelo, pois se acreditava que por terem sido criadas pelo estado as faculdades de Teologia, Direito e Medicina permitiriam a presença e influencia do Estado. O novo modelo teria como núcleo agregador a faculdade de filosofia:

Seria não somente a primeira como também a soberana, na medida em que todos os membros da universidade teriam as suas raízes nela. O aluno ingressante não poderia dirigir-se desde logo às faculdades de áreas especializadas. Todos deveriam primeiramente frequentar a faculdade de filosofia, sobretudo no primeiro ano da vida universitária. Os professores, além dos vínculos que tivessem com suas áreas de especialidades, deveriam desenvolver projetos específicos na faculdade de filosofia. (DIAS, 2003, p.11).

Também Fernando de Azevedo um dos colaboradores do projeto de criação da USP irá se referir ao modelo universitário alemão, pois para Azevedo o ensino superior deveria se materializar nas universidades que seriam o centro agregador e produtor de conhecimentos. O empenho de Fernando de Azevedo na criação da faculdade de filosofia ciências e letras na USP irá lhe garantir a cadeira de Sociologia dessa instituição.

As FFCLs representaram um importante papel na formação principalmente dos quadros docentes para atuarem nas escolas de ensino secundário em todo o estado de São Paulo embora, tenha sido criada com a intenção de se transformar em um centro congregador das demais escolas e institutos propiciando uma formação mais humanística ao serem transportadas para o interior assumem um caráter distinto. Ainda sobre a instalação dessas faculdades no interior do estado Dias (2004), classifica-as como um modelo misto entre os institutos isolados herdado do modelo francês e o modelo alemão das faculdades de filosofia.

CAPÍTULO II - A FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE MARÍLIA

2.1. Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

As Faculdades de Filosofia Ciências e Letras tiveram um papel importante na formação do ensino superior no interior do Estado de São Paulo. Essas faculdades representaram a possibilidade de acesso a esse grau de ensino para uma grande parcela da população localizada no interior e, representou a possibilidade de formação de uma grande parcela dos professores do ensino secundário. Embora esse estudo contemple as Faculdades de Filosofia criadas no Estado de São Paulo por iniciativa pública cabe ressaltar que essas faculdades não foram apenas criadas pela iniciativa pública e que também não se restringiram ao Estado de São Paulo como podemos perceber no quadro retirado de José Vaidergorn (1995) sobre as faculdades de filosofia que vieram a integrar a Universidade Estadual Paulista em 1976.

Tabela I: Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras

FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS — DATA DE CRIAÇÃO E TIPO:

Início de funcionamento	Brasil		São Paulo	
	Pública	Particular	Pública	Particular
1931		1		1
1934	1	1	1	1
1939	1			
1940	2	2		
1941	1	2		1
1942	2			
1943	1	2		
1947	3	1		1
1948		1		
1949	1			
1950	2			
1951	3			
1952	1	4		2
1953	3	4		1
1954	2	4		2
1955		3		
1956	1	3		1
1957	1*	3	1*	1
1958	1	4		1
1959	5**		5**	
1960	6	3		
1961	3	6		
TOTAL	40	44	7	12

* FFCL de São José do Rio Preto

** FFCL de Araraquara, Assis, Marília, Presidente Prudente e Rio

FONTE: VAIDERGORN, José 1995, p.147.

Como já havíamos apontado anteriormente a Reforma Francisco Campos de 1931 criou as condições para que fosse ampliado o ensino secundário no país - decreto 19.890 de abril de 1931 sobre a organização do ensino secundário e o decreto 21.241 de 14 de abril de 1932 que consolida as disposições sobre o ensino secundário - a ampliação desse grau de ensino trouxe à tona a questão da falta de professores formados nas mais diversas áreas do conhecimento para atuarem no ensino secundário: “A expansão das escolas secundárias fizera aparecer a necessidade de formação de profissionais encarregados de ministrar o ensino de várias disciplinas nas novas escolas do interior o que exigia a criação de faculdades de filosofia.” (CORRÊA, 2006, p.18).

Posteriormente, em 1976, essas faculdades serão incorporadas na formação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) com exceção das faculdades localizadas nas cidades de Franca e Ribeirão Preto. Sobre as FFCLs que irão compor posteriormente a UNESP José Vaidergorn (1995, p.31) oferece alguns subsídios para pensar quais teriam sido as razões que levaram a instalação dessas faculdades em determinadas cidades em detrimento de outras. Para esse autor a questão do desenvolvimento econômico proporcionado principalmente pela cultura do café é um dos principais motivos para que as referidas cidades conseguiram grande visibilidade e influencia na conquista de uma FFCL.

A FFCL de Marília, assim como os demais Institutos Isolados de Ensino Superior (IIES), foi criado graças a influência dos políticos da região na Assembleia Legislativa de São Paulo. Segundo Castilho (2005), que desenvolveu tese sobre a *Memória e História da Formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (1957 – 1976)* a criação dessa faculdade representou o anseio da população local que há muito tempo esperavam pela criação de uma faculdade nessa cidade.

Os intelectuais marilienses, agremiados em torno da Sociedade Marililândia, haviam criado uma atmosfera propícia à instalação dos cursos superiores na cidade. Em 1949, a entidade promoveu um Curso Universitário de Férias ‘*Um sonho que viveu*’, publicado no Correio de Marília em 13 de janeiro de 1959. A União dos Treze trouxe para Marília conferencistas notáveis como Segismundo Spina, Dulce Salles Cunha, Benevides de Resende, José Soares Amora, Prof. Miguel Reale, então Reitor da Universidade de São Paulo, sendo que a este último foi solicitado o empenho de interceder junto à Assembleia Legislativa de São Paulo, na Câmara dos Deputados e no Escritório do Governo do Estado em Brasília, para a descentralização do Ensino Superior, objeto do nosso estudo, de maneira a favorecer o interior,

desobrigando os interioranos de se mudarem para São Paulo, a fim de seus filhos prosseguirem nas Escolas Superiores. . (CASTILHO, 2005, p.66-67)

Surgido dos desejos e aspirações da população local e da atuação política de homens como o Deputado estadual Aniz Brada da cidade de Marília que atuou firmemente na Assembleia Legislativa para sua criação.

2.2. Marília fundação e desenvolvimento

O município de Marília está localizado na região Centro-Oeste do Estado de São Paulo, última região a ser colonizada no Estado. Marília originou-se basicamente de três grandes propriedades: a fazenda Guataporanga que pertencia a Lélío Piza, a fazenda Cincinatina pertencente a Cincinato Braga e a Fazenda do Rio do Peixe pertencente à Companhia Pecuária e Agrícola de Campos Novos.

Antônio Pereira da Silva chega à região do espigão Peixe-Feio por volta do ano de 1919 para trabalhar como administrador na fazenda de Cincinato César da Silva Braga e, no ano de 1923, junto com seu filho José Pereira da Silva (mais conhecido como Pereirinha), funda nas terras que adquiriram da antiga Companhia Pecuária e Agrícola de Campos Novos (cinquenta e três alqueires no total) o “Patrimônio do Alto Cafezal”. E, em 1927, Bento de Abreu²⁷ funda o “Patrimônio de Marília”, terceiro patrimônio da cidade, já que nas terras pertencentes a José Vasques Carrion em 1926 funda-se o “Patrimônio de Vila Barbosa” aberto com o nome de “Vila Prado” e, posteriormente renomeado pelos senhores Coronel Galdino Alfredo de Almeida e o Coronel José da Silva Nogueira de “Vila Barbosa”.

Segundo a pesquisadora Rosmar Tobias em seu livro *“História de Marília: Os Primórdios da Educação de Marília (1925-1938)”* de 1974, e o memorialista mariliense Paulo Corrêa de Lara em seu livro *“Marília sua terra sua gente”* de 1989, havia certa concorrência entre o Patrimônio do Alto Cafezal e o Patrimônio de Marília e, essa

²⁷ Bento de Abreu Sampaio Vidal foi deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP) cargo que acumulou com o de vereador pela cidade de Araraquara. Os políticos filiados ao PRP políticos do interior do estado estavam fortemente engajados no projeto de expansão do ensino oficial pelo município de Marília dentre os quais se destaca além de Bento de Abreu Sampaio Vidal que já havia empreendido esforços para a criação da Faculdade de Farmácia de Araraquara. Juntamente a Bento de Abreu políticos que tiveram grande importância para a concessão de uma faculdade para Marília foram o Senador Rodolfo Miranda e o Deputado Muniz Miranda.

concorrência, “semeou grandes e pequenas benfeitorias pelos patrimônios” que contribuíram para o desenvolvimento posterior do município, como a abertura de ruas e avenidas e a construção de prédios.

A história da fundação de Marília acompanha a marcha do desenvolvimento da economia cafeeira. Nascida do interesse econômico de seus primeiros habitantes, essa cidade experimenta seu florescimento impulsionada pela economia cafeeira em expansão no interior do Estado de São Paulo. Localizada na região centro oeste do Estado, Marília se vê, em poucos anos, transformada na principal cidade que compõe os municípios da “Alta Paulista” impulsionada pela agricultura cafeeira.

Segundo Silva (1976, p.49-50), o crescimento da produção cafeeira no Brasil, no final das décadas do século XIX, foi acompanhado pelo deslocamento geográfico das plantações do Rio de Janeiro (Vale do Paraíba) para as terras no interior do Estado de São Paulo; especialmente, pelas mudanças na relação de trabalho estabelecida, marcadamente com o fim do trabalho escravo substituído pelo trabalho assalariado e a mecanização das plantações, e ainda pela construção de estradas de ferro tanto para o deslocamento humano quanto para o transporte da produção agrícola.

Aos poucos, a região do Vale do Paraíba vai perdendo importância em relação à agricultura cafeeira, ao passo que a produção do interior paulista vai tomando conta do espaço deixado. Já no ano de 1880, a produção paulista se equipou a produção do Vale do Paraíba superando-a em seguida.

Tanto para o caso do interior como um todo, quanto o caso específico de Marília, o fator de grande importância para esse desenvolvimento foram as estradas de ferro, Silva (1979), afirma que o desenvolvimento da agricultura cafeeira não teria sido possível sem a construção dessas estradas, responsáveis por escoar a produção do interior até o porto de Santos. As estradas construídas no interior tinham o objetivo de impulsionar o desenvolvimento principalmente das regiões cafeeiras: “[...] Essas companhias – entre as quais se destacaram a Paulista, a Sorocabana e a Mogiana – foram organizadas pelo capital brasileiro. Seus principais acionistas eram os próprios grandes fazendeiros.” (SILVA, 1979, p.57).

Segundo Tobias R. (1973, p.29), em Marília especificamente o café foi cultivado por estrangeiros (homens livres) portadores de “alta cultura” proprietários das terras que

cultivam, na sua maioria, minifúndios. Segundo a autora, era raro encontrar na região a presença de latifúndios. Marília se formou pelas mãos de pequenos proprietários em suas pequenas propriedades.

Alto Cafezal, nome do primeiro Patrimônio desse município fundado por Antônio e José Pereira da Silva nas terras altas da região do espigão dos Rios Peixe e Feio, já anunciava o motor ao qual iria alavancar a cidade nos primórdios de sua criação, Marília nasce do café. Antônio Pereira fundador de Marília, tendo aqui chegado em 1919 para trabalhar na fazenda Cincinatina e, sabendo que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro passaria por essas terras adquire as terras próximas à fazenda Cincinatina pertencentes à Companhia Pecuária e Agrícola de Campos Novos começando ali a sua plantação e o Patrimônio do Alto Cafezal.

No ano de 1916, a Companhia de Estradas de Ferro dá continuidade às suas atividades interrompidas em 1910, no trajeto da cidade de Pederneiras a Piratininga, estabelecendo como marco final a atual cidade de Marília, seguindo rumo ao Rio Paraná.

Como já destacamos, os primeiros anos de criação de Marília foram marcados pela distinção e disputa entre os “Patrimônios Alto Cafezal” (1923-1924), distrito policial pertencente ao município de Campos Novos do Paranapanema, e “Patrimônio Marília” (1926), distrito de paz pertencente ao município de Cafelândia. Em 1928, o Deputado Bento de Abreu Sampaio Vidal apresentou uma proposta a câmara dos Deputados do Estado de São Paulo sobre a criação do município de Marília, sendo instalada oficialmente em 04 de abril de 1929, englobando os Patrimônios desmembrados do município de Campos Novos Paulista Alto Cafezal e Barbosa e, do município de Cafelândia, o Patrimônio Marília.

A rivalidade dos fundadores do Patrimônio do Alto Cafezal e do Patrimônio de Marília foi representada publicamente através dos jornais *Correio de Marília*, que atendia aos interesses de Bento de Abreu e o Patrimônio de Marília, e o jornal “O Alto Cafezal”²⁸, que representava dessa forma o patrimônio do Alto Cafezal. Embora houvesse rivalidades entre os dois Patrimônios existiam um interesse em comum, o

²⁸ *Correio de Marília* – fundado em 1º de maio de 1928, editado até hoje com o nome de Diário, fusão ocorrida em 1992. A coleção completa encontra-se na redação do jornal Diário e na Biblioteca da Câmara Municipal de Marília; *Alto Cafezal* – Fundado em 1º de julho de 1928. Esse jornal circulou em Marília até o ano de 1938. A coleção completa se encontra no Jornal Diário;

café. O café que atraía cada vez mais pessoas em busca de terras para o cultivo, fato que fez com que a cidade se desenvolvesse.

2.3. Marília e a educação

Referência importante para se pensar o desenvolvimento do Município de Marília a tese de doutorado desenvolvida pela pesquisadora Rosmar Tobias 1973, *“História de Marília: Os Primórdios da Educação de Marília (1925-1938)”* faz um resgate histórico dos primeiros anos de formação do município e o surgimento dos primeiro estabelecimentos de ensino.

A pesquisadora estabelece a relação entre o desenvolvimento econômico do Município o processo de urbanização e o surgimento de novas demandas dentre elas a educação. Entre as questões que a pesquisadora desenvolve no seu trabalho destacamos a relação que estabelece entre o desenvolvimento econômico e o surgimento das primeiras escolinhas de ensino: “a infra-estrutura agrário-regional, caracterizada pela cultura do café e pelos minifúndios marcou a fundação da cidade e da sociedade de Marília condicionando a iniciativa particular na criação das primeiras escolas”. E, ainda a hipótese de que o rápido desenvolvimento da educação após os anos de 1929 no Município está ligado à adoção das ideias da Pedagogia Nova que se faziam presente no Brasil desde o início da década de 1920. Sem possuir experiências anteriores de práticas pedagógicas, Marília servirá como um laboratório de aplicação das ideias que começavam a dominar o “campo” da educação oficial no país.

A década de 1920 e 1930 plantou no mundo inteiro uma das mais candentes e frutíferas fases da História da Educação: a época da Pedagogia Nova, também chamada de Escola Ativa, caracterizada por estar mais voltada para o educando e para a sua psicologia como centro da educação. Era precisamente o período dos primeiros anos da escola mariliense. É, portanto, no período em que nasce e cresce que a cidade de Marília veio a se transformar em campo de aplicação e de experimentação das ideias da Pedagogia Nova e de sua reforma. (TOBIAS, R. 1973, p.36-37).

Marília rapidamente se destacou na região, no que diz respeito à educação. Figura de grande destaque na cidade que empreendeu grandes esforços para o desenvolvimento da educação na cidade foi o Professor Balthazar de Godoy Moreira.

Já o ano de 1930, contabiliza um número expressivo de quatorze escolas, sendo que nove dessas escolas foram criadas graças ao esforço e a iniciativa municipal. É nesse ano que o professor Balthazar chega à cidade e começa a imprimir esforços para dinamizar a educação no município colocando a cidade em contato com os grandes centros, em especial, com a capital do Estado.

Assim como no resto do país, a principal preocupação da cidade de Marília em relação à educação nessa época estava voltada para a criação e ampliação do ensino primário e o combate ao analfabetismo: “a educação escolar e a expansão do ensino primário passam, assim a serem vistos como os únicos meios de se conseguir representação política digna de um regime democrático.” (TOBIAS, 1973, p.121). As dificuldades e a falta de apoio por parte do governo estadual na implantação do ensino secundário fez com que todos os investimentos disponibilizados pelo governo municipal fossem investidos no ensino primário em Marília.

Balthazar de Godoy Moreira chegou a Marília no ano de 1930 e logo se tornou redator do Jornal *Alto Cafesal* e colaborador do Jornal *Correio de Marília*, assim como contribui na revista *Alta Paulista*. Considerado o maior líder cultural e o primeiro historiador da cidade, publicou no Jornal *Correio de Marília* um conjunto de 15 artigos intitulados *Minhas Memórias de Marília*, na qual relatava o processo de formação da cidade:

Ouvi falar de Marília ai por volta de 1923 ou 24. Do Alto Cafezal. Lendárias notícias da terra, ainda com o matão que a cobria, do seu futuro, do que a procuravam iniciando as derrubadas e do nascediço povoado. O café estava no auge. Café era ouro. Plantar café, colher consignar, vender café era importante [...] Começamos a ouvir maravilhas a respeito do Alto Cafezal. Os comboios da Paulista passavam repletos dos que iam para lá. Aquilo sim diziam era lugar, tinha condições de crescer como nenhum outro, terras de primeira, clima de planalto. Será todos o previam, um grande centro. (GODOY, *Correio de Marília*, 01/05/1978)

Responsável pela criação de vários espaços voltados para a educação: Biblioteca Escolar (considerada a maior da região), o Jornal “Correio Escolar” - no qual pode difundir as ideias da Escola Nova - e ainda a Associação dos amigos da escola de Marília e a Associação de Pais e Mestres da cidade. Segundo (TOBIAS, R. 1973, p.109), o professor Balthazar Godoy foi um dinamizador da educação em Marília. Exerceu o cargo de diretor do primeiro Grupo Escolar de Marília no ano de 1930 até o

ano de 1935. Em 1939 tornou-se diretor do Ginásio Municipal de Marília, conhecida atualmente como Escola Estadual Monsenhor Bicudo.

Adepto do ideário da Escola Nova, suas ações foram direcionadas no intuito de implantar essa perspectiva pedagógica nas recém-criadas escolas de Marília: “Para Balthazar Godoy, educar não é apenas ensinar o alfabeto e as quatro operações fundamentais da Aritmética. É algo mais, é adaptar o indivíduo ao seu tempo e ao seu meio, preparando-o para agir sobre esse e melhorar as condições existenciais”. (TOBIAS, R. 1973, p.108).

[...] auxiliado pela sua equipe de professores e pelo espírito dinâmico, prosseguiu o professor Balthazar na difusão e utilização dos métodos pedagógicos da Escola Ativa, obedecendo, aliás, à orientação dos escalões superiores da Diretoria Geral de Ensino do Estado de São Paulo. (TOBIAS, R. 1973, p.113)

Assim, Tobias R. (1973), defende a hipótese em seu trabalho de que Marília tenha sido em seus primeiros anos de fundação espaço de experimentação para as novas ideias do movimento escolanovista. O ensino em Marília se desenvolve então, desde os primórdios orientados pelas ideias disseminadas pelo movimento de renovação pedagógica da Escola Nova. Sem nenhuma experiência anterior de prática de ensino, a educação em Marília experimentou e foi um espaço para experimentação dessa nova perspectiva pedagógica.

Ainda sobre a educação em Marília Tobias (1973, p163), ressalta a importância das iniciativas da população local e do poder municipal na criação de escolas primárias e secundárias, a autora ressalta o grande dinamismo da cidade ao promover esses graus de ensino praticamente sem nenhum tipo de auxílio por parte do governo estadual. “Notável o exemplo de Marília que quase sem nenhum auxílio das autoridades oficiais do Estado, acabou praticamente sozinha resolvendo seus problemas de instrução”.

2.4. FFCL/Marília.

Assim como a Faculdade de Marília muitas outras cidades do interior do Estado de São Paulo conseguiram a instalação de Institutos Isolados de Ensino Superior. No caso de Marília e de outras cidades, como já exposto, esses Institutos se organizaram

na forma de faculdades de filosofia, mas também houve um grande número de Institutos voltados para outras áreas de conhecimento²⁹. As décadas de 1950 e 1960 marcam o momento de aumento na oferta de vagas nos cursos superiores em todo o país.

Houve, segundo Cunha (2007b), um aumento expressivo de estudantes matriculados em estabelecimentos de ensino superior. Segundo esse autor, o crescimento médio anual de matriculados entre os anos de 1932 e 1945 era de 2,4% já no período de 1945 e 1964 passou para 12,5% de aumento de estudantes matriculados, porcentagem que representa um aumento de mais de cinco vezes o número de matriculas.

Não faltaram projetos, na república populista, para ‘abrir as portas da universidade ao povo’, entre eles a extinção dos exames vestibulares e a duplicação das vagas nos estabelecimentos de ensino superior, ambos frustrados pelo golpe de 64. Mas, se persistiram entraves à admissão ao ensino superior de muitos que o procuravam, não deixou de haver melhoria nas oportunidades de escolarização, pelo menos para os que conseguiam ingressar em estabelecimentos federais, nos quais foi instituída a gratuidade a partir dos anos de 1950. (2007b, p.206).

Ainda nesse período, observa-se um movimento de urbanização proporcionado pelo aumento na população brasileira, movimento esse que, segundo Dias (2005) se inicia na década de 1940 e, tomando como base o Estado de São Paulo, essa autora ainda ressalta a grande importância econômica que tiveram as cidades onde foram instalados os Institutos Isolados para a economia como “capitais regionais” nesse período.

[...] todas as cidades que vieram a receber estabelecimentos de ensino superior isolados dentro do escopo aqui apresentado, se não exatamente como capitais regionais, como integrantes de seu primeiro time. No Vale do Ribeira, São José dos Campos (56.882 hab. em 1960) e na mesma rede, Guaratinguetá (38.293 hab.). Avançando rumo ao interior, encontramos Rio Claro (47.073 hab.) dentre um conjunto de cidades lideradas por Campinas (Sorocaba, Jundiaí, Piracicaba, Limeira, Americana, Jaú e Itapetininga) todas contando, à época, com população entre 30 e 80 mil habitantes. Segue-se Franca (68.027 hab.), como parte do complexo liderado por Ribeirão Preto. Araçatuba (53.759 hab.) é a *capital* da Alta Noroeste. São José do Rio Preto (65.852 hab.) e Araraquara (62.688 hab.) lideram na área da Araraquarense e Marília (54.178 hab.) é a *capital* da Alta Paulista, assim como Presidente Prudente (54.980 hab.) o é da Alta Sorocabana, que conta ainda com Assis (30.488 hab.) na mesma linha e Botucatu (34.747 hab.) na média

²⁹ Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu; Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto; Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos; Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal e Faculdade de Música Maestro Julião.

Sorocabana. O crescimento de tais cidades evidencia o aumento demográfico verificado no Estado de São Paulo como um todo, mas especialmente concentrado nos centros urbanos, na esteira das transformações econômicas, sobretudo as ligadas à produção industrial. (DIAS, 2004, p.81)

Embora se observe um processo de industrialização maior na capital do Estado e nas cidades circunvizinhas, também é possível observar a interiorização das atividades econômicas com a instalação de empresas nas cidades de médio porte. Consequência da industrialização foi o grande fluxo migratório interno, tanto das zonas rurais para as cidades quanto de pessoas vindas de outros estados consequentemente um aumento da população das cidades dentre as demandas que irão surgir a criação de escolas de todos os níveis para atender a população e dar sequência ao desenvolvimento das cidades.

A criação dos Institutos de Ensino Superior no interior do Estado de São Paulo acompanha a lógica de desenvolvimento alcançada por essas cidades. Todas as cidades que requisitavam a instalação de Institutos Superiores tinham como argumento principal o desenvolvimento econômico de suas cidades. O caso da cidade de Marília não seria diferente. (CASTRO, 2009; VAIDERGON 199; DIAS 2005)

Em entrevista à Professora Tânia Regina de Lucca (1992) para o Projeto Memória da Universidade Massaud Moisés que foi Diretor da FFCL/Marília entre os anos de 1960 e 1962 ao ser questionado pela entrevistadora sobre o contexto político dos das décadas de 1950 e 1960 e a expansão do ensino superior no país relembra:

Eu não sei, essas faculdades foram fundadas num movimento, lá sei eu, muito específico da coisa, lá sei eu, era Kubscheck, aquela coisa do desenvolvimentismo, portanto, o país estava em certa efervescência... Portanto repercutia uma situação. [...] E nesse caso nós refletíamos certo otimismo, não é, certa vontade de expandir o ensino superior, como se essa expansão refletisse o estado elástico geral de otimismo do fim dos anos 50. (MOISÉS, Massaud. Entrevista n.1, 12 nov.1992, CEDEM/UNESP).

E ainda, segundo o Professor Massaud, a criação dos Institutos Isolados do Interior seria o resultado desse contexto desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960.

Como é que a faculdade do interior repercutia a situação geral do país. Essa é que é a questão. E eu acho que para além de razões de ordem regional, paroquial, as instalações dessas faculdades obedecia, lá sei eu, uma vontade, de fazer esse país ir pra frente. Bem, com toda industrialização que vem nos anos 50 há uma co-relação. Isso no interior, acho que seria esse o sentido não é, dessa disseminação de faculdades pelo interior, não é. (MOISÉS, Massaud. Entrevista n.1, 12 nov.1992, CEDEM/UNESP).

2.5. O IIES - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília.

Em meio às aspirações da população mariliense que há muito tempo esperavam pela criação de uma faculdade e pela “agência”³⁰ dos deputados estaduais que representavam a cidade de Marília e região (Mauricio dos Santos e Aniz Brada) a FFCL de Marília foi criada. Somando-se as aspirações e iniciativas da população e de políticos a Imprensa local também foi responsável por dar visibilidade à aspiração dos marilienses e cobrar a criação dessa faculdade.

Castilho (2009), e Tobias (1975), ressaltam a importância da imprensa local na reivindicação frente ao governo local e ao governo estadual em prol a criação de escolas para a cidade. Tendo resolvido o problema da instrução primária e secundária, a aspiração da população da recém-criada cidade de Marília passa a ser a instrução superior.

[...] depois de, através de sua imprensa, conseguir suas primeiras escolas oficiais, suas escolas Reunidas de Marília, seu Grupo Escola de Marília, seu Ginásio Estadual de Marília e sua Escola Normal, a cidade de Marília passa a almejar por uma coisa inaudita, uma universidade, que na época só existiam em três capitais do Brasil. (TOBIAS, 1975, p.191)

Ou ainda:

Por meio de levantamentos dos jornais³¹ que circulavam em Marília no período estudado, foi possível obter informações sobre a importância da criação de uma instituição pública de ensino superior para Marília e região, e inteirar melhor o leitor do que seria uma Faculdade. (CASTILHO, 2009, p.68-69).

A criação dessa faculdade foi amplamente noticiada pelos jornais da cidade com especial destaque para o Correio de Marília. Todos os assuntos referentes a essa faculdade foram noticiados por esse jornal. Em uma visita à Câmara dos Vereadores da cidade que possui um acervo dos dois principais jornais impressos naquela época – Correio de Marília e o Diário de Marília – tivemos a oportunidade de observar nas

³⁰ Bourdieu define a estratégia como um momento em uma série de trocas materiais e simbólicas que se define pelas posições ocupadas pelos agentes na relação. As estratégias são segundo Bourdieu: “invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações imediatamente variadas, nunca perfeitamente idênticas” (2004, p.81). Logo, as estratégias podem ser definidas como possibilidades de ação ou como Bourdieu denomina “atos de jogo” que estão inscritos no jogo (relações que se travam dentro do campo político), mas, que serão acionadas dependendo da situação e posição dos agentes em ação.

³¹ Os principais jornais criados desde a fundação de Marília até a criação da Faculdade de Filosofia foram: Correio de Marília criado em 1928 e atualmente funciona com o nome de “Jornal Diário”; Alto Cafetal de 1928; Correio Diocesano de 1937; Diário Paulista de 1933; Diário de Marília de 1935; Jornal de Marília de 1939 e Jornal do Comércio de 1946.

páginas desse jornal nos anos de 1955 a 1959 como esse evento foi amplamente noticiado: desde iniciativas dos políticos da cidade – vereadores e deputados – na elaboração de projetos a serem apresentados na Assembleia Legislativa; o parecer positivo sobre a conquista do instituto para o Município; a publicação dos cursos disponíveis; aviso e convites de eventos e atividades realizadas na faculdade. à população local durante muito tempo foram publicados nesse jornal.

Essas notícias sobre a Faculdade publicadas nesse jornal serviram para aproximar os moradores da cidade e a Faculdade. Segundo a professora Yoshiko Tanabe, - que também foi uma das primeiras estudantes e depois docente do curso de Ciências Sociais em entrevista ao projeto “*Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo (1923 - 1976): Memória e História*” concedida a Leonor Maria Tanuri nos anos de 1992 - existia uma estreita relação entre a recém-criada Faculdade e os habitantes da cidade:

Havia muita gente da cidade participando das palestras e eu tenho a impressão que as palestras não eram tão herméticas assim, sabe Leo [Leonor Tanuri entrevistadora] a tal ponto de chamar atenção do pessoal da cidade que ia lá e entendia porque senão o pessoal não iria mais. Havia sempre concertos, havia os jograis estiveram em Marília, houve uma japonesa concertista, Lady não sei das quantas, não me lembro o sobrenome dela, que veio e se apresentou lá na Faculdade, esse piano de calda era sempre utilizado para grandes concertos. A própria cidade, quer dizer, havia algumas coisas que também tinham a participação da Faculdade [...]. (TANABE, Yoshiko. Entrevista nº01, 3 de nov. de 1992, CEDEM/UNESP)

Também em entrevista ao projeto “Memória da Universidade”, o Professor José Roberto Amaral Lapa (1992), um dos professores que estiveram em Marília desde a criação da faculdade ressalta a grande participação da população local nos eventos dessa faculdade: “Em Marília, por exemplo, havia um circuito muito largo de pessoas de todas as categorias que participavam de tudo da faculdade. Estavam sempre presentes, sempre nos apoiando, etc.”

Durante os primeiros anos de criação da Faculdade houve um envolvimento grande com a comunidade local. Essa relação de proximidade foi estreitada ainda mais pelas inúmeras publicações sobre a Faculdade em seus jornais locais. Integração que talvez não se observe mais entre a comunidade acadêmica e os habitantes de Marília, mas no momento de sua criação com o entusiasmo pela grande conquista “coletiva” alcançada pelo município através de atuação conjunta da população, jornais locais dos

seus representantes políticos fizeram dessa um espaço importante de encontro entre a comunidade mariliense e a Faculdade. Ainda segundo a Professora Yoshiko Tanabe (2014, p.3), devido ao grande envolvimento do pessoal da Faculdade com a cidade e a participação, da comunidade mariliense nos eventos promovidos, transformou-a em um “polo cultural da cidade”.

2.6. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – criação e oficialização.

As primeiras iniciativas para a criação de uma faculdade em Marília ocorreram no ano de 1952, quando é enviado a Assembleia Legislativa do Estado o projeto sobre a criação dessa faculdade, que só seria alcançado em 1957. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília foi criada pela Lei 3.781 de 25 de janeiro de 1957. Em seu primeiro relatório elaborado ao então Governador do Estado o Professor Doutor José Querino Ribeiro – primeiro Diretor³² indicado a dirigir o instituto de Marília - relata esse episódio e a recusa por parte do CO/USP em aceitar a criação de faculdades no interior do Estado.

A história das solicitações da cidade de Marília, para obter um instituto de ensino superior, vem de mui longe. O Processo número 4.557/52 apesar de avolumado pela pertinácia edificante dos marilienses, encerra, todavia, uma quase dezena de pareceres de professores, isolados ou em comissão, da Faculdade de Filosofia ou de outros institutos da Universidade e do próprio Conselho Universitário, todos irreparavelmente, contrários à pretensão, com ponderáveis fundamentações que vão desde os fatos concretos e elementares das dificuldades materiais, até à ideia superior da necessidade preliminar de um planejamento geral para a distribuição dos institutos de ensino superior (isolados ou particulares da Universidade) pelos grandes centros do interior do Estado. (RIBEIRO, Anais 1959-1962).

Criada em 1957 essa só passou a funcionar em 1959. A princípio, a Faculdade deveria ser instalada no prédio do Educandário Dr. Bezerra de Menezes, mas acabou sendo instalada no prédio da antiga Fiação de Seda Maria Izabel localizada na tradicional Rua Vicente Ferreira. Paulo Corrêa de Lara relata no livro *Marília sua terra sua gente* de 1989 que, embora tenha sido aprovado na Assembleia Legislativa o projeto de criação da faculdade o então Governador Jânio Quadros não assina o Decreto

³² Segundo consta na publicação *ANAI*s da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1959-1962, o Professor Doutor José Querino Ribeiro foi convidado pelo Governador Jânio Quadros para assumir o cargo de diretor da FFCL de Marília em 1957, mas não chegou a se empossar pois pediu dispensa do cargo em 1958.

autorizando a sua criação devido a falta de recursos disponíveis para a construção de um prédio onde a faculdade fosse abrigada. A cessão do prédio ainda em fase de construção do Educandário Dr. Bezerra de Menezes ao Estado para que ali fosse instalada a Faculdade contribuiu para que o Governador sancionasse a Lei que criava a FFCL de Marília.

O Educandário Dr. Bezerra de Menezes achava-se em fase final de construção. Seu Presidente era Hygino Muzzy Filho. Este reuniu a Diretoria, o assunto foi debatido e, resolveu-se que o prédio do Educandário seria oferecido ao Estado para nele se instalar a Faculdade de Filosofia de Marília [...] Constando em seu art. 2º o seguinte: ‘A instalação da faculdade ora criada, fica condicionada à cessão ao Estado, em comodato pelo prazo mínimo de 10 anos do edifício do Educandário Dr. Bezerra de Menezes’. (LARA, 1989, p.209).

Grandes foram os esforços da população e de seus representantes políticos na Assembleia Legislativa para a criação dessa faculdade. Após deliberarem sobre a cessão do prédio que estava sendo construído. Uma comissão de representantes da cidade foi formada para em audiência com o então governador pressionar para que desse parecer favorável a criação da Faculdade.

E, embora a cessão do prédio do Educandário ao Estado tenha servido para acelerar a aprovação da criação dessa faculdade suas instalações não eram suficientes para abrigar um empreendimento do porte da Faculdade de Filosofia. Por isso, o Professor Dr. José Querino Ribeiro opta pelas instalações da antiga fábrica de fiação de seda Maria Izabel, para a instalação da faculdade. O prédio foi adquirido pela Prefeitura que fez a sua doação ao Estado para a instalação da faculdade fato ocorrido no ano de 1958. Como ressalta Castilho (2005), graças à iniciativa dos cidadãos e políticos marilienses engajados nesse projeto, a Faculdade de Filosofia de Marília foi a primeira a ser construída em prédio próprio.

O prédio teve que ser adaptado: afinal, tratava-se de uma fábrica que serviria de abrigo a uma faculdade. Corrêa (2007) ressalta as várias dificuldades enfrentadas pelos Diretores na instalação desses Institutos, questões como a distância, o isolamento em relação a outros Institutos a dificuldade na contratação de docentes que aceitassem trabalhar no interior do Estado, a dificuldade de formar um quadro administrativo. Após vencer as resistências de ordem políticas, a primeira dificuldade a ser superada foi como já apontamos, era encontrar uma instalação que fosse satisfatória a tal projeto.

2.7. Os primeiros dirigentes.

Na época da criação dos institutos isolados, os Diretores eram escolhidos diretamente pelo Governador do Estado, na sua quase totalidade docentes vindos da USP, Corrêa (2007, p.24), relata que a única exceção ao caso foi o Diretor do Instituto Isolado Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente que teve seu diretor escolhido dos quadros docentes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) o Professor Joaquim Alfredo da Fonseca: “Em razão da crise em curso entre o governador Jânio Quadros e a USP, aquele nomeou, para dirigir o instituto recém-criado, um professor da PUC”.

Embora houvesse um diálogo permanente entre o Governador do Estado, a Assembleia Legislativa e os representantes do CO/USP sobre a viabilidade de criação dos institutos é clara a relação conflituosa e as disputas – no campo político – sobre de quem deveria ser o monopólio das decisões sobre a criação ou não dos institutos. Estabeleceu-se dessa forma entre essas três instancias principalmente no governo Jânio Quadros (1954-1959) um clima de disputas. Enquanto o Conselho Universitário se mostrava contrário a expansão dos institutos no interior, Jânio Quadros estimulava a sua criação.

Dias (2010), analisa a primeira proposta apresentada pelos Conselheiros da Câmara de Ensino Superior de integrar os Institutos Isolados de Ensino Superior do interior em 1966 em *Universidades Regionais*³³. Ressalta que a expansão do ensino superior no interior do Estado esteve sempre balizada pelas disputas dessas três instâncias.

E, embora os resultados das disputas entre o Governador e o CO/USP tenham sido na sua grande maioria desfavorável ao CO/USP essa Universidade também se beneficiou com a criação dos institutos uma vez que foram integrados a esta alguns

³³ Sobre a criação das *Universidades Regionais*, embora houvesse vários motivos para a sua criação destacamos a situação de isolamento dos institutos que impedia a criação de regras gerais comuns a todos os institutos (que foi se resolvendo lentamente com a criação de estruturas administrativas comuns como o caso do SIIES – Serviço dos Institutos Isolados do Ensino Superior em 1959). A proposta de criação de *Universidades Regionais* apresentada em 1966 – *Universidades Regional de Campinas; Universidade Regional de Bauru; Universidade Regional de Araraquara e Universidade Regional de Ribeirão Preto* – segundo Dias (2010, p.228) não deixou muito claro as justificativas para a criação das 4 regiões universitárias. Para Dias (2010, p.228), a decisão de criação das 4 regiões universitárias teria partido do então Governador Adhemar de Barros: “Nos documentos analisados, não há referência sobre os fatores que levaram Adhemar de Barros à decidir sobre o número de quatro *Universidades Regionais*. Mas não é preciso ir muito longe para considerar que foram fatores geopolíticos [...]”.

institutos de seu interesse como o caso das Faculdades de Farmácia e Odontologia e, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

Os rumos da expansão do ensino público superior paulista estavam então pautados pela forma como a Assembleia Legislativa, o Governador Jânio Quadros e os dirigentes da Universidade de São Paulo traduziam e encaminhavam um conjunto das tensões, expectativas e contradições sociais. (DIAS, 2010, p.223)

Os diretores eram pessoas de “confiança” do Governador, Massaud Moisés indicado para o cargo de Diretor no FFCL/Marília pelo Governador Carvalho Pinto esteve na direção entre os anos de 1960 e 1962. Em entrevista a Professora Tânia Regina de Lucca para o Projeto Memória da Universidade (1992) ressalta esse fato. Os diretores deveriam ser homens de comprovada capacidade acadêmica e que mantivesse um bom relacionamento com o Governador, pois os assuntos referentes aos institutos principalmente os assuntos financeiros deveriam ser tratados diretamente com o próprio Governador.

Sim, decisão pessoal do Governador. Porque na verdade, na altura estava tudo, o Diretor era uma espécie de delegado do governador, portanto estava ali representando, a entidade, tinha relação direta com um Conselho formado pelos Diretores das Faculdades, exatamente para colaborar com o Governador. Porque essas Faculdade ainda não tinham um regimento, não tinham a solidez administrativa que só vieram a ter depois. E a autonomia então, era muito relativa, não é? Era muito relativa. Havia uma ligação direta entre os diretores das Faculdades e o Palácio e o Governador Carvalho Pinto. (MOISES, Massaud. Entrevista n.1, 12 nov. 1992, CEDEM/UNESP).

No caso da faculdade de filosofia de Marília, o Professor Doutor José Querino Ribeiro foi o primeiro a ser indicado ao cargo de direção e ficou a frente da faculdade no período de 04 de julho de 1957 à 26 de abril de 1958 quando foi substituído pelo Professor Dr. Michel Pedro Sawaya após divergências com o próprio Governador.

José Querino era catedrático de Administração Escolar da FFCL da Universidade de São Paulo, atendeu ao pedido do governador desde o início se manifestou a favor da missão de dirigir um instituto no interior, sabendo que a escola deveria ser criada para ter um “alto nível e linha renovadora”.

A preocupação com a qualidade dos cursos oferecidos na faculdade foi uma marca não apenas deixada pelo Professor Dr. José Querino – que não chegou a tomar posse - mas por todos os diretores que o sucederam e, também dos docentes contratados

em geral. Aliado à qualidade do ensino a ser oferecido outro ponto importante foi a preocupação com a criação de uma faculdade que tivesse as características daqueles que ali estavam nesse sentido a Universidade de São Paulo serviu de referencia tanto para o que deveria ser apropriado como para o que deveria ser transformado.

Ao ser questionado em entrevista à Professora Tânia de Lucca (1992) sobre como foi o momento de sua chegada e o relacionamento estabelecido pela faculdade com a comunidade local o Professor Massaud Moisés ressalta a preocupação em desenvolver um trabalho qualidade desde o momento de sua criação:

[...] mas, éramos pessoas interessadas em fazer uma faculdade realmente que fosse, não só a expressão a pujança da própria cidade mas sim de altíssimo nível, se possível, ah, para que o ensino superior não ficasse simplesmente localizado em São Paulo, mas também fosse oferecido a eles esse ensino ideal, ah, esse ensino ideal, pelo menos.(MOISES, Massaud. Entrevista n.1, 12 nov. 1992, CEDEM/UNESP)

Ou ainda:

O que eu posso dizer e acho que isso é objetivo, é que nós todos fizemos um grande esforço, e eu inclusive, no sentido de dar às Faculdades, o melhor nível possível e por isso uma das prioridades que nós estabelecemos ali foi a desenvolver a biblioteca.[...] Eu tenho a impressão de que foram para a Faculdade de Marília algumas dos melhores professor disponíveis na altura. Massaud. Entrevista n.1, 12 nov. 1992, CEDEM/UNESP)

Embora a USP como primeira universidade do Estado oferecesse um “modelo” institucional a ser seguido, os esforços do Professor José Querino foram no sentido de criar uma faculdade com características próprias, claramente se afastando do “modelo” daquela universidade.

Ao ser questionado sobre o “projeto pedagógico” dos cursos aqui instalados o Professor José Roberto Amaral Lapa (1992) ressalta a preocupação na constituição de uma faculdade que se distanciasse das características da USP e ao mesmo tempo fosse bem conceituado.

A orientação eu acho que não era, o modelo era a USP, sem dúvida nenhuma. Nós não podíamos nos apartar daquele modelo. Mas eu acho que desde logo fomos de certa maneira tentando, através de iniciativas que de alguma maneira eu acho que podem até ser encaradas como inovadoras, nós fomos, se não nos distanciando, pelo menos tentando criar uma feição, uma personalidade própria em termos de um segundo curso de História, que o governo financiava e logo em seguida veio Assis. (LAPA, José Roberto Amaral. Entrevista n.1, 1992 CEDEM/UNESP).

Sobre o curso de História, uma grande inovação em relação ao oferecido na USP era disciplina de *Introdução aos Estudos Históricos*, ministrado pela Professora Doutora Maria Clara Rezende Constantino, esse curso contava em seu currículo com a parte de Introdução aos Estudos Históricos e a parte sobre Teoria da História.

O Professor José Querino Ribeiro como o primeiro Diretor designado, além da responsabilidade da definição do local a ser instalada a faculdade e as providências para a adaptação do prédio escolhido às exigências da nova faculdade coube também a tarefa de definição dos cursos, os primeiros contatos para a contratação do corpo docente, além das primeiras iniciativas para a formação de uma estrutura didática e administrativa para o bom funcionamento da faculdade.

No primeiro relatório apresentado ao Governador do Estado o Professor José Querino destaca uma série de ações que considerava de extrema importância e que deveriam ser executadas para que a faculdade pudesse começar a funcionar. Destacamos alguns desses pontos que o Professor identifica de grande urgência para o funcionamento do instituto:

- ✓ *Esclarecimento da comunidade local e principalmente dos futuros estudantes a respeito do ensino superior;*
- ✓ *Um serviço de orientação educacional;*
- ✓ *Contratação de um corpo docente alta qualificação científica e didática:*

A seleção do corpo docente é o magno problema de uma escola, máxime quando se trata de uma Faculdade de Filosofia, ao mesmo tempo alicerce e cúpula dos cursos superiores, comprometida não somente com problemas de formação profissional para o magistério, mas igualmente, com as da lata cultura e especialização. Por outro lado, a obtenção de um corpo docente altamente qualificado exigem não apenas uma remuneração condigna capaz de atrair os elementos necessários para longe dos grandes centros metropolitanos (como é o caso de Marília) mas, ao mesmo tempo, condições de habilidade capazes de mantê-lo pelo tempo que convier à escola. (RIBEIRO, José Querino, p.12).

- ✓ *Estrutura administrativa e didática*, uma estrutura administrativa que segundo Querino Ribeiro sirva como meio, instrumento para obtenção do bom funcionamento da faculdade, e uma estrutura didática que permita o desenvolvimento do trabalho docente integrado e de qualidade;

- ✓ *Instalações e equipamentos* uma vez escolhido o local a ser instalada a faculdade e as devidas adaptações feitas era preciso pensar na aquisição dos materiais e equipamentos para bem servir a faculdade;
- ✓ *Consulta aos Professores da USP:* por se tratar da primeira Universidade no Estado a qual também possui uma Faculdade de Filosofia a experiência dos docentes tanto no que diz respeito aos aspectos didáticos como nos aspectos administrativos.

Antes de pedir dispensa do cargo de Diretor da FFCL/Marília o Professor José Querino Ribeiro já havia definido o local onde seria instalada a faculdade, criado uma “comissão” de moradores da cidade para auxiliá-lo nos assuntos da faculdade, também havia estabelecido um escritório onde o auxiliar designado por ele prestava esclarecimentos sobre a faculdade aos interessados e também assistência ao próprio José Querino que havia voltado para São Paulo.

Havia ainda definido quais deveriam ser as secções dos cursos a serem instaladas no primeiro ano de funcionamento da faculdade. Por se tratar de uma faculdade de filosofia existia certo número de cursos que poderiam ser instalados – incluindo o curso de Ciências Sociais - e, seguindo o mesmo procedimento de outros diretores de institutos isolados o Professor José Querino propõe a elaboração de um questionário com os cursos que poderiam ser instalados esse questionário deveria ser respondido pelos jovens da cidade e da região sobre quais cursos tinham preferência.

Essa estratégia de levantamento das preferências de cursos a serem instalados parece ter sido algo comum a outros Diretores dos Institutos Isolados no interior do Estado foi uma prática comum “sugerida” pelo Governador do Estado. Após contatos com os diretores dos institutos de Assis – o Professor Doutor Antônio Soares Amora – e de Rio Claro – o Professor Doutor João Dias da Silveira - o professor José Querino decide elaborar também um questionário sobre as preferências dos moradores de Marília e da região.

No primeiro ano de funcionamento a Faculdade contaria com as secções de Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e História essa decisão foi tomada por José Querino levando em consideração o questionário de preferências e também a adequação às possibilidades de contratação de

docentes que seriam praticamente os mesmo. Após a saída do Professor José Querino algumas alterações foram feitas no quadro de cursos oferecidos pela faculdade.

Com a saída do Professor José Querino Ribeiro assume a direção da faculdade o Professor Doutor Michel Pedro Sawaya, livre docente em Zoologia pela USP também designado pelo Governador Jânio Quadros.

Esteve a frente da faculdade no período de 26 de abril de 1958 até 12 de novembro de 1960. Na direção deu sequencia aos procedimentos de inspeção a reforma e adaptação do prédio da antiga Fábrica de seda para a instalação da faculdade.

Assim como seu antecessor o Professor Michel Pedro Sawaya muito se empenhou para a instalação da faculdade. Foi responsável por dar sequencia à contratação de corpo docente e ainda pela contratação de um quadro administrativo de funcionários (auxiliar administrativo, tesoureiro, contador secretario, etc.).

Sobre a contratação do corpo docente grandes foram as dificuldade enfrentadas não só pelo diretor da Faculdade de Marília como pelos Diretores de todos os institutos localizados no interior. Corrêa (2007) relata as dificuldades não só de contratação, mas de permanência desses docentes nas faculdades recém-criadas.

A preocupação dos diretores com a formação do corpo docente não estava restrita aos momentos iniciais da criação da escola. Houve uma prática mais ou menos generalizada, um tipo de compromisso assumido pelos primeiros professores de permanência no campus para assegurar a implantação dos projetos iniciais. Depois disso haveria necessidade de compor novos quadros, sem que se perdesse de vista o padrão a se conservar. Haveria algum tempo ainda a ser percorrido antes que aquelas faculdades pudessem compor seus próprios quadros. Corrêa (2007, p.26)

A autora ainda relata que muitas faculdades devido à dificuldade de contratação de docentes tiveram em seus quadros, professores vindos do exterior. A Faculdade de Marília foi um desses exemplos. Segundo relata Corrêa (2007), formou-se nessa faculdade um grupo de professores procedentes da Fonds National de La Recherche Scientifique (FNRS) da Bélgica entre eles o Professor de História, Eddy Stols³⁴.

Ainda sobre a contratação de docentes para atuarem nessa faculdade ao ser questionado sobre as condições de trabalho nos institutos Massaud Moisés (Entr. nº 01, 1992, p.9) relata assim como Corrêa (2007), que muitos dos docentes contratados eram Professores recém-formados pela USP, e que tinham nesses Institutos a grande

³⁴ O professor Eddy Stols é doutor em História pela Universidade Católica de Leuven, na Bélgica. Por aqui esteve durante três temporadas lecionando na UNESP (Marília em 1963 e 1968), na USP (São Paulo em 1987) e na UFMG (Belo Horizonte em 2005 e 2006),

oportunidade de trabalho. Havia apenas uma Universidade Oficial, oferecendo, dessa forma, poucas possibilidades de trabalho para os recém-formados. O Diretor Professor Massaud Moisés ainda ressalta que as condições de trabalho encontrada nos institutos localizados no interior eram melhores do que aquelas encontradas na USP:

Porque era uma coisa que contrastava com a USP. Nós tínhamos na USP menos condição, menos condições materiais de instalação ou piores que as deles lá. As deles [...] Eram mais amplas. Havia muita possibilidade os professores eram poucos, os alunos também, portanto havia uma grande possibilidade de expandir ali dentro, dar condições excelentes de trabalho com salas, gabinetes individuais de trabalho e assim por diante. Então a minha Impressão foi boa, foi boa sim sem dúvida. E de certo modo eu achava que eles eram privilegiados [...] Eu acho que eram até melhores do que as daqui, porque eu lutava com o tempo parcial e eles ...E tinha outras condições, e quando não, o custo de vida, lá sei eu, era mais baixo, as solicitações eram menores. As pessoas se concentravam no estudo ali eram condições realmente privilegiadas (MOISÉS, Massaud. Entrevista 01. 1992 p.10-11).

Como forma de incentivo aos docentes recém-chegados, o regime de contratação estabelecido foi o tempo integral. Segundo Corrêa (2007, p.26), a sugestão havia partido do Diretor do Instituto de Rio Claro Professor Doutor João Dias da Silveira:

O tempo integral seria necessário ao docente para que tivesse tempo para a atualização de seus conhecimentos e o desenvolvimento de suas pesquisas. Ao mesmo tempo, era importante para assegurar a formação de um ambiente de cooperação intelectual entre os docentes, bem como entre estes e os estudantes em atividade extraclasse. Essa forma de trabalho impunha a presença do professor. (CORRÊA, 2007, p.26)

Sobre os cursos a serem instalados na Faculdade, Pedro Sawaya fez algumas alterações. Tentando conciliar o trabalho que já havia sido executado pelo Professor José Querino optou-se pela instalação no primeiro ano, dos cursos de Pedagogia, História e Letras Anglo-Germânicas. O então Diretor também levou em consideração o questionário sobre a preferência dos cursos a serem instalados e as possibilidades materiais de contratação de docentes para atuarem nesses cursos.

Quanto aos cursos a serem instalados em 1959, fui obrigado a divergir do plano elaborado, que consistia em Filosofia, Ciências Sociais e Pedagogia. Computando o número de candidatos selecionados no inquérito feito na cidade e circunvizinhanças e confrontando as dificuldades com o recrutamento do corpo docente e das possibilidades orçamentárias, optei por apenas três cursos iniciais, fixados pela ordem de preferência constante do referido inquérito, a saber: Pedagogia, História e Letras Anglo-Germânicas. (SAWAYA, Michel Pedro. 1959 p.28).

Ainda na sua gestão, foram criados, em 1959, os departamentos:

- ✓ *História:* História do Brasil, História Moderna, História Contemporânea, Introdução aos Estudos Históricos, Geografia Humana e do Brasil e Antropologia.
- ✓ *Letras Anglo-Germânicas:* Literatura Inglesa, Língua e Estrutura Inglesa, Língua e Literatura Alemã, Filologia e Língua Portuguesa, Língua Latina e Literatura Latina.
- ✓ *Pedagogia:* Complementos de Matemática, Psicologia Educacional, Biologia Educacional, História da Filosofia, Filosofia da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação.

Segundo consta dos Anais da Faculdade no ano de 1959-1961, houve a proposta do Departamento de História da criação do curso de Ciências Sociais, pois se acreditava que para a completa formação do aluno de História era preciso que este tivesse conhecimentos nas áreas de Sociologia, Política, Economia etc. e que também com a criação desse curso seria possível criar nessa faculdade um centro especializado no estudo e pesquisa no campo das ciências sociais, mas a proposta não chegou a se concretizar.

Outros dois grandes feitos na gestão de Michel Sawaya foram o início da montagem da Biblioteca do Departamento de História e o Museu de História. Graças à iniciativa dos professores do curso de História e da ajuda dos políticos da cidade, o Museu de História pode contar com um grande acervo material e esteve desde o primeiro momento aberto à comunidade reforçando assim o que fora dito anteriormente que houve de fato um contato muito intenso entre a comunidade local e a comunidade da FFCL/Marília em seus primeiros anos.

Além dos esforços em levar a diante o projeto de instalação da Faculdade de Filosofia de Marília, o Professor Dr. Michel Sawaya protagonizou um dos episódios mais emblemáticos de defesa da criação dos Institutos Isolados no interior do Estado. Em resposta a artigo publicado no jornal “O Estado de São Paulo” no mês de abril do ano de 1960, o qual traz uma crítica a expansão dos institutos isolados no interior. Após o Governador Janio Quadros sancionar a lei que autorizava a criação do instituto isolado em Marília, esse jornal publica artigo intitulado “Desperdício Descabido” tecendo críticas a sua criação. O artigo ressalta que a iniciativa de criação de faculdades no interior não passaria de uma manobra eleitoral e que acarretaria prejuízos aos cofres

públicos em um momento em que o próprio Governador iniciava uma política de “austeridade financeira”; ainda classifica a iniciativa de criação do instituto de Marília como uma atitude descabida e contrária aos pareceres emitidos pelo CO/USP sobre a viabilidade de instalação dessa faculdade.

O Professor Michel Sawaya rebate veementemente esse artigo em nota enviada e endereçada ao diretor do Jornal “O Estado de São Paulo”, no dia 11 de abril de 1960, no qual faz uma crítica aos redatores do jornal sobre a falta de informações sobre a Faculdade de Filosofia de Marília e sobre o seu trabalho e ainda questiona a falta de honestidade dos dados apresentados no artigo.

As críticas a criação dos institutos tinham um discurso elitista que desvalorizava e criticava a irresponsabilidade da Assembleia Legislativa de São Paulo, quando autorizava a criação dessas faculdades, canalizando recursos que deveria voltar-se para USP, a qual não havia ainda atingido, segundo o conselho, o seu grau de desenvolvimento pleno. Fazia também severas críticas voltadas aos profissionais dessas faculdades, quando afirmava que ‘não se improvisam professores universitários’. (CASTILHO, 2009, p.94-95).

Ao deixar o cargo, o Professor Michel Pedro Sawaya (novembro de 1960) elabora um Regimento para a faculdade que resultou no Anteprojeto do Regulamento que vigorou até o final de 1962. Após sua saída, veio ocupar a direção da faculdade o Professor Doutor Massaud Moisés livre docente em Literatura Portuguesa pela FFCL/USP. Esteve a frente da faculdade no período de 13 de novembro de 1960 a 20 de dezembro de 1962.

Sobre o período que esteve a frente da direção fato inusitado foi o de ter dirigido a FFCL/Marília e a FFCL/Assis durante 9 meses no ano de 1961. Durante a gestão do Professor Massaud, os fatos mais importantes para a faculdade foram a inauguração da biblioteca departamental do curso de História, o *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior* e a criação das revistas ALFA do Departamento de Letras.

A biblioteca da FFCL/Marília foi uma das bibliotecas mais completas de todos os Institutos Isolados no interior. Idealizada pelos professores do curso de História, que tentavam levar a diante a proposta de fazer os institutos alcançar um alto nível de ensino e pesquisa na área das ciências humanas.

O que eu posso dizer e acho que isso é objetivo, é que nós todos fizemos um grande esforço, e eu inclusive, no sentido de dar às Faculdades, o melhor nível possível e por isso uma das prioridades que nós estabelecemos ali foi a desenvolver a biblioteca. Portanto, eu cheguei ela já estava, lá sei eu, em

processo, havia uma grande quantidade de obras, mas nós desenvolvemos aquilo com compras de livros, revistas, etc. porque nós achamos que depois as condições materiais do professor, as condições de instalação, porque ali, o prédio era adaptado, e portanto era preciso melhorar e isto foi feito. (MOISÉS, Massaud. Entrevista 01, Nov 1992, CEDEM/UNESP)

Na impossibilidade de criação de um espaço destinado apenas às obras do curso do Departamento de História, todos os exemplares adquiridos foram incorporados à biblioteca central da faculdade, o que veio contribuir ainda mais para o seu desenvolvimento.

O *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior* realizado em junho de 1961, apenas dois anos após a inauguração da Faculdade, denota a força e influência que detinha o Departamento de História naquela faculdade.

O curso de História sempre esteve em posição privilegiada na FFCL/Marília. Ao iniciar as suas atividades já contava com vários professores doutores, a Professora Doutora Olga Pantaleão (História Moderna e Contemporânea), a Professora Maria Conceição Vicente de Carvalho (Geografia Humana e do Brasil), o Professor Doutor José Roberto do Amaral Lapa (História do Brasil). Esses professores já contavam com experiência na docência; daí as iniciativas de criarem na faculdade um curso que fosse diferente do curso ministrado na USP, à iniciativa da criação da biblioteca departamental e ainda à organização de um encontro para discutir as questões relativas aos cursos de História em nível nacional.

Ao destacar quais teriam sido os fatos mais importantes ocorridos em sua gestão o Professor Massaud Moisés destaca o Simpósio de História como um dos fatos mais importantes não apenas para o curso de história, mas para toda a faculdade, a grande visibilidade da faculdade, com a realização do Simpósio.

Eu destacaria o Congresso, o Congresso de História que tivemos ali reunindo gente de vários lugares do Brasil e de fora do Brasil. Vieram colegas da Europa, etc. Foi um Congresso que não fica nada a dever ou não ficava nada a dever a nenhum outro Congresso realizado em outra parte. Deve ter sido em 60, deve ter sido em 60. Foi um congresso de História e reuniu ali muitíssima gente, lá sei eu, da Europa, da Áustria, da Bélgica, etc. Foi de muito boa qualidade uma grande satisfação porque empolgou a todos, estudantes, professores, administradores. E os que finalmente assistiram e os que participaram acharam que estava muito bem realizado. Não é mérito de alguém em particular, mérito da faculdade toda porque todos trabalhavam, lá sei eu, inspirados nesse esforço de fazer uma coisa boa, não é? (MOISÉS, Massaud. Entrevista n.1, 12 nov.1992, CEDEM/UNESP).

E, segundo aponta o Professor José Roberto Amaral Lapa (1992), a criação da Revista Estudos Histórico, criada em 1963, foi uma consequência desse Simpósio realizado na faculdade.

Bom. A revista era um sonho, eu acredito que acalentado pelo grupo que trabalhava em História em Marília, que começou a crescer a partir do momento em que nós convocamos o Simpósio de História. Quer dizer, era uma decorrência natural da nossa inquietação para não apenas abrigar a produção local, como também, via revista, ou gravitando em torno da revista, nós conseguimos dimensionar as nossas ideias, a nossa experiência de magistério, de pesquisa, o nosso diálogo com centros de História mais adiantados, nós acreditávamos sempre que isso poderia ter um espaço privilegiado na revista. (LAPA, José Roberto Amaral. Entrevista n.1, 05 mar.1992, ACEDEM/UNESP).

No ano de 1962, é criada a primeira revista departamental da Faculdade. A revista ALFA do Departamento de Letras Anglo-Germanicas. Por sugestão do chefe de departamento o Professor Ataliba Teixeira de Castilho (Filologia e Língua Portuguesa) apresenta ao então Diretor da Faculdade Professor Massaud Moisés os planos de criação da revista. Esses planos vieram de encontro às aspirações do Professor Massaud que também desejava a criação de uma revista na faculdade, o seu primeiro número foi publicado em março de 1962 e seu ultimo número publicado em 1975 quando a faculdade ainda funcionava como Instituto Isolado. De inicio a revista teve uma periodicidade semestral, mas seus últimos números 20 e 21 tiveram publicação em um único caderno.

Segundo a Professora Doutora Rosane Michelli de Castro (2005: 2009), que, em seu trabalho de doutoramento analisou as três revistas publicadas (Alfa pelo departamento de Letras Anglo Saxônicas, Estudos Históricos pelo departamento de História e Didática pelo departamento de Pedagogia) na época em que a faculdade ainda se organizava enquanto Instituto Isolado, embora tenham surgido como o objetivo de servir de espaço para o registro das atividades acadêmicas científicas e as suas produções, essas revistas acabaram ganhando um sentido mais amplo. Essas revistas acabam se tornando parte do processo mais amplo de institucionalização tanto dos cursos representados como da faculdade como um todo que nesse momento – criação – busca estratégias para sua consolidação institucional.

Tal investigação norteou-se pela hipótese, comprovada ao final, de que tais Revistas, mesmo tendo sido criadas a partir de uma ideia inicial de serem somente suportes de comunicação da prática acadêmico-científica dos

intelectuais da Faculdade, teriam se firmado mais como dispositivos, como estratégias para a institucionalização da ideia de uma faculdade orientada e organizada pela partilha de princípios e objetivos, e cujas atividades acadêmico-científicas eram organizadas como atividade-meio a serviço de uma visão de organização institucional que se pretendia à tradução do consenso dos sujeitos envolvidos. (CASTRO, 2005 p.3524)

A revista ALFA foi criada no ano de 1962, a revista Estudo Históricas em 1966 e, por último, foi criada a Revista Didática, em 1969. Essas iniciativas de criação dos periódicos representou naquele momento a tentativa de estabelecimento da Faculdade de Filosofia dentro da proposta de fazer desses institutos centros de excelência no ensino e pesquisa.

No ano de criação do curso de Ciências Sociais em 1963, estava na direção da Faculdade o Professor Eurípedes Simões de Paula que ficou no cargo de 27 de julho de 1962 à 20 de abril de 1964. O Professor Doutor Eurípedes Simões de Paula era catedrático de História Antiga e Medieval da FFCL/USP, antes de assumir o cargo na FFCL/Marília já havia exercido o cargo de diretor da Faculdade de Filosofia e também vice-diretor da Universidade de São Paulo.

O estabelecimento dos Institutos no interior do Estado foi marcado por muitas dificuldades e aos Diretores desses institutos coube a difícil tarefa de materializar as proposta, projetos do qual não haviam participado e que só tomavam conhecimento no ato de sua nomeação. Sem uma estrutura administrativa comum, cada Diretor nomeado teve de utilizar suas próprias estratégias para conseguir levar adiante o projeto de concretização dos Institutos.

Em meio às dificuldades de diversas ordens como a recusa e desconfiança do CO/USP em relação à qualidade do ensino, dificuldades com a definição de um local com infraestrutura adequada para a instalação - o IIES de Marília foi um dos poucos a iniciarem suas atividades em prédio próprio graças à agência de personalidades locais que se empenharam em trazer o instituto para a cidade - outras dificuldades como a escolha de funcionários para trabalharem na faculdade, a definição de quais cursos deveriam ser instalados e a contratação de docentes para esses cursos, configuraram as inúmeras dificuldades para esses Diretores.

Dentre os vários entraves à criação dos IIES destacamos novamente a tentativa de intervenção do CO/USP. Em que pese os inúmeros pareceres contrários à instalação

desses IIES por parte do Conselho, acreditamos que a maioria dos motivos apresentados para a negativa da criação dos institutos foram realmente válidos e comprováveis: as motivações políticas e a falta de planejamento sobre as reais possibilidades de instalação desses institutos nas cidades onde foram instalados e a falta de recursos financeiros foram os principais motivos alegados pelo Conselho ao se posicionarem contrários à criação de novos institutos.

Os motivos acima apresentados foram de grande relevância para que o CO/USP se posicionasse contrário a criação de novos institutos e da expansão do ensino superior no interior do Estado. Mas, um motivo que não estava explícito, mas que podemos perceber foi a tentativa dessa universidade de manter o monopólio de formação de docentes para atuarem no ensino secundário e principalmente o monopólio de produção do conhecimento científico³⁵. Como aponta Pierre Bourdieu (1983), o que está em jogo nesse campo específico é o monopólio da autoridade científica, autoridade essa que até então era detida pela USP.

O universo ‘puro’ da mais ‘pura’ ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas [...] O campo científico enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; (BOURDIEU, 1983, p.123).

Os pareceres negativos à criação dos institutos no interior denotam a posição contrária dessa universidade à expansão do ensino superior no Estado. Acreditamos que o aumento de Instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo representou uma desestabilização nesse campo. Até então era exclusivamente dessa universidade a prerrogativa de impor uma definição do que era ciência e também sobre a formação de professores para o ensino secundário o surgimento de novas instituições de ensino superior veio ameaçar esse status de autoridade da USP.

Na faculdade de Marília, por exemplo, diferentemente do curso oferecido na USP a grande inovação foi a cadeira de Introdução aos Estudos Históricos que era composto de dois cursos *Introdução aos Estudos Históricos* destinados os estudantes ingressante do primeiro ano e *Teoria da História* destinado aos estudantes do terceiro

³⁵ BOURDIEU, Pierre. *O campo científico*. 1983

ano de onde se esperava uma abordagem os fundamentos epistemológicos dessa disciplina.

Segundo Ortiz (2002), o campo científico produz os fundamentos de sua existência e ao fazer isso, estabelece certas maneiras de proceder, que segundo ele funcionam como entraves a novas perspectivas: “[...] há muito de conservantismo. A dificuldade de inovar decorre de uma estrutura que privilegia a fixidez em detrimento do risco”

Os pareceres negativos à criação dos institutos figuram como estratégias de preservação do status que detinha essa Universidade. Ao questionar um modelo de curso proposto pela USP e propor alternativas aos cursos já existentes há um desestabilização desse campo o que segundo Bourdieu (1983), pode vir a provocar um reordenamento desse campo específico.

A disputa pela fixação ou superação da autoridade imposta dentro de um determinado espaço social é definida por Bourdieu como estratégias de conservação e subversão a ordem estabelecida.

Tudo leva a crer que a propensão às estratégias de conservação ou às estratégias de subversão é tanto mais dependente das disposições em relação à ordem estabelecida quanto maior for a dependência da ordem científica com relação à ordem social dentro da qual está inserida. (BOURDIEU, 1983, p.139).

Em relação à expansão do ensino superior no interior do Estado de São Paulo, houve uma tentativa de superação do modelo institucional proposto pela USP por parte dos Institutos com vistas à adequação a realidade de cada Instituto. Em relação à USP, houve por meio dos pareceres negativos sobre a criação dos Institutos a tentativa de manutenção do monopólio e a autoridade sobre a produção do conhecimento que esta representava no Estado de São Paulo.

CAPÍTULO III - FORMAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA F. F. C. L DE MARÍLIA.

3.1. Ciências Sociais – um campo de conhecimento e disciplina acadêmica

As Ciências Sociais, juntamente com o Direito, a Economia, Psicologia, Geografia, História etc., faz parte de um campo de conhecimento denominado de Ciências Humanas, e o seu estabelecimento enquanto um campo acadêmico de atividade profissional ligado ao ensino e à pesquisa terá início com o surgimento da sociedade industrial no século XIX.

Enquanto parte das Ciências Humanas e dos conhecimentos produzidos nessa área - principalmente a partir do século XIX – esteve envolvida em questões de cunho epistemológico de onde se pode evidenciar uma tentativa de constituição enquanto ciência autônoma em relação a outras ciências com um objeto e método específico.

Embora estudos de caráter social tenham sido produzidos ao longo de todo o desenvolvimento histórico da humanidade, a tentativa de elaboração de uma ciência propriamente dedicada à sociedade pode ser observada na figura de Auguste Comte (1798-1857) que como anteriormente mencionado nesse trabalho acreditava ser possível à produção de conhecimento sobre a sociedade.

Mas, os limites epistemológicos das suas proposições estavam no fato de que ainda não vislumbrasse a possibilidade de fazê-lo a partir de um método originalmente novo se distanciando das ciências físicas ou naturais.

Comte buscou criar uma ciência da sociedade que pudesse explicar as leis do mundo social da mesma forma que a ciência natural explicava o funcionamento do mundo físico. Embora Comte reconhecesse que cada disciplina científica possui seu próprio assunto, ele acreditava que todas elas compartilham uma lógica comum e um método científico direcionado a revelar as leis universais. (GIDDENS, 2005, p.28).

A análise da sociedade industrial ainda teve a contribuição dos pensadores “clássicos” - Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber – que produziram uma reflexão sobre as relações estabelecidas nessa sociedade em seus aspectos políticos, econômicos, religiosos etc. e, assim contribuíram para o estabelecimento dos fundamentos não apenas das Ciências Sociais enquanto campo de conhecimento, mas como disciplina científica.

Sobre a distinção e especialização das ciências sociais como campo de conhecimento e disciplina científica podemos tomar como referência o empenho de Max Weber (1864-1920) em tentar estabelecer os fundamentos metodológicos com vistas a alcançar objetividade conhecimento nessa área.

A maior parte da obra metodológica de Max Weber tem por objetivo responder a essa dificuldade. Quais são, portanto, os procedimentos que permitem, para além desta escolha subjetiva, garantir a validade universal dos resultados das ciências? Muito esquematicamente, sua resposta é que os resultados científicos devem ser obtidos, a partir de uma escolha subjetiva, por procedimentos sujeitos a verificação, que se imponha a todos os espíritos. (ARON, Raymond 2003).

Weber (1983), em sua tentativa de estabelecimento dos procedimentos metodológicos pertinentes à ciência social, tenta desenvolver um método com o qual o cientista consiga fazer esse difícil exercício de reconhecer o lugar que ocupa dentro da sociedade e os valores aos quais está submetido e, mesmo assim, possa desenvolver, frente ao seu objeto, certa neutralidade valorativa ou distanciamento que lhe permita observar e analisar estes objetos sem a interferência destes valores que, em um primeiro momento, serviram de ponto de partida para as suas reflexões. A objetividade do conhecimento científico para Weber deixa de centrar-se no objeto e passa a ser buscada pelos procedimentos científicos pré-estabelecidos.

Embora as reflexões teórico-metodológicas tenham surgido da necessidade de diferenciação e da objetivação do conhecimento produzido nas Ciências Sociais essa constante reflexão permanece como parte do trabalho científico, pois, o elemento distintivo dessa ciência – relação de proximidade entre sujeito e objeto

3.2. Formação das Ciências Sociais no Brasil

Dentre as abordagens possíveis sobre a investigação da formação das Ciências Sociais no Brasil aquela denominada de “perspectiva da institucionalização das Ciências Sociais” nos oferece alguns subsídios para entender o processo de surgimento desta enquanto disciplina acadêmica e ainda observar o surgimento de uma nova categoria profissional (BONELLI, 2005).

A Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e a Universidade de São Paulo no início da década de 1930 são tomadas como primeira referência para essa abordagem. E, a partir de 1960 também a criação dos Programas de Pós-graduação e o incentivo e apoio de agências de financiamento como a Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior (CAPES), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Fundação Ford e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) na área das Ciências Sociais irão contribuir para o desenvolvimento de estudos a partir da institucionalização. Para Miceli (2001b), essas agências de fomento constituíram-se em um elemento de diferenciação socioeconômica, institucional e política nas atividades científicas e no perfil dos cientistas no campo das Ciências Sociais.

Ainda, segundo Ortiz (2002), ao tratar do desenvolvimento da Sociologia aponta o aumento da produção científica ocorrida com a criação dos programas de pós-graduação de com o incentivo das agências de pesquisa a partir da década de 1960.

Alguns autores começaram a dividir a história das Ciências Sociais no Brasil em antes e após 1964. O corte que lhes interessa não é mais a diferença entre conhecimento acadêmico e senso comum, o debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, mas o processo de profissionalização e institucionalização das disciplinas. Não resta dúvida que os dados sugerem essa abordagem. Até meados dos anos de 1960, a produção sociológica restringe-se a poucos lugares do país. Mesmo em São Paulo, ela é incipiente. Na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, entre 1945 e 1965, foram defendidas somente 41 teses (incluindo livre-docência, doutorado e mestrado), considerando-se todos os trabalhos de Antropologia, Sociologia e Ciência Política [...] Este quadro muda radicalmente com a criação de uma política de pós-graduação e de financiamento de pesquisa. (ORTIZ, 200, p.186).

Sobre o processo de diferenciação que o curso de Ciências Sociais passa nesse período Sergio Miceli (2001), em *“O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil”* aponta que o período que corresponde ao final da década de 1950 e início da década de 1960 marca a consolidação de uma elite intelectual na área das Ciências sociais que irá se diferenciar e profissionalizar influenciados principalmente pelas políticas educacionais adotadas no período de regime autoritário que permitir.

Sobre a perspectiva da institucionalização e consequentemente da formação de uma nova categoria de profissionais –, Antropólogos, Cientistas Políticos e Sociólogos – a pesquisadora Maria da Glória Bonelli (1993), investiga a formação das Ciências Sociais à luz da formação dessa nova classe de profissionais. Segundo essa pesquisadora existiria uma dificuldade em reconhecer em nosso país as Ciências Sociais como uma profissão, diferentemente do caso observado nos Estados Unidos.

Minha proposta é analisar as Ciências Sociais dentro do mundo do trabalho. Só que em vez de olhar o trabalho como uma atividade inerente à vida do operário

na indústria, por exemplo, vamos examiná-lo sob o prisma do conjunto das atividades desenvolvidas a partir de uma titulação superior. (BONELLI, 2007, p.07).

Segundo essa pesquisadora, as Ciências Sociais assim como qualquer outra profissão enfrentaria a competição entre profissionais da mesma área, disputas de objeto de estudo, vagas no mercado, disputas sobre o monopólio da regulamentação do exercício das atividades profissionais.

Para tanto a noção de campo e campo científico desenvolvido por Pierre Bourdieu (1983; 1989), permitira analisar a lógica de formação e desenvolvimento desse espaço específico. A partir da noção de campo é possível estabelecer o espaço ocupado pelas Ciências Sociais no Brasil, espaço esse marcado por conflitos disputas e estratégias geradas por interesses pela manutenção ou criação de novos capitais específicos dentro deste espaço visando garantir a autoridade científica nesse espaço.

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou se quisermos o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente [...] (BOURDIEU, 1989, p.122-123).

Ao considerar as Ciências Sociais enquanto um microcosmo é possível que observemos a competição e o conflito no qual este se constitui, ao mesmo tempo em que garantem o seu funcionamento. O exemplo mais candente dessas relações são as divisões e especializações das disciplinas que irão compor as Ciências Sociais (BONELLI, 1993).

As Ciências Sociais no Brasil se institui e se desenvolve sob uma dupla inscrição, primeiro, o desenvolvimento teórico-metodológico e segundo os estudos relativos à própria realidade brasileira, ou seja, as Ciências Sociais no Brasil enfrentam a complexa tarefa de produzir-se no Brasil ao mesmo tempo e que produz estudos sobre o Brasil.

A relação entre Ciências Sociais e sociedade não deve ser considerada apenas como se esta última fosse o cenário para as investigações científicas, mas sim como capaz de influenciar, alterar ou criar possibilidades para o desenvolvimento do trabalho científico: “[...] as condições materiais e morais do meio social ambiente refletem-se,

nas várias maneiras, nas possibilidades de organização e de expansão das instituições de pesquisa científica. (FERNANDES, 1977 p.50)”.

Os primeiros cursos de Ciências Sociais no país vão assumir um caráter prático voltado à resolução de problemas que se apresentam e para a formação e profissionalização de professores tanto para o ensino das séries iniciais, quanto para o próprio ensino superior. Sobre a formação das Ciências Sociais Miceli (1995) aponta que o seu desenvolvimento esteve atrelado em um primeiro momento a formação de uma elite intelectual que buscava uma profissionalização como vistas a assumir os rumos do desenvolvimento político e econômico de onde se destacam a USP e a Escola Paulista de Sociologia e Política.

No que diz respeito ao desenvolvimento intelectual dessas disciplinas podemos observar três períodos não estanques, mas em que predominavam algumas características.

O primeiro diz respeito ao período que compreende o século XIX até inícios do século XX em que percebemos a inexistência de um sistema de ensino superior universitário e também a falta de uma mentalidade científica – em relação aos aspectos teórico-metodológicos – estabelecidos que pudessem dar conta dos problemas e exigências no campo científico como um todo.

Em relação a esse período Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992), identifica os estudos de Euclides da Cunha sobre a formação sociocultural do Brasil com a famosa obra *Os Sertões* de 1902: “[...] a primeira grande teoria explicativa do Brasil enquanto sociedade e civilização; trata-se da célebre distinção efetuada por Euclides da Cunha entre um Brasil progressista do litoral e um Brasil arcaico do interior” (1992 p.390).

Embora, não encontremos nesse período, intelectuais formados na área das ciências sociais Antônio Candido no artigo “*A Sociologia no Brasil*” ressalta as contribuições para o campo da sociologia de Tobias Barreto e Silvio Romero ambos da Faculdade de Direito de Sergipe: “Talvez a primeira manifestação do que seria Sociologia no Brasil durante quase meio século se encontre na ‘introdução à história da literatura brasileira (1881), onde Silvio Romero estabelece as diretrizes que orientam por muito tempo os estudos sociais no Brasil [...] mas o primeiro estudo teórico de certo vulto sobre a matéria (deixando de lado as repetições automáticas dos positivistas) foi

possivelmente devido a Tobias Barreto e obedeceu –vale lembrar – a um critério negativista.”(CANDIDO, 2006,p.273)

E, em um segundo momento o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais em nosso país no contexto de criação e expansão das universidades, que está inserida em um cenário de expansão industrial, e de tentativa de produção de uma identidade nacional.

Miceli (2001), aponta que o projeto de institucionalização se constitui principalmente enquanto um feito paulista, em contraposição ao outros centros universitários (Pernambuco, Bahia e Minas Gerias) e com destaque especial aponta a contraposição de São Paulo ao caso do Rio de Janeiro naquele momento capital federal do país.

A rigor, só existiu uma vida acadêmica em acepção aproximada das experiências europeias e norte-americanas na Universidade de São Paulo, entendendo-se por isso uma atividade profissional permanentemente de docentes e pesquisadores em condição de fazer da universidade o centro de sua vida pessoal [...] Enquanto em São Paulo os cientistas sociais se tornaram cada vez mais profissionais acadêmicos, metidos de roupas e tudo na construção da corporação em cujo êxito eles eram os maiores interessados e os primeiros beneficiários, os praticantes das Ciências Sociais cariocas são, em sua maioria, e com as exceções conhecidas, membros por inteiro das elites políticas e culturais. (MICELI, 2001, p.107-08).

Miceli (2001) aponta essa distinção de agendas e interesses entre os cursos instalados em São Paulo e Rio de Janeiro expondo as contradições entre esses dois Estados, mas também irá apontar as diferenças de agendas e interesses de cada curso específico nos Estados de Minas Gerais, Paraná e Pernambuco.

E o período que vai da década de 1970 e que compreende o momento em que os quadros profissionais formados nessas Universidades irão assumir posições de docentes dentro das Universidades e inserção na sociedade enquanto profissionais.

3.3. Especialização

No período de inserção das Ciências Sociais nas universidades dentre as três disciplinas tronco que compõe o seu currículo a Sociologia aparece com maior destaque em relação à Antropologia e a Ciência Política o que denota o desenvolvimento desigual

dessas disciplinas no âmbito das Ciências Sociais. E, de forma mais enfática podemos notar a dependência da Antropologia em relação à Sociologia: “Penso não ser exagero usar como metáfora o fato de a antropologia ter se desenvolvido como uma ‘costela’ da sociologia então hegemônica”. (PEIRANO 2000 p.219).

No campo das Ciências Políticas, FORJAZ (1997), aponta a dificuldade dessa disciplina em se desenvolver institucionalmente devido à forte influência da escola paulista de sociologia: “a hegemonia e o caráter fechado da Universidade de São Paulo tornaram extremamente competitivo o processo de afirmação desses cientistas sociais, tendo produzido um debate intelectual bastante agressivo”.

Um fato que pode servir para trazer luz a esse processo de diferenciação e distanciamento em relação às três disciplinas que compõe o currículo das Ciências Sociais no país é o que Miceli (2001), aponta enquanto iniciativas de “regionalização” das Ciências Sociais nas décadas de 1940-50:

Ao contrário do que se passou em Minas Gerais, por exemplo, onde as disciplinas jurídicas e econômicas constituíam o cerne da formação acadêmica em Ciências Sociais, o currículo da faculdade paulista se nutria de uma alentada formação filosófica sobre a qual foi se erigindo progressivamente o predomínio intelectual da disciplina sociológica [...] A maioria das iniciativas bem sucedidas no Rio de Janeiro ganhou impulso institucional sob a proteção de lideranças e círculos governamentais influentes. Esse enraizamento na máquina oficial não podia deixar de marcar o perfil das organizações assim constituídas, os horizontes doutrinários de seus integrantes, a agenda de preocupações, projetos e objetivos, enfim, imprimindo o selo de interesse político partidário sobre a mentalidade e a formação dos praticantes recém-recrutados para as novas disciplinas. [...] O Instituto Joaquim Nabuco (Recife) tendeu desde o início a operar como cooperativa de pesquisadores, letrados e intelectuais locais, unidos pela perspectiva de criação cultural inovadora sob a liderança de Gilberto Freyre. (MICELI, p.22-23; 25).

Podemos de essa forma perceber uma dispersão regional dessas disciplinas devido contexto social no qual esse curso estava inserido.

Em relação à Sociologia observam-se em São Paulo dois fatores importantes que propiciaram seu desenvolvimento nesse contexto; primeiro a inserção da Sociologia como componente curricular nas escolas de ensino regular:

Argumentava-se que a grande mescla étnica e cultural do país exigia um conhecimento desta ciência, principalmente em se tratando da formação de professores primários, que deveriam dar instrução às crianças de origem e civilizações muito diversas. (QUEIROZ, 1992, p.390).

E, ainda como aponta Liedke (2005 p.383), no artigo: *A Sociologia no Brasil: história e desafios* após a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo há a necessidade da criação “de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, a par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender antes de agir o meio social em que vivemos” impulsionaram o desenvolvimento da Sociologia.

Esse pesquisador ressalta a importância da criação da ELSP nesse período que como já apontado anteriormente o seu objetivo era formar profissionais capazes de produzir conhecimento científico sobre a realidade brasileira, e principalmente alinhar esse conhecimento a tomada de decisões no interior do governo nos níveis federal, estadual e municipal, e ainda a ênfase na pesquisa empírica influenciada principalmente por professores norte-americanos e europeus. Entre alguns professores estrangeiros de Antônio Picarollo (Itália) para a cadeira de Ciência Política; Radcliffe-Brown (Inglaterra) para a cadeira de Antropologia. A partir de 1933 Horace Davis e Samuel Lowrie (Estados Unidos) atuando na área da Sociologia Aplicada Herbert Baldus e Emillo Willems (Alemanha), Donald Pierson (Estados Unidos).

Fernando Limongi (2001) assinala que embora não tenha se configurado em uma oposição de fato entre as duas instituições criadas em São Paulo no início da década de 1930 a ELSP irá sofrer perdas substanciais de estudantes com a criação da USP devido ao seu maior prestígio. Havia segundo esse pesquisador uma distinção clara entre os propósitos e projetos defendidos pelas duas instituições:

A nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tem por fim formar uma elite de professores secundários e elevar o nível da cultura geral do nosso meio. A sua finalidade política, dentro da forma de governo por nós adotada, é de concorrer para aumentar a competência do eleitorado. Enquanto a Escola Livre de Sociologia e Política tem a finalidade de formar funcionários técnicos, que seguindo a carreira administrativa, tanto pública como particular, concorram para aumentar a competência das nossas administrações. (LIMONGI, 2001, p.259).

Assim a ELSP irá se expressar dando ênfase nas pesquisas aplicadas nas áreas de sociologia e de economia política. Figura de grande importância que contribuiu para o desenvolvimento das pesquisas principalmente na área da sociologia aplicada e para a sua manutenção dessa instituição Roberto Simonsen.

Considerado um dos maiores líderes no setor industrial do Brasil da época, sua atuação como liderança e como pensador de sua classe deu-se ao mesmo tempo em que, no Brasil, ocorria, especialmente a partir da década de 1930, a implantação do capitalismo industrial, o fortalecimento do Estado como fator decisivo para a industrialização e, conseqüentemente, a chegada da burguesia nacional ao poder (FREITAS, 2010).

Juntamente à ELSP, a USP representaram dois polos importantes ao desenvolvimento do pensamento e de pesquisas na área da sociologia, o que denota pelas razões acima apresentadas a maior influência que essa disciplina possuía no rol daquelas que compunham as Ciências Sociais.

No caso das Ciências Políticas e sua constituição como disciplina acadêmica Maria Cecília Spina Forjaz (1997), atribui grande importância ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj) e o Departamento de Ciência Política da Universidade de Minas Gerais (DCP-UFMG) como centros de desenvolvimento e intercâmbio tanto de intelectuais como de pesquisas. Ainda segundo a pesquisadora seu desenvolvimento institucional e intelectual acontece tardiamente se comparada à Sociologia e Antropologia.

Em contraposição à “escola paulista de sociologia” que sofre a influência da tradição europeia especialmente a francesa e alemã, as Ciências Política será influenciada pela tradição norte-americana (escola de Chicago).

Em relação a Antropologia – que também terá seu desenvolvimento ligado à “escola paulista de sociologia” – é a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970³⁶ com a criação dos primeiros cursos de Pós-graduação em Antropologia que esta irá se firmar como “genuína ciência social” (PEIRANO, 2000, p.219). Também se encontrava fundamentada na tradição do pensamento francês.

A pesquisadora Mariza G. S. Peirano (2000) faz uma distinção entre duas formas de fazer antropologia no Brasil; a primeira denominada de estudos canônicos ou clássicos das sociedades tribais ou primitivas tal como eram realizadas nos centros europeus e se estende até o final dos anos de 1960; e o fazer antropológico após a criação dos Programas de Pós-graduação em Antropologia que segundo ela: “[...] à

³⁶ Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional em 1968; Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo em 1970; Programa de Pós-Graduação (mestrado) na Universidade Estadual de Campinas em 1971; Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília em 1972; e ainda o programa de Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia em 1968

(nova) antropologia cabia enfrentar o mesmo desafio colocado na época aos sociólogos: analisar, compreender e, assim, transformar a sociedade brasileira” (2000, p.221).

Ainda sobre a Antropologia e seu desenvolvimento a partir dos programas de Pós-graduação a Professora Doutora Christina Rezende Rubim (1996) ressalta que a Antropologia praticada no Brasil assumira um novo significado, a constituição de um campo intelectual reconhecido pelos demais intelectuais brasileiros contribuirá para o desenvolvimento o ensino e a pesquisa nos espaços universitários.

A década de 60 foi significativa na compreensão dos rumos tomados pela Antropologia no Brasil. Foi um momento de “escolhas” [...] Foi um momento no qual o ensino se transformou e se confirmou a necessidade da profissionalização do antropólogo no Brasil. A Antropologia Cultural/Social começou a se formar e criaram-se as condições necessárias para a formação do profissional em antropologia, o que vai se consolidar na década seguinte. (RUBIM, 1993, p 41.)

De maneira geral Antropologia e Ciências Políticas parecem ter se beneficiado com a política de criação dos Programas de Pós-graduação³⁷ mais do que a Sociologia que nesse momento já estava consolidada como disciplina acadêmica.

Mas considerando as Ciências Sociais como um todo, Miceli (2001b), considera que o desenvolvimento exitoso alcançado esteve ligado ao fato de que estava associada às demandas do sistema político e de grupos empresariais atuantes nos mercados de ensino e da produção cultural e, ainda segundo Miceli (2001), as Ciências Sociais vieram a se beneficiar de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico.

3.4. O curso de Ciências Sociais da IIES-FFCL de Marília

O curso de Ciências Sociais da FFCL-Marília foi criado 1962 por deliberação da Câmara de Ensino Superior do Estado de São Paulo e reconhecido em e de 1963, ano em que ingressa sua primeira turma.

Esse curso inicia as suas atividades apenas na modalidade de licenciatura assim como a grande maioria dos cursos criados nas faculdades de filosofia do interior, em

³⁷RUBIM, Cristhina. “Decreto N. 64085 de 11 de fevereiro de 1968 que definiu a implantação dos cursos de pós-graduação no país.” In: *As Ciências Sociais no Brasil Contemporâneo*. XX Congresso Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais, Caxambu, 1996.

1971 passa a oferecer curso noturno e, no ano de 1977 já com a criação da UNESP esse curso passa a oferecer as modalidades de licenciatura e bacharelado.

Atualmente o curso conta com dois departamentos nos quais estão distribuídos os docentes: Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE) e o Departamento de Sociologia e Antropologia (DAS).

O Conselho de Curso de Ciências Sociais foi criado em 1982, e o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - Mestrado foi instituído no ano de 1999 e no ano de 2006 é aprovado o projeto de Doutorado do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais. Atualmente conta com as seguintes linhas de pesquisa: Pensamento Social e Políticas Públicas; Cultura, Identidade e Memória; Determinação do Mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura e Relações Internacionais e Desenvolvimento.

Como já mencionamos anteriormente a primeira tentativa de criação desse curso data do período da criação dessa faculdade. A intenção do Professor Dr. José Querino Ribeiro era de que o curso de Ciências Sociais funcionasse desde o primeiro ano. Baseado nos resultados do questionário aplicado aos jovens da cidade e da região de Marília e, nas condições materiais para a contratação de docentes para os cursos que seriam instalados na faculdade o Professor Doutor José Querino Ribeiro em seu relatório enviado ao então Governador do Estado de São Paulo Jânio Quadros explicita a sua decisão.

Para o primeiro ano de funcionamento seriam estabelecidas: *Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais*, cujos quadros de necessidade são praticamente, os mesmos e atenderiam, pelo menos em parte, inicialmente aos pronunciamentos a favor das seções de *Psicologia e Didática*, também. *Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas*, pelas mesmas razões em relação a *Letras Clássicas. História*, pela acentuada preferência de clientela e por independer, como as demais, das maiores dificuldades de pessoas e de laboratório, podendo atender também aos pronunciamentos em favor da *Geografia*. (RIBEIRO, p.20)

Embora, tenha sido essa a resolução do Professor Drº. José Querino Ribeiro após seu afastamento seu sucessor Professor Drº Pedro Michel Sawaya opta por fazer algumas alterações no quadro de cursos oferecidos e a criação do curso de Ciências Sociais seria adiada até o ano de 1963.

Apesar de sua criação ter sido cogitada nos primeiros anos da faculdade apenas quatro anos mais tarde em um processo de reestruturação administrativa dos IIES o curso de Ciências Sociais foi criado. No mesmo ano em que foi criado o curso de

Ciências Sociais no IIES/FFCL de Marília foram criados os cursos de Ciências Sociais em outros três institutos: IIES/FFCL de Araraquara, Presidente Prudente e Rio Claro.

Portanto, a hipótese aqui defendida é de que a criação e desenvolvimento do curso de Ciências Sociais da FFCL-Marília se inscreve em um duplo processo, a expansão do ensino superior no interior do Estado de São Paulo que se deu a partir da criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior como também se inscreve no processo de institucionalização das Ciências Sociais enquanto um campo acadêmico de atividade profissional ligado ao ensino e à pesquisa.

O curso de Ciências Sociais da FFCL de Marília nasce sob a luz do processo de expansão do ensino superior e das tentativas de implantação de um sistema de controle administrativo que pudesse manter o mínimo de equidade entre os IIES e, ainda do processo de institucionalização e especialização das Ciências Sociais no país.

3.4.1. Aspectos político-administrativos

Sobre a iniciativa de criação do curso de Ciências Sociais em quatro IIES-FFCL de Araraquara, Marília, Presidente Prudente e Rio Claro diferentes identificamos dois motivos, primeiro como já mencionado a opção por instalação de cursos com disciplinas correlatas devido às dificuldades financeiras e, principalmente a contratação de docentes de diferentes áreas para atuarem nos institutos recém-criados no interior facilitava a abertura de um número maior de cursos nessas faculdades³⁸ - no caso de Marília a grande maioria das disciplinas oferecidas aos alunos do 1º ano de Ciências Sociais eram disciplinas do Departamento de História - e, em segundo lugar esse fato também pode ser entendido como tentativa de integração dos institutos isolados com vistas ao estabelecimento de critérios mínimos de gestão que fosse comum a todos e que viessem a facilitar a atuação do Governo estadual frente aos institutos como aponta Dias (2010, p.224)

A falta de planejamento político, econômico, acadêmico, científico, estratégico deixou marcas profundas na trajetória dessas instituições. Tão logo passaram a

³⁸ O número máximo permitido de cursos a serem instalados em uma Faculdade de Filosofia Ciências e Letras era 12.

funcionar, tornaram-se objeto de propostas que procuravam congregá-las por meio de empreitadas contra o que se considerava ser sua característica mais negativa: sua condição de escola isolada. A lenta, porém progressiva consolidação acadêmica institucional dos Institutos Isolados demandou o surgimento de estruturas administrativas que operassem critérios mínimos de gestão, orientados ao estabelecimento de normas gerais para todas as faculdades.

Como já apontamos durante a década de 1950 o interior do Estado de São Paulo viveu um amplo processo de expansão do ensino superior – interiorização – possibilitado pela Constituição de 1947 que ofereceu as condições legais para esse crescimento e, motivado principalmente por interesses políticos: “para os deputados cujas bases eleitorais estavam no interior do estado, criação das escolas era um dado sugestivo que compunha o elenco de suas propostas de ação política de caráter eleitoral” (CORRÊA, 2007, p.18). A criação da grande maioria dos institutos teve um caráter político, não havia de fato conhecimento das especificidades de uma instituição de ensino superior.

Aos poucos essa falta de planejamento político, econômico, acadêmico e administrativo começa a se tornar um entrave para o desenvolvimento desses institutos, Dias (2010), demonstra que uma das primeiras tentativas de integração administrativa dos institutos foi em 1959 com a criação do Serviço dos Institutos Isolados do Ensino Superior- SIIES que em 1963 com a criação do Conselho Estadual de Educação³⁹ (CEE) passa a ser denominado de Serviço Administrativo dos Institutos Isolados⁴⁰ esse órgão tinha a intenção de oferecer suporte administrativo aos institutos.

Com a criação do CEE os assuntos referentes ao ensino superior passaram a ser tratado na Câmara de Ensino Superior, esse conselho foi dividido em câmaras distintas (primário, médio e superior) para que facilitasse as deliberações respectivas a cada grau de ensino. O a criação e funcionamento do curso de Ciências Sociais da FFCL de Marília e das demais FFCL fez parte da tentativa de reestruturação e adequação administrativa dos IIES como aponta Vaidergon (1995):

Uma das primeiras deliberações da Câmara de Ensino Superior foi a reestruturação dos cursos das FFCL-IIES a ela subordinadas, e o início do curso de Ciências Sociais nas FFCL de Araraquara, Marília, Presidente Prudente e Rio Claro, o de Física na FFCL de Rio Claro, o de História na FFCL de Assis, e o de Matemática na FFCL de Presidente Prudente. (VAIDERGON. 1995, p.172)

³⁹ Lei 7.940 de 7 de junho de 1963.

⁴⁰ Decreto 42.697 de 22 de novembro de 1963.

A partir daquele momento estava também a cargo do CEE analisar as propostas de criação de novos IIES, devido ao grande número de pedidos que ainda eram feitos à Assembleia Legislativa e às dificuldades de administração dos institutos já criados no ano de 1966 foi elaborada a primeira proposta para a integração dos IIES por membros da Câmara de Ensino Superior onde os institutos seriam reunidos em quatro *Universidades Regionais* (Campinas, Bauru, Araraquara e Ribeirão Preto).

Entre algumas das atribuições do CEE por meio de sua Câmara de Ensino Superior estava a de autorizar a criação de IIES, aprovar seus regimentos e ainda propor a criação de cursos em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. O curso de Ciências Sociais do IIES/FFCL-Marília é criado nesse contexto de tentativa de reestruturação e busca de uma solução administrativa que minimizasse os efeitos negativos do isolamento desses institutos.

O Conselho Estadual de Educação de São Paulo foi criado em 1963 e como uma de suas seções, a Câmara do Ensino Superior que será responsável, dentre outras atribuições, pela administração dos Institutos Isolados. Tal Câmara analisava, emitia pareceres, recomendava ou não a contratação de docentes, a estrutura curricular de cursos, a ampliação de outros, e sobre a criação de novos estabelecimentos de ensino superior, tarefa até então desempenhada, como vimos, pelo Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. (VAIDERGON, 2005. P.).

O relato do Professor Ovídio Rocha Barros Sandoval que esteve à frente da cadeira de Ciências Políticas do curso de Ciências Sociais nos anos de 1965 e 1966 confirma esse fato.

No ano de 1964, estando vaga a cadeira de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, Instituto Isolado do Ensino Superior do Estado, fui convidado pela Professora Dra, Olga Pantaleão, então Diretora da Faculdade, para que aceitasse a indicação para ser Professor Assistente daquela disciplina. Caso aceitasse, ela faria a indicação do meu nome ao Conselho Estadual de Educação. [...] Meu nome foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, tendo como relatora a Conselheira a saudosa e querida Professora Esther de Figueiredo Ferraz. No ano letivo de 1965 dei início à regência da cadeira, como Assistente. (SANDOVAL, Ovídio R. Barros 2014).

Embora a criação do curso de Ciências Sociais tenha feito parte dos planos dessa faculdade no período de sua criação o curso de Ciências Sociais da IIES-FFCL/Marília enfrentou grandes dificuldades, e a primeira delas deriva justamente do fato de estar localizado no interior do Estado. Dentre os vários problemas advindos da distância em

relação aos grandes centros urbanos destacamos a dificuldade de permanência na cidade por docentes recém-contratados nos primeiros anos.

A professora Eloísa Faria Scarabotolo (1992), - professora assistente da disciplina de Sociologia sob a supervisão do professor Oswaldo Xidieh— ao apontar as dificuldades presentes naquele curso nos seus primeiros anos, em entrevista ao *Projeto Institutos Isolados de Ensino superior de São Paulo (1923-1976) Memória da Universidade* (1992) ressalta a dificuldade em relação a contratação de docentes, segundo a Professora Eloísa esse curso funcionava em uma dependência muito grande de outros cursos da faculdade, a grande maioria dos professores que atuavam nesse curso pertenciam ao Departamento de História, e, ainda sobre a contratação de profissionais para atuarem nesse curso relata:

Eu acho que a principal dificuldade estava justamente em você encontrar o profissional, não é? Que quisesse, na década de sessenta, e até na década de setenta, o profissional que quisesse, mas principalmente em sessenta, que quisesse sair do grande centro, não é? Para vir para uma cidade do interior e aqui ficar trabalhando como professor universitário, mesmo considerando que até meados de sessenta, o professor universitário era bem remunerado, mesmo considerando isso. Então, digo isso por alguns colegas meus, meus contemporâneos que chegaram a pensar em vir para Marília. Para Marília e para outros Institutos Isolados e acabaram desistindo porque encontraram oportunidade melhores em São Paulo ou no Rio, ou até mesmo fora do Brasil.(SCARABOTOLO, Eloísa. Entrevista nº1. 26 de Maio de 1992)

No primeiro ano de funcionamento as únicas disciplinas específicas do curso de Ciências Sociais ministradas foram as de Antropologia Social e Etnografia do Brasil, pelas Professoras Francisca Isabel Churing⁴¹ e Nobue Myazaki⁴² respectivamente e a disciplina de Sociologia ministrada pelo professor Oswaldo Elias Xidieh que fora contratado pelo Departamento de Pedagogia e transferido para o Departamento de Ciências Sociais após a instalação desse curso.

Então, foi assim, complicado no primeiro ano foi complicado porque a gente tinha muito pouca coisa das específicas, das Ciências Sociais. Quem dava aula pra gente era o Xidieh, da área mesmo de Ciências Sociais, era o Xidieh, a Chiquita⁴³ e a Nobue. E acabou não é?(TANABE, Yoshiko. Entrevista 01. 2014).

⁴¹ A Professora Francisca veio substituir o professor Amadeu Lana na disciplina de Antropologia Social.

⁴² A aula inaugural do curso de Ciências Sociais foi ministrada pela professora Nobue, antes de vir trabalhar na FFCL- Marília desenvolvia pesquisa na com os indígenas do Xingu.

⁴³ Professora Francisca Isabel Churing.

A professora Eloísa (1992), ressalta ainda que a dependência do curso de Ciências Sociais aos outros cursos também pode ser atribuída ao fato de ter começado posteriormente a criação da faculdade.

Ainda no primeiro ano de funcionamento do curso foram oferecidas as disciplinas de História do Brasil ministrada pelo Professor Dr. José Roberto do Amaral Lapa, Geografia do Brasil e História Contemporânea ministrada pelas Professoras Conceição Vieira de Carvalho e Olga Pantaleão nessa ordem e Estatística oferecida pelos professores do Departamento de Didática.

Abaixo quadro com as disciplinas cursadas no curso de Ciências Sociais entre os anos de 1964 e 1967 segundo Levi Bucalém Ferrari.

Tabela II – disciplinas do curso de Ciências Sociais da FFCL/Marília nos anos de 1964-1967

Administração Escolar
Antropologia
Ciências Políticas
Didática Geral
Didática Especial
Economia I e II
Estatística
Etnografia
Filosofia
História do Brasil e Geral
Geografia Humana
Métodos e Técnicas de Pesquisa
Psicologia Social
Sociologia Geral
Sociologia do desenvolvimento

Ainda sobre o referencial teórico Levi ressalta:

Variava muito conforme disciplina e professor. Exemplos: em **Sociologia Geral** estudamos Durkheim, Weber e Marx, além de autores brasileiros como Florestan Fernandes, Octávio Ianni e outros; **Sociologia do Desenvolvimento**, **Economia II**, **Métodos de Técnicas de Pesquisa** e **Didática Especial**, respeitadas as especificidades, tiveram orientação basicamente marxista com autores como Baran, Sweezy, Faletto, Ianni, Celso Furtado e outros; **Antropologia** foi das disciplinas mais completas, com gama variada de métodos e autores, com destaque para Radcliffe Brown, Malinowski, Franz Boas, Levi-Strauss etc.; **Etnografia** idem com ênfase em estudos de campo; **Economia I**, clássicos liberais como Adam Smith, Ricardo etc. **Ciências Políticas**, orientação variando entre marxista e anarquista, com autores mais centrados na área como Bakunin, Lênin, Luckacs, Sartre, Poulantzas, Kautsky, Rosa de

Luxemburgo etc. Didática Geral, ênfase no cognitivismo de Piaget. **História do Brasil**, baseada numa visão marxista mais ampla e autores como Caio Prado Jr., Fernando Novais, Carlos Guilherme Mota e outros. **Filosofia** teve uma visão ampla e as demais disciplinas tiveram orientação clássica com tendência ao funcionalismo. (FERRARI, Levi Bucalém. Depoimento 01, Jun.2014).

Sobre a dificuldade de manter professores nesse curso Eloísa (1992), aponta que, esse “vazio” acarretou prejuízos ao funcionamento do curso, segundo a professora não houve um entendimento sobre o projeto didático, ou seja, não havia consenso sobre o que deveria prevalecer dentro do curso: a formação de professores – seguindo a lógica de instalação dos IIES-FFCL que em sua grande maioria priorizavam a formação de professores para o ensino secundário ou a formação de pesquisadores por se tratar de um curso de caráter investigativo.

[...] Mas, isso mostra para você como um vazio grande que sempre teve no curso de Ciências Sociais, sempre existiu, não é? Nos primeiros tempos sempre existiu. E esse vazio grande trouxe prejuízo para uma série de coisas. Primeiro, o maior prejuízo é com relação a uma... é você ter uma linha certa, um projeto, não é? Um projeto não só de pesquisa, mas um projeto didático mesmo, dentro do curso. Então, nós tivemos... Eu nasci e morri dentro do curso com uma discussão que sempre pairava, que é : o que deveria prevalecer dentro do curso. Se o curso deveria formar professores ou se o curso deveria formar pesquisadores. Então, essa ideia do professor de um lado e do pesquisador do outro como uma ideia assim, quase que dicotômica isso pairou. (SCARABOTOLO, Eloísa. Entrevista nº1. 26 de Maio de 1992).

Toda essa indefinição impedia a elaboração de um currículo mínimo segundo a professora Eloísa (1992), nos primeiros anos de criação embora houvesse por parte dos professores uma tentativa de diferenciação do curso em relação àquele oferecido pela Universidade de São Paulo, o currículo do curso de Ciências Sociais da FFCL-Marília se assemelhava ao curso daquela universidade.

E isso não aconteceu só com essa discussão entre o que vale mais, se é o pesquisador ou o professor? Isso aconteceu também com relação ao currículo. Ficava-se discutindo currículo não sei quantos anos depois, depois esse currículo demora não sei mais quantos anos para ser aprovado, quer dizer, quando ele passa a vigorar, já precisava mudar o currículo novamente, não é? Não sei, não sei se isso acontece em outros cursos, eu acredito que sim, não é? Em educação parece que aconteceu a mesma coisa, não é? É. E... agora o currículo inicial, evidentemente foi um currículo... eu não diria a você que foi um currículo que tinha nascido... não posso dizer isso com certeza... que tenha nascido a partir dos currículos existentes na USP mas tudo indica que sim. Pelo menos eu quando cheguei aqui, o currículo que eu encontrei foi aquele que eu havia feito. O mesmo que havia servido de base para mim, não é? Depois nós tivemos uma tentativa de mudar pegando um modelo da Universidade de Brasília. (SCARABOTOLO, Eloísa. Entrevista nº1. 26 de Maio de 1992).

Atualmente o curso oferece as modalidades de formação em licenciatura e bacharelado. No período de sua criação existia apenas a licenciatura, o bacharelado foi criado em 1977. A existência apenas da licenciatura nos primeiros anos evidencia algumas das contradições que se instauraram no processo de expansão do ensino superior no interior do Estado.

Uma grande parte dos institutos e cursos criados nesse período estava voltada para a formação de professores para atuação no ensino secundário, mas em relação ao curso de Ciências Sociais essa “realidade” não se aplicava. Nesse período em específico a disciplina de Sociologia não fazia parte do currículo do ensino público secundário o que dificultava a atuação dos recém-formados. Sobre esse fato a professora Yoshiko Tanabe (2014), em entrevista a nós concedida relata:

Ele [curso de Ciências Sociais] tinha quatro anos era Licenciatura. Não fazia essa divisão entre Bacharelado e Licenciatura. Era só Licenciatura [...] Bem mais tarde, essa divisão entre Bacharelado e Licenciatura é posterior. No começo era só Licenciatura. Porque senão, não tinha aula, como dar aula. Mas, ainda naquela época, a gente podia dar aula de Matemática, porque nós tínhamos Matemática e Estatística no curso [...] E História e Geografia. Era o que tinha alguma opção. Não existia na rede: Sociologia e Filosofia foram bem posteriores. Não. Geralmente, o que o pessoal fez, foi uma complementação em História e Geografia para poder virar professor de Geografia e História. (TANABE, Yoshiko. Entrevista, 01, Jun. 2014).

Sobre a inserção da disciplina de Sociologia no currículo oficial do ensino secundário e sua intermitência o trabalho de da pesquisadora Simone Meucci (2000) “*A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*” é referência, nesse trabalho a pesquisadora faz um resgate histórico dos períodos em que a disciplina vigorou no currículo oficial enquanto disciplina obrigatória, como disciplina optativa, e ainda quando a sociologia apreciava apenas como um conhecimento incorporado a outras disciplinas e quando foi totalmente expulsa dos currículos.

Meucci (2000), também estabelece as contribuições que a Sociologia como disciplina do sistema de ensino secundário teve para a formação de um novo campo de conhecimento o qual seja as Ciências Sociais contribuição essa que irá se dar via produção dos manuais e livros didáticos para os cursos recém-criados. Para a pesquisadora a inserção da Sociologia no ensino secundário irá fomentar o desenvolvimento desse novo campo de atuação profissional, uma vez que a elaboração dos livros didáticos implica em um processo de definição e legitimação de conteúdos,

autores e teorias que só poderia ocorrer em espaços específicos, ou seja, em instituições de ensino superior. Meucci (2000) aponta ainda o desenvolvimento de um mercado editorial de livros, coletâneas, dicionários etc. voltados a difusão do conhecimento sociológico próprios desse novo espaço social que estava se abrindo.

Tratou-se da explosão repentina de um mercado de compêndios escolares e acadêmicos que mobilizar, num curto intervalo de tempo, iniciativas para a obra de formação de literatura didática nacional. Na área da sociologia verificamos publicações de grandes editoras como a Globo (RS), a Melhoramentos (SP), a Saraiva e a José Olympo (RJ). Em conjunto, estas editoras publicaram entre 1930 e 1940, cerca de uma dezena de compêndios introdutórios de sociologia. Pequenas editoras, que acreditavam, a produção de livros escolares era uma boa oportunidade de estabelecer-se firmemente no mercado editorial, participaram também, de modo significativo, do esforço de composição do conjunto de livros didáticos de sociologia. (MEUCCI, p.11, 2000)

A disciplina de Sociologia começa a figurar como obrigatória nos currículos do ensino secundário oficial em 1891 pela *Reforma de Benjamin Constant* e pouco tempo depois sai dos Currículos voltando a aparecer em 1925 como disciplina obrigatória para aqueles estudantes que estavam cursando a sexta série ginasial e que tinham interesse em obter diploma de “Bacharel em Ciências e Letras”, em 1928 tornou-se disciplina obrigatória nos cursos do magistério no estado do Rio de Janeiro e Pernambuco e, em 1931 começa a fazer parte do quadro de matérias dos cursos complementares dedicados ao preparo do exame admissional para as faculdades e universidades e, apenas em 1933 e 1934 a Sociologia juntamente com a Antropologia e a Ciência Política são reconhecidos como um conhecimento acadêmico especializado na Faculdade Livre de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo respectivamente. Guardada as devidas proporções e diferenças entre uma disciplina acadêmica e uma disciplina escolar⁴⁴, essa última segundo Meucci (2000), veio contribuir para o desenvolvimento desse novo campo de conhecimento as Ciências Sociais.

Ainda sobre essa disciplina no sistema escolar oficial podemos dizer que o período que vai de 1925 a 1942 é o maior espaço de tempo que essa disciplina ocupou nos currículos oficiais seja na escola normal ou nos cursos preparatórios. A partir dessa data torna-se intermitente no currículo oficial, com a Lei de Diretrizes e Bases da

⁴⁴ Discussão sobre a sociologia no ensino médio SILVA, Ileizi Fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Cronos*, Natal-RN, v.8, n.2, p.403-427, jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.rbgdr.net/extra_n01/artigo9.pdf. Acesso em: 24 mar. 2009.

Educação de 1961 passa a ser disciplina optativa, em 1971 em pleno Regime Militar a partir da lei 5.692 irá juntamente com as disciplinas de Filosofia e Psicologia ser substituídas pelas disciplinas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e, em 1996 com a nova LDB torna-se obrigatória como disciplina integrante no currículo do ensino médio, mas será incorporada às demais disciplinas como um conhecimento complementar a outras disciplinas voltando em 2008 a vigorar como disciplina específica e obrigatória.

O fato que nos interessa é que, embora tivesse sido criado sob a determinação do Conselho Estadual de Educação representado pela sua Câmara de Ensino Superior faltaram de investigações prévias para avaliar a viabilidade da instalação desse curso nos institutos em que foi criado fato esse que levava os formados naquele curso a se especializarem em outras disciplinas para poderem ter uma atuação profissional.

Se observarmos os cursos que foram criados no período de implantação dos IIES poderemos ver que os mesmos cursos foram instalados em grande parte dos institutos no caso das faculdades de filosofia ciências e letras, como exemplo o grande número de cursos da área das ciências humanas o que se pode entender se levarmos em conta como já fora expostos o aproveitamento do corpo docente e, ainda os baixos investimentos em estrutura para instalação dos mesmos.

Tabela III – Cursos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras criados entre os anos de 1957 a 1963.

IIES-FFCL	CURSOS	ANO
ARARAQUARA	Letras	1959
	Pedagogia	1959
	Química	1961
	Ciências Sociais	1963
ASSIS	Letras	1959
	História	1963
MARÍLIA	História	1959
	Pedagogia	1959
	Letras	1959
	*Ciências Sociais	1963
PRESIDENTE PRUDENTE	Geografia	1959
	Pedagogia	1959
	Ciências Sociais	1963
	Matemática	1963
RIO CLARO	Geografia	1959
	História Natural	1959
	Matemática	1959
	Pedagogia	1959
	Ciências Sociais	1963
	Física	1963
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	História Natural	1957
	Pedagogia	1957
	Letras	1957

Assim como os cursos de Ciências Sociais, Pedagogia Letras etc. a grande parte dos cursos foram criados simultaneamente nas FFCL nos mesmos anos. Especificamente sobre a motivação que teria levado a criação de um curso de Ciências Sociais no interior do Estado de São Paulo, contrariando a todas as expectativas, podemos dizer que esses cursos como a maioria foram sendo criados por um processo que poderíamos denominar de imitação.

Sobre esse curso em específicos identificamos a primeira tentativa de criação no IIES de Rio Claro. Esse instituto e a atuação do diretor desse Instituto o Professor Doutor João Dias da Silveira como o agente que deflagra a criação desses cursos em faculdades do interior.

Como já apontamos aqui o curso de Ciências Sociais fez parte de um conjunto de possibilidades que poderiam vir a ser instalado nessas faculdades, o inquérito sobre as preferências dos cursos pelo Governador do Estado Jânio Quadros foi elaborada pelo Professor Doutor João Dias da Silveira do instituto de Rio Claro e, utilizada posteriormente pelos Diretores de Araraquara, Marília e Presidente Prudente para

definição de seus cursos. A sugestão de criação do curso de Ciências Sociais primeiramente partiu do Professor Silveira.

O Professor Doutor João Dias da Silveira formado em Geografia ocupou a cadeira de Geografia Física e também foi vice-diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Foi convidado pelo Governador do Estado a assumir IIES Rio Claro, devido a sua experiência didático-administrativa e sua relação de proximidade com a Universidade de São Paulo conseguiu que em menos de um ano que esse instituto fosse inaugurado – foi nomeado em 27 de fevereiro de 1958 e a faculdade foi inaugurada exatamente sete meses depois em 27 de setembro de 1958. O IIES de Rio Claro acabou se tornando referência para a instalação de alguns outros institutos.

Algumas faculdades já haviam sido criadas - Araraquara, Assis e Marília - sem que tivessem, no entanto sido instaladas, dentre as faculdades de filosofia que vieram a compor a UNESP a de Rio Claro foi a última a ser criada o Professor Silveira venceu as adversidades e no mesmo ano em que foi nomeado, inaugurou a faculdade. A aula inaugural aconteceu em 16 de março de 1959.

Devido a sua formação de geógrafo empregou esforços na instalação desse curso naquela faculdade o Professor Silveira acreditava ainda que só seria estabelecer um padrão de qualidade se esses institutos pudessem se desenvolver de forma integrada, ou seja, que seus cursos mantivessem entre si uma relação de proximidade facilitando assim não apenas as atividades acadêmicas como também as atividades administrativas.

A experiência que temos obtido na Universidade de São Paulo e a que adquirimos visitando e estudando a organização de universidades estrangeiras, em particular europeias, leva-nos a convicção que na estruturação de uma faculdade moderna deve haver maior centralização do que aquela que ocorre nos nossos institutos de ensino superior. A excessiva multiplicação de cadeiras isoladas, autônomas, porque não dizer, comumente fechadas entre si, bem como o extraordinário acervo de direitos conferidos aos professores catedráticos são a nosso ver fatores de dispersão de esforços, confusão nos estudos, ao mesmo tempo em que oneram de modo excessivo e desnecessário a atividade educacional. (SILVEIRA, apud. Buschinelli1998).

Levando em consideração o questionário aplicado entre os jovens sobre a preferência dos cursos a serem instalados e a adequação às possibilidades no momento de sua criação o professor Silveira opta pela instalação dos curós de Geografia, História

Natural, Pedagogia e Matemática, embora o seus planos de implantação do curso de Ciências Sociais não tenha se concretizado naquele momento foi novamente por uma iniciativa e reivindicação que em 1962 foi proposto a criação desse curso e oficializado através da Câmara de Ensino Superior dentro de proposta de reestruturação e centralização administrativa em relação aos IIES em todo o Estado.

3.5. A Reforma da Universidade Brasileira de 1968

A Reforma da Universidade Brasileira, instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1968 durante o período ditatorial veio provocar uma reestruturação na grade curricular e nas modalidades de formação oferecidas por esse curso. Essa reforma visou fundamentalmente a modernização e expansão das instituições públicas, destacadamente das universidades federais, mas seus efeitos foram sentidos em toda a rede de ensino superior público e privado. Dentre as principais mudanças no sistema de ensino superior podemos destacar: o fim das cátedras vitalícias e o início do regime departamental e a instituição da licenciatura em Estudos Sociais.

A Universidade Brasileira, com o Decreto 64.085 de 11/02/68 (a Lei nº 5.540/1968) passou por uma reorganização profunda para atender ao novo projeto político desencadeado pelo golpe militar de 1964. Foram abolidas as cátedras e criou-se os institutos e os Departamentos, introduziu-se, ainda o sistema de créditos tornando a visão dos cursos fragmentada. (CONSELHO DE CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2008, p. 4).

Segundo Fávero (2000), os privilégios concedidos aos professores catedráticos constituem uma aquisição histórica tendo sido iniciada em 1808 quando o Príncipe D. João VI, aqui chegando, determina a criação, entre outras, das cadeiras de Anatomia - no Rio de Janeiro - e de Cirurgia - no Rio e na Bahia. Esse regime de distinção e privilégios só veio a ser instinto a partir da lei de diretrizes e bases de 1968.

Outro fato de grande importância que se deu a partir dessa Reforma de 1968 foi a instituição das Licenciaturas Curtas. Surgidas pela Lei 5.692/71 sendo justificadas pela falta de professores para atuarem na rede de ensino no país o que fazia com que houvesse a necessidade de uma rápida formação.

A partir dessa determinação o curso de Ciências Sociais da FFCL-Marília passou a oferecer uma formação distinta licenciatura curta em Estudos Sociais com três anos de duração e a partir do 4º ano o estudante poderia optar pela Licenciatura Plena em História, ou Licenciatura Plena em Educação Moral e Cívica ou apenas optar pela licenciatura em Estudos Sociais. Essas mudanças irão perdurar no curso até o ano de 1975.

3.6. Os primeiros anos do curso

Assim como a criação das instituições de ensino superior no interior do Estado enfrentaram forte resistência do CO/USP a criação de um curso de Ciências Sociais distante da capital do Estado também foi motivo de insatisfação para alguns professores da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP.

Embora houvesse por parte de cada instituto uma tentativa de diferenciação, adequação à realidade local em relação aos cursos daquela faculdade é inegável que O modelo daquela universidade ainda continuava como ponto referência aos institutos. A criação do curso de Ciências Sociais de Marília foi motivo de reprovação e fortes críticas por parte dos professores da FFCL/USP.

Segundo a Professora Doutora Olga Pantaleão (1992), que estava na direção da Faculdade no ano em que o curso passou a funcionar a implantação desse curso foi motivo de desagrado tanto para os professores da USP que discordavam da instalação de um curso desses no interior como também de alguns professores da própria Faculdade de Marília.

Muita gente preferia que se criasse o curso de Geografia, porque assim, combinava mais com História do que Ciências Sociais e afinal, o curso começou, foi criado, mas nunca teve grande desenvolvimento [...] Uma das pessoas era a Conceição⁴⁵ naturalmente ela era de Geografia e ela reivindicou mais a geografia, e com ela tinha seguidores, não é? Com ela, e a seção de Ciências Sociais nunca foi muito, não teve aprovação nem do pessoal da USP, porque eu, quando foi criado eu vim conversar com o Florestan Fernandes, se ele indicava pessoas, ele ficou tão bravo. Eu falei : "olha professor, não fui eu que fundei o curso, o curso está lá, agora precisa prover, não é? Precisa ter professor e o mais necessário. " Hi! Disse que era curso de Ciências Sociais não

⁴⁵ Professora Conceição Vicente de Carvalho contratada para a cadeira de Geografia Humana e do Brasil.

dava certo no interior, que já tinha na USP, era suficiente, ele ficou tão bravo eu fiquei até sem jeito, enfim tava criado mesmo, ficou.(PANTALEÃO, Olga. Entrevista n.2, 13 abr.1992 CEDEM/UNESP)

Esta teria sido uma das razões pelas as quais o curso de Ciências Sociais de Marília tenha começado as suas atividades sem a estrutura necessária e também porque tenha passado tantas dificuldades nos primeiros anos.

Outra questão a ser observado do momento de sua criação é que este surge dentro de um contexto político e econômico e social que culminou com o Golpe Militar de 1964. Os militares contrários ao governo de João Goulart (PTB) destituíram o então presidente e assumiram o poder por meio de um golpe. O governo comandado pelas Forças Armadas durou vinte e um anos e implantou um regime ditatorial no qual restringiu o direito do voto, a participação popular e reprimiu com violência todos os movimentos de oposição.

Nessa faculdade e mais exatamente nesse curso esse fato teve grande repercussão, com grande participação de professores e estudantes nas discussões e ações concretas contra o regime.

[...] eu peguei exatamente o período do final do Governo Goulart que é um período de uma grande efervescência política, havia uma grande discussão e o alunado achava que era possível, a gente também acreditava, que era possível mudar alguma coisa, sabe Leo, havia uma crença que era possível mudar e mudar assim sem arma, sem nada, que a gente conseguiria uma revolução e a gente estava aí, participando de comícios, de passeatas, agora assim na convicção que era possível que o país melhorasse, que era possível uma melhor distribuição de renda, a gente acreditava piamente nisso na década de 60. Quando eu fui para a USP depois no final...final da década os meus amigos da USP partiram para a luta armada, então eram outros tempos, não é Leo? O pessoal que ficava sempre junto da gente, vários deles morreram mas na época de 60, começo, até meados da década de 60 a gente acreditava, até a queda do João Goulart a gente acreditava que era possível, que a gente tinha muita força, sem luta armada que era possível fazer alguma coisa e o pessoal se engajava nisso, não é Leo? (TANABE, Yoshiko, 1992)

Ou ainda:

[...] nós tínhamos entre nossos alunos agentes infiltrados, e havia pessoas por exemplo que a toda hora estavam atrás dos professores, querendo extrair informações, sabe, então acho que foi um período de resistências também, da gente, quando, eu sentia isso na cidade, eu morava aqui afinal de contas, que o pessoal via com "olho torto", Ciências Sociais era um curso de subversivos, comunista e tudo mais, havia agente infiltrado nas nossas aulas, assistindo as nossas aulas, como alunos, mas obviamente para saber o que a gente estava falando, então eu acho que nesse contexto todo, sabe Leo, ainda a gente acreditava que era possível formar um bom cientista social, um cientista social

crítico que pudesse contribuir para a mudança do país, não havia, não sentia, por exemplo, nenhuma pretensão do pessoal de partir para a luta armada sabe.(TANABE, Yoshiko. Entrevista 02. Mar.1993, CEDEM/UNESP)

Ao lembrar da atuação do Professor Xidieh nessa faculdade Levi Bucalém também resalta a adesão deste ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) contrário e relembra o perigo ao qual estavam expostos tanto professores como estudantes ao se posicionarem contra o regime militar.

Várias vezes em aula, Xidieh usou a expressão “o partido fez isso, falou aquilo...” e todos ficavam quietos, alguns a pensar que ele se referia ao PCB (vivíamos sob a ditadura e muita coisa era cifrada). Até que um dia um aluno que era membro do PTB e tinha posições de esquerda perguntou: que partido é esse professor? E Xidieh respondeu: o Partido Socialista, e logo mudou de assunto. (FERRARI, Levi Bucalém. Depoimento 01, Jun.2014).

Como ressaltam alguns professores entrevistados no Projeto Memória da Universidade, nos primeiros anos de criação do curso de Ciências Sociais nessa faculdade havia um maior engajamento dos estudantes nas questões referentes não apenas à Faculdade, mas a questões ligadas a realidade social. A Professora Yoshiko (1992), resalta esse fato ao observar as diferenças de perspectivas que houve do tempo em que era estudante do curso e posteriormente no período em que atuou como docente.

Sobre a atividade de pesquisa parte integrante do curso de Ciências Sociais foram poucas as pesquisas realizadas no primeiro ano a falta de professores contribuiu para que nos primeiros anos esse tipo de atividade não fosse realizado no curso. Apenas com os professores de Antropologia e o professor de Sociologia, como assinala a Professora Yoshiko (2004): “Em pesquisa mesmo só com os professores de Antropologia, ou, por exemplo, com o professor Xidieh”. Ainda sobre o trabalho de pesquisa no curso a professora Eloísa Scarabotolo (1992), chama a atenção para a dificuldade de fazer pesquisa nos primeiros anos, como um dos fatores que interferiram nesse fato a professora aponta a dificuldade de aproximação entre a população da cidade e a comunidade acadêmica o que dificultava a inserção de estudantes em empresas, indústrias e grupos locais da cidade para realização de pesquisas:

[...] aqui em Marília, por ser uma cidade pequena o professor só consegue entrar dentro de uma empresa quando tem algum relacionamento pessoal com a empresa. A coisa é diferente, um pouco diferente, pelo menos era, não sei se continua assim, não é? Então existia um relacionamento pessoal. Existia um relacionamento pessoal e esse relacionamento pessoal atrapalha, inclusive a possibilidade de se colocar o aluno dentro da empresa, não é? Eu me lembro de

ter tentado várias vezes, eu nunca trabalhei diretamente na área de pesquisa, mas eu tentei várias vezes, por exemplo, fazer um... fazer um... um acordo com a "Siberian" não é? que é uma empresa grande que tem um número grande de funcionários, não é? Para estudar algumas coisas, organização de famílias de operários, desse tipo, e sempre a gente encontrava esse tipo de dificuldade, porque como você conhece o dono da empresa, não é? Ele, não sei se de certa forma, se sente um pouco ameaçado na sua intimidade, não é? frente a comunidade como um todo e fecha um pouco as portas a isso. Não só eu senti isso, mas outros professores que tentaram a mesma coisa também sentiram, então na formação do profissional de Ciências Sociais isso pesa como uma coisa muito negativa, num centro menor como Marília ,não é?(SCARABOTOLLO, Eloísa. Entrevista 01, 26 de Maio de 1992, UNESP/CEDEM).

Um grande problema enfrentado nesse curso em seus primeiros anos foi a questão da evasão, muitos estudantes iniciaram o curso, mas acabavam abandonando antes da conclusão. Uma das hipóteses seria o fato de que esse curso requiritava um período grande de dedicação diária e grande parte dos matriculados era composta por pessoas que já possuíam uma profissão e trabalhava o que dificultava a dedicação dos estudantes, um exemplo é a questão das leituras, a grande parte da bibliografia utilizada no curso não possuía tradução o que demandava muito tempo para as leituras.

[...] a minha classe começou grande, havia muita gente que já tinha o curso superior, inclusive o Everton que foi morto foi meu colega, o Violante foi meu colega, ele era juiz aqui. Então haviam várias pessoas já formadas que faziam Ciências Sociais, só que essas pessoas desistiram em pouco tempo e a minha turma se resumia em cinco pessoas que entraram juntas, não acabamos juntas porque uma ficou no meio do caminho, ela se formou depois, mas era o Minoro, o Manoel, a Clara, a Ruth e eu, que tínhamos entrado juntas e que continuamos juntas. (TANABE, Yoshiko. Entrevista 01, 03 de Nov. de 1992).

Ou ainda:

[...] a gente quase não tinha textos em português. Eram todos os textos em inglês ou francês. Então, a gente tinha uma carga de leitura muito grande. E, como era em língua estrangeira, realmente, a maior parte do tempo ficava lendo [...] mesmo em Geografia. A gente teve, foi um período em que não havia traduções. A gente traduzia tudo. (TANABE, Yoshiko. Entrevista 01, Jun. 2004).

Sobre o grande número de estudantes que abandonavam o curso acreditamos que a grande evasão ocorrera pela a falta de conhecimento a respeito do mesmo.

Inicialmente o publico era muito variado porque o Curso estava “na moda” naquela época. E muitos confundiam com ideologia e/ou política partidária. O curso começou com 40 alunos (o máximo permitido) e contava com profissionais já formados em outras áreas, particularmente Direito. Havia desde padres e pastores e até delegados de polícia. Mas a maioria abandonou logo

quando sentiu que era preciso estudar muito. A maioria dos livros era em inglês, francês e espanhol, pela ordem. Minha turma terminou com onze formados. (FERRARI, Levi Bucalém. Depoimento 01, Jun.2014).

Por se tratar de um curso que não se tinha muito contato e conhecimento sobre suas especificidades havia certo receio por parte dos moradores da cidade e, certo clima de desconfiança pelo fato de naquele momento o país estar passando por um regime ditatorial.

[...] quando eu entrei na Faculdade, até não comentei, eu tive duas experiências muito divertidas. Uma foi com o Nacan, professor de Física, quando ele me encontrou na rua, ele veio me cobrar: "Como eu tinha aguentado científico e depois fui fazer Humanas?" e o Nacan quando ficava nervoso ele gaguejava muito, então ele meu deu uma cobrança assim violenta: "Como a senhora resolveu ir fazer Humanas? Que desperdício! Onde já se viu, devia ter indo para Biológicas, para Exatas!", mas isso gaguejando, imagine essa cobrança gaguejando e outra pessoa que me fez uma cobrança foi a Dona Ruth que era professora de canto orfeônico, ela veio assim muito assustada: "Como! Como!" Mas isso já não foi no 1º ano, foi no 2º ano: "Como! Eu estava fazendo Ciências Sociais, que era um curso que só tinha comunistas, só tinha subversivos! Onde já se viu fazer Ciências Sociais!".(TANABE, Yoshiko. Entrevista 01.Nov. 1992)

Mas, embora houvesse dificuldades por se tratar dos primeiros anos e do fato estar localizado no interior do Estado o que de certa forma dificultava o contato com os demais IIES e a dificuldade de contratação e permanência dos professores, e ainda as atividades de pesquisa fossem também incipientes no começo houve segundo os relatos dos entrevistados o empenho para que o curso tivesse os mesmos padrões de qualidade do curso oferecido pela USP; "O que eu posso dizer e que todo o esforço era feito no sentido de dar o melhor ensino. Se não se equivalia ao da USP pelo menos o esforço se fazia nessa direção". (MAUÉS Massaud. Entrevista 01. Nov. 1992).

Durante os primeiros anos foram muitos os professores que atuaram no curso de Ciências Sociais, como anteriormente mencionado pelo ex-diretor Massaud Maués (1992) os IIES representaram para os recém-formados principalmente na USP a oportunidade de iniciarem as suas carreiras. Muitos dos professores que ao iniciarem sua carreira na docência vieram trabalhar em Marília acabaram se tornando referência no campo de estudos das Ciências Sociais. A professora Yoshiko (2014) relata esse fato segundo ela foram vários os professores que passaram por esse curso e por essa faculdade.

Aqui em Marília, nós tivemos vários professores que, depois, se tornaram famosos, se tornaram grandes educadores. A "Chiquita", saindo daqui ela foi

para o Museu Nacional do Rio, o Júlio Cesar Melatti, que tinha vindo da Pós-graduação lá do Museu do Rio, foi para Brasília. Nós tivemos também o Professor André Villa Lobos, que deu aula aqui de Sociologia, foi já no meu tempo de docência. Depois, ele foi para Campinas. Quem mais? O Sergio Miceli também deu aula aqui em Marília, sociólogo. Depois ele foi embora, ele ficou pouco tempo. Ele foi embora não sei se pra USP ou para a Unicamp. Em todo o caso ele se dividia entre a USP e a Unicamp. Teve mais um... vários deles o Roque Laraia, o Roberto da Matta, todos eles, como tinham sido daqui, vira e mexe, eles estavam aqui, ou dando cursos, ou dando palestras. A gente tinha um contato próximo. (TANABE, Yoshiko. Entrevista 01. Jun, 2014).

Os IIES representaram um episódio importante de formação de grandes intelectuais nas diferentes áreas do conhecimento, devido a grande distância e dificuldade de locomoção como relata o diretor Massaud Maués (1992) mesmo com boas condições de trabalho grande parte desses professores durante esse período de percorreram o trajeto capital, interior capital e acabaram voltando para os grandes centros.

Mas nem todos trilharam esse mesmo caminho como é o caso do professor Oswaldo Elias Xidieh que veio da Universidade de São Paulo e permaneceu na FFCL/Marília desde a sua fundação até o final de sua carreira.

3.7. O “Mestre Xidieh”

O Professor Oswaldo Elias Xidieh foi um dos primeiros a serem contratados pela Faculdade de Filosofia de Marília em 1958 para o Departamento de Pedagogia inicialmente na disciplina de *Sociologia Educacional* ficando nessa faculdade até o fim de sua carreira. Formado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (1937-1940) foi o primeiro a defender tese de doutoramento 1965 pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília “*Contos Pios populares*” sob a orientação do Professor Florestan Fernandes e, que posteriormente foi publicada.

Devido à grande dificuldade de contratação de docentes após a criação do curso de Ciências Sociais foi transferido para esse departamento e, ainda, continuou a ministrar aulas nos cursos de História Letras e Pedagogia. Tornou-se uma figura marcante e representativa do curso de Ciências Sociais naquele momento. E, em justa homenagem no ano de 1991 a Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP de Marília

realizou um Colóquio intitulado “*Encontro com o Mestre Xidieh*” reunindo pesquisadores professores e toda a comunidade acadêmica para a discussão de sua obra literária e acadêmica, nessa ocasião foi-lhe conferido titulado professor Emérito.

Em uma época em que as atividades de pesquisa ainda eram incipientes o Professor Xidieh empreende grandes esforços para o desenvolvimento das atividades de pesquisa naquela faculdade. Em entrevista concedia a Paulo Salles de Oliveira (2003) “*Personagens caipiras da cultura popular: entrevista com Oswaldo Elias Xidieh*” relata as dificuldades que enfrentou para desenvolver suas pesquisas.

Mas, em Marília logo que fui lecionar, não pude mais pesquisar em campo. Diziam: “Pode pesquisar, mas durante as férias; pode pesquisar, mas sábado e domingo”. Mas eu não podia acomodar os cursos para ficar um mês, dois meses em seguida, juntando com férias, e pesquisando em áreas distantes dali. Hoje é diferente. Na época, eu não tive nem verba para comprar lanches aos estudantes quando quis leva-los à Colônia Varpa, de menonitas, (na cidade de Tupã)... Consegui ônibus, combustível e chofer, cedidos pelo Brambilla⁴⁶, um empresário da cidade, mas não o dinheiro para o lanche. Ali havia um grupo de imigração letã, cristão e autossuficiente. A tal pesquisa que deveria ter sido feita está fragmentada nos artigos sobre catolicismo de *folk*, sobre magia, sobre religião popular [...] era um tempo em que eu tinha de dar muitas aulas, com disciplinas em áreas diferentes: História, Pedagogia e Ciências Sociais, dezoito aulas por semana! (XIDIEH, Oswaldo Elias. Estudos Avançados, 2013.).

Ainda segundo a Professora Yoshiko (2014) “[...] Ele pesquisava ‘cultura popular’, era o forte dele. E aqui ele andava nos terreiros de Umbanda. Foi ele que me introduziu na Umbanda. Ele pesquisava uma população de baixíssima renda e, alguma coisa sobre Religiosidade Popular”⁴⁷.

Embora fosse considerado como um ótimo profissional tanto por seus colegas como pelos estudantes o Professor Xidieh revela esse conflito entre as coisas dentro e fora da academia, na entrevista concedida ao Paulo Salles ao narrar a suas experiências de vida e como estas influenciaram/fizeram parte de seu trabalho na academia revela um certo conflito que sempre existiu na sua vida acadêmica, e suas crenças religiosas.

O Professor Xidieh sempre foi reconhecido mais como um “mestre”, a quem se tem o respeito e a admiração e de quem se pode adquirir certo conhecimento das coisas da vida que jamais poderiam ser alcançado com os estudos formais na academia. A

⁴⁶ Empresa de ônibus que atendia a região de Marília.

⁴⁷ Sobre os temas apontados aqui pela professora Yoshiko encontramos um artigo publicado na Revista “Estudos Avançados” da USP em 2004: *A difícil viagem de retorna à aldeia*, na qual o Professor Xidieh relata as atividades de pesquisa desenvolvidas com os boias-frias da cidade de Marília desde a sua chegada à cidade, do encontro desse grupo com a Umbanda e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esse e outros textos do Professor Xidieh foram publicados na Revista Estudos Avançados por iniciativa do Paulo Salles de Oliveira professor titular de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP e amigo do Professor Xidieh.

distinção entre o homem caipira e o homem acadêmico observada pelo próprio Professor Xidieh e a sua clara preferência por sua vida de caipira.

Graças a Deus já passei por tudo, não tenho mais nada para ser, não devo preocupar mais a ninguém, nem ensinar coisa errada a ninguém. Acompanhe quem quiser. Na faculdade, eu não era o caipira? Mas seria muito interessante que eu continuasse a ser o caipira, e eu... Eu fiquei doente, eu fiquei doente! O que eu sou, então? Um caipira. Como um caipira, eu não pertencço à faculdade, não pertencço a esse mundo intelectual. Estava desconfiado de mim mesmo, sabe? Por que eu não posso ser um bom aluno, um professor modelo, um grande professor de filosofia. Falo um francês tão bonito, bem, entendo, graças a Deus, mas não quero ser outra coisa senão um caipira. Por que não quero? Não gosto dessa dicotomia religiosa. Eu sou caboclo. E um caboclo respeita tudo. (XIDIEH, Oswaldo Elias.).

Sobre o seu trabalho na faculdade e a convivência com professores estudantes e a comunidade mariliense relembram a professora Yoshiko (1992), que foi aluna e colega de trabalho e Levi Bucalém (2014) ex-aluno.

Xidieh era uma paixão para a gente, era o fulano à quem a gente recorria, nas horas de incerteza, de insegurança, de angústia, que falava com a gente, não 'só de Sociologia, mas de tudo, e que era considerado mais ou menos um bruxo na época, mas era um bruxo bom que a gente procurava, que se preocupava com a gente, então a gente sentia que o Xidieh era alguma coisa importante na vida da gente, eu não estava com cara de Sociologia, Leo, eu aprendia muito mais outras que não Sociologia[...]Sociologia eu aprendi com ele foi fora de sala de aula, batendo papo na sala dele, conversando, saindo, conversando com ele fora da Faculdade e o Xidieh estava lá, ele dormia na Faculdade, na sala dele, então ele estava lá o tempo todo, a gente podia conversar com ele o tempo todo, então era uma coisa boa saber que a gente podia contar com ele para conversar e tudo mais.(TANABE, Yoshiko. Entrevista 01, 1992. CEDEM/UNESP).

Ainda:

Mais que professor, Xidieh foi um amigo inesquecível, dos poucos a morar em Marília, antes sozinho, depois com a família. Foi um dos primeiros, senão o primeiro professor efetivo da FFCL. Às vezes nos encontrávamos à noite e conversávamos sobre diversas coisas, desde problemas da cidade até questões políticas nacionais[...]Sua didática era muito baseada na oralidade e contação de casos. “Daí parecerem um tanto anárquicas essas aulas, ele a valorizar mais a própria vivência entre pessoas simples que conhecera ao longo da vida, das ‘andanças’ que fizera do que a citação de autores ou bibliografia mais “erudita”. (FERRARI Levi Bucalém. Depoimento 01, Jun.2014).

O Professor Xidieh publicou vários artigos entre os quais *Quadras populares adjacências*; *A difícil viagem de retorno à aldeia*; *Anexins em contramão* entre outros e, os únicos dois livros, *Narrativas pias populares* de 1963 e *Semana Santa Cabocla* 1972

obras de grande importância e referência para os estudos de “cultura popular” e que revelam a estreita relação que Xidieh estabelece entre suas experiências de vida e o trabalho que desenvolve no espaço acadêmico.

Ainda na entrevista concedida a Paulo Salles de Oliveira: *Personagens caipiras da cultura popular: entrevista com Oswaldo Elias Xidieh* (2013), ao resgatar a sua trajetória de vida desde a infância e juventude vivida no interior do Estado de São Paulo entre os anos de 1915 até o momento em que adentra o espaço acadêmico em 1937 e começa a desenvolver suas pesquisas, Xidieh narra suas experiências e, não dissocia esses dois momentos de sua vida ao contrário incorpora suas experiências de vida à sua pesquisa.

Também podemos observar em seu artigo intitulado *Quadras populares e adjacências* essa relação tão estreita de suas experiências de juventude e o seu atual trabalho acadêmico. Dessa relação estreita entre esses dois mundos é que Xidieh publica duas obras de grande importância para se pensar a “cultura popular” e o papel das narrativas como elementos de coesão e de acúmulo e transmissão de conteúdos conhecimentos, costumes crenças e advertências do bem proceder com o universo e, também ressalta a importância da figura do narrador que nesse sentido assume o papel agente de transmissão desses conteúdos.

O Professor Xidieh ou “Mestre Xidieh” representou de certa forma os esforços de desenvolvimento do curso de Ciências Sociais, esteve presente desde o primeiro dia de funcionamento do curso empreendeu grandes esforços para que os estudantes tivesse uma boa formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de desenvolvimento dessa pesquisa que aqui apresentamos o tentamos demonstrar o que a criação do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília foi resultante de dois processo que se interseccionam a expansão do ensino superior público no Esta de São Paulo, processo esse que Dias (2004; 2005), classifica como “interiorização”, e as transformações ocorridas no campo das Ciências Sociais no Brasil, ambos tendo sempre como ponto de referência a Universidade de São Paulo.

Sobre o processo de expansão-interiorização do ensino superior podemos observar alguns fatores contribuíram decisivamente para sua efetivação; as mudanças ocorridas no sistema educacional promovidas pela reforma do governo federal – Reforma Francisco Campos de 1931, e pela Constituição de 1946 - contribuíram para o aumento do número de escolas de ensino secundário e, de profissionais para atuarem nas mais diversas disciplinas presente no currículo oficial. O fato de até esse momento existirem poucas instituições de ensino superior dará início a expansão do ensino superior no Estado.

Podemos constatar que esse não foi um processo que ocorreu de forma pacífica, pois, se tratava de disputas no âmbito do espaço político e também no âmbito do espaço científico e, que em determinados momentos essas duas instâncias acabavam por se influenciarem. Como observa Bourdieu (1983), as disputas que se estabelecem dentro de um campo científico não devem ser pensadas separadamente das questões de ordem política.

A criação de instituições de ensino superior em cidades do interior do Estado a partir da década de 1940 terá como marca principal o isolamento, tanto em relação à universidade da capital quanto, em relação às instituições localizadas em outras cidades de onde seu nome se justifica Institutos Isolados de Ensino Superior (IIES).

A criação dessas instituições esteve condicionada pelas disputas políticas que se estabeleceram entre representantes políticos que representavam seus colégios eleitorais (Deputados Estaduais) a Universidade de São Paulo representada no seu Conselho Universitário – CO/USP e a partir da década 1950 pela figura do Governador do Estado Jânio Quadros.

O que podemos depreender desse processo é que as disputas políticas - no sentido apontado por Bourdieu - em torno da criação ou não desses institutos encobriram uma grande deficiência nesse processo, o desconhecimento por parte dos políticos que faziam os pedidos à Assembleia Legislativa das dificuldades de instalações dessas instituições e das especificidades que demandavam esse tipo de ensino. E, por sua vez o desconhecimento da “realidade local” por aqueles docentes que eram escolhidos para assumir os cargos nesses institutos isolados o que veio gerar dificuldades variadas no processo de estabelecimento dessas instituições no interior.

Embora houvesse a necessidade de mais instituições de ensino superior para atender a demanda surgida pela legislação, não houve um padrão para o estabelecimento dessas instituições.

O curso de Ciências Sociais da FFCL/Marília foi criado juntamente com os cursos de Ciências Sociais de Araraquara, Presidente Prudente e Rio Claro, em uma tentativa de adequação, controle e regulamentação por parte do governo estadual sobre esses institutos. A criação do curso de Ciências Sociais nesses institutos foi à primeira ação da Câmara de Ensino Superior órgão subordinado ao Conselho Estadual de Educação (CEE), nesse sentido.

Outros órgãos como Coordenação Administrativa do Serviço de Ensino Superior do Estado de São Paulo (CASES) de 1967 e posteriormente a Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP) criada em 1969 tiveram o objetivo de oferecer suporte e estabelecer uma regulamentação mínima com vistas a promover o controle administrativo dos Institutos Isolados.

A falta de conhecimento das especificidades de uma instituição de ensino superior é um fato que se fez sentir em todos os institutos como observamos mais especificamente com as Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, a grande semelhança entre os cursos oferecidos nessas faculdades denota primeiramente a falta de recursos financeiros e de docentes para atuarem nessas faculdades. Como exemplo as Faculdades de Marília, Araraquara, Presidente Prudente e Rio Claro que ofereciam naquele momento alguns cursos em comum como é o caso do curso de Pedagogia, História e Letras.

No momento do seu surgimento desse curso na Faculdade de Marília, podemos observar algumas mudanças no campo de produção científica das Ciências Sociais. A inserção de uma nova concepção teórico-metodológica no curso de Ciências Sociais da

FFCL/USP, curso esse que seria referência para aqueles criados no interior do Estado incluindo o curso criado na FFCL de Marília, e, ainda o incentivo a produção do conhecimento científico resultante da criação dos Programas de Pós-Graduação em e, o apoio das Agências de fomento na Área das Ciências Sociais.

A concepção dominante no curso de Ciências Sociais da USP ainda estava pautada na tradição francesa e norte-americana como revela o Professor Florestan Fernandes (1978): “Nenhum professor que nos ensinou Sociologia ou Economia incluiu Marx ou Engels, ou qualquer figura importante do socialismo.”.

A insatisfação em relação às teorias que predominavam no curso de Ciências Sociais da FFCL da USP, que não conseguiam produzir explicações satisfatórias sobre o contexto político econômico da década de 1960 levou um grupo de intelectuais a se reunirem em torno das obras de Marx, primeiro fora do espaço da Universidade e depois pela repercussão desse grupo e pelo contexto social começa a fazer parte do currículo dessa Universidade.

Esse debate iniciado no curso de FFCL da USP acerca do marxismo disseminou-se pelas FFCL do interior, principalmente naquelas em que os cursos de Ciências Sociais foram instalados. Outro fator que veio contribuir como observamos para o alargamento do debate das perspectivas nas Ciências Sociais como na produção do conhecimento científico nessa área foram os programas de Pós-graduação criados nesse mesmo contexto.

Portanto, como podemos observar em nosso trabalho o a criação do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília foi resultante desses dois processos que não podem ser pensados separadamente, a “interiorização” do ensino superior no Estado e as transformações ocorridas no campo de conhecimento das Ciências Sociais impulsionados pelo curso surgido na USP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAIIS da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, v. 1, 1959-1962.
Marília: Tipog. Fonseca Ltda, 1969. 297p.

BASTOS, Élide Rugai. *Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista*. p.183-230.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

BONELI, Maria da Glória. *Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as ciências sociais no sistema de profissões*. – tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo [s.n] 1993.

_____.No mundo das Ciências Sociais.In: *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papirus, 1996.

_____.A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

_____.Da regra às estratégias. In *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense 1990.

_____; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____.O campo científico. In: *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155.

_____. Gostos de classe e estilos de vida. In: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983

_____. *O campo político*. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília 2011.

CANDIDO. A. *A Sociologia no Brasil*. In: Revista Tempo Social. Jul – set 2006, nº 18. Revista de Sociologia da USP: São Paulo, p.271-301. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30018.pdf>. Acesso em 17 set. 2012.

CARDOSO. Irene de Arruda Ribeiro. *A universidade da comunhão paulista*.São Paulo: Cortez, 1982.

CASTILHO, Myrian Lucia R. *Memória e história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (1957-1976)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

CASTRO. Rosane Michelli. *A produção de uma faculdade: as revistas alfa, estudos históricos e didática e a “fafi de Marília” (1959-1975)*.São Paulo:Cultura Acadêmica;Marília: Fundepe, 2009.

_____. *A produção acadêmica sobre os institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo (1951-1964)*. In: Revista Brasileira de história da educação. Jul-Dez.2006, nº12.

CHACON, Vamireh. *Formação das Ciências Sociais no Brasil: Da Escola do Recife ao Código Civil*. São Paulo, Ed. UNESP, 2008.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. *Unesp 30 anos: memória e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. *Para preparar a mocidade: fragmentos de memórias na história da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara – 1923-1976*. São Paulo Ed. UNESP, 1998.

CUNHA, Luiz A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo Ed. UNESP, 2005.

_____. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. SÃO Paulo: UNESP, 2007.

_____. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: UNESP, 2007.

DIAS, Márcia Regina Tosta. *DESAFIOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA: a unesp – universidade estadual paulista e a interiorização do ensino superior*. Universidade de São Paulo, São Paulo [s.n] 2004.

_____. *De dispersos a justapostos: uma solução de integração para os institutos isolados do ensino superior do estado de São Paulo*. In: Rev. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.15, n28, p.221-237, 2010.

_____. *O processo de criação da UNESP e a questão das ciências humanas – primeira discussão*. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, UNICAMP, 2003Campinas. Disponível em http://www.sbsociologia.com.br/potal/index.php?=com_docman&task=cat_view&gid=102&Itemid=171. Acesso em 13 out.2012.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1960.

Estatuto da Universidade de São Paulo In: <http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-no-39-de-3-de-setembro-de-1934>. Acesso jun.2014.

FÁVERO, M. L. A. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. 2000. Disponível em: [related:www.unirio.br/estatuto/Da%20Catedra%20Universitaria%20ao%20Departamento.pdf](http://www.unirio.br/estatuto/Da%20Catedra%20Universitaria%20ao%20Departamento.pdf) Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. Acesso em: 04/08/2013.

_____. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In: *Educar*, Curitiba, n.28, p.17-36, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf. Acesso em: 04/08/2013.

_____. *Universidade de Poder: Análise crítica /fundamentos histórico 1930-1945*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis. Vozes, 1977.

FERRARI, L. B. *Levi Bucalém Ferrari (LB): depoimento* [01 jun.2014]. São Paulo, Depoimento 01.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais*. Rev. Brás. Ci. Soc., São Paulo, v.12, n.35, Outubro 1997.

IANNI, Octavio. *A sociologia e o mundo moderno*. In: Rev. Tempo Social. Usp, São Paulo, 1989. (p. 7-27).

LAPA, R. A. J. *José Roberto do Amaral Lapa (JL): depoimento* [05 mar.1992]. Entrevistador: Teresa Maria Malatian (TM). São Paulo, Entr.nº 48. Arquivo de História Oral (AHO), Centro de Documentação e Memória (CEDEM).

LIEDKE, Enno D. Filho. *A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios*. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, n.14, jul - dez, 2005, p.376-437.

LIMONGI, Fernando. *A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo*. In: *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2001. (vol. 1).

MAZZA, Débora. *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura*. São Paulo: Cabral, 2004.

MENDONÇA, Ana Walesca P. *A Universidade no Brasil*. In: Revista Brasileira de Educação. Mai – Ago 2000, nº14. Associação Nacional de Pós-graduação em pesquisa e educação: São Paulo, p.131- 150. Disponível em

<http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbeonline/obras.asp?autor=MENDON%C7A,+ANA+WALESKA+P.+C>. Acesso em 13 out.2012

MICELI, Sergio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2001. (vol. 1).

_____. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1995.(vol. 2).

MAIO, Marcos Chor. *O Projeto da UNESCO e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos de 40 e 50*. *Rev.bras.Ci.Soc.*, São Paulo, v14, n.41. 1999.

Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959) In: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>. Acesso dez.2013.

MEUCCI. Simone. *A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. (Dissertação) Campinas, São Paul: [s.n.], 2000.

MOISÉS. M. Massaud Moisés (MM): depoimento [12 nov. 1992]. Entrevistador: Tânia Regina de Lucca (TL). São Paulo, Entr. nº 28. Arquivo de História Oral (AHO), Centro de Documentação e Memória (CEDEM).

MOTT, Y.T. *Yoshiko Tanabe Mott (YM)*: depoimento [03 nov. 1992 – 02 mar.1993]. Entrevistador Leonor Tanuri (LT). São Paulo, Entr. nº 29. Arquivo de História Oral (AHO), Centro de Documentação e Memória (CEDEM).

NETO, Antonio Luiz Machado. *Formação e temática da sociologia do conhecimento*. São Paulo: Convívio, 1979.

ORTIZ, Renato (org). *Por uma sociologia da prática*. In: *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Notas sobre as ciências sociais no Brasil*. In: (org.) *Ciências Sociais e o trabalho intelectual*. São Paulo: Olho d'água, 2002.

_____. *Pierre Bourdieu – a procura de uma sociologia da prática*. In: (org.) *Ciências Sociais e o trabalho intelectual*. São Paulo: Olho d'água, 2002.

PANTALEÃO, O. *Olga Pantaleão (OP)*: depoimento [13 abr. 1992]. Entrevistador: Leonor Tanuri (LT). São Paulo, Entr. nº 29. Arquivo de História Oral (AHO), Centro de Documentação e Memória (CEDEM).

PEIRANO, Mariza G. S. *A Antropologia Como Ciência Social No Brasil*. In: Etnográfica, vol.4, 2000.

Projeto de Reestruturação Curricular do Curso de Ciências Sociais modalidade: Bacharel Licenciatura. Marília, 2008. em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/projetopedagogico.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura P. *Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”*. In: Rev. Ciência e Cultura, SBPC, 39, nº 3, mar.1987.

_____. *Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil: nascimento e expansão*. In: Revista Ciência e Trópico. Jul – Dez 1992, nº2 v.20, p387-412.

_____. *O Brasil Dos Cientistas Sociais Não Brasileiros: ensaio metodológico*. In: Cadernos CERU. 2007, nº18: São Paulo p.11-33.

RUBIM. Christina Rezende. *Antropólogos brasileiros e a antropologia no Brasil: a era da pós-graduação*. Campinas SP:[s.n.], 1996.

SANDOVAL, O.R.B. *Ovídio Rocha Barros Sandoval (OS): depoimento* [26 set.2014]. São Paulo, Depoimento 02.

SCARABOTOLO, F. E. *Eloísa Faria Scarabotolo (ES):* [26 mai.1992 – 27 mai.1992]. Entrevistador: Leonor Maria Tanuri (LT). São Paulo, Entr. nº 32 – nº. Arquivo de História Oral (AHO), Centro de Documentação e Memória (CEDEM).

SILVA, Ileizi Fiorelli. *A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina*. *Cronos*, Natal-RN, v.8, n.2, p.403-427, jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.rbgdr.net/extra_n01/artigo9.pdf. Acesso em: 24 ago 2013.

SILVA. Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo. Alfa Omega, 1976.

SCHWARTZMAN, Simon. *A formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Nacional/FINEP, 1979.

_____. *As Ciências Sociais nos anos 90*. In Revista Brasileira de Ciências Sociais- Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Jun – set.1991.nº16.p.5160.Disponívelem:<http://archive.org/details/OLugarDasCinciasSociaisNoBrasilNosAnos901991>. Acesso em 17 de Set. 2012.

_____. *Um seminário de Marx*. In: Novos Estudos CEBRAP. nº 50 –Mar. 1998.

TOBIAS, José Antônio. *História da Educação Brasileira*.

_____. *História das ideias no Brasil*. São Paulo: EPU, 1987.

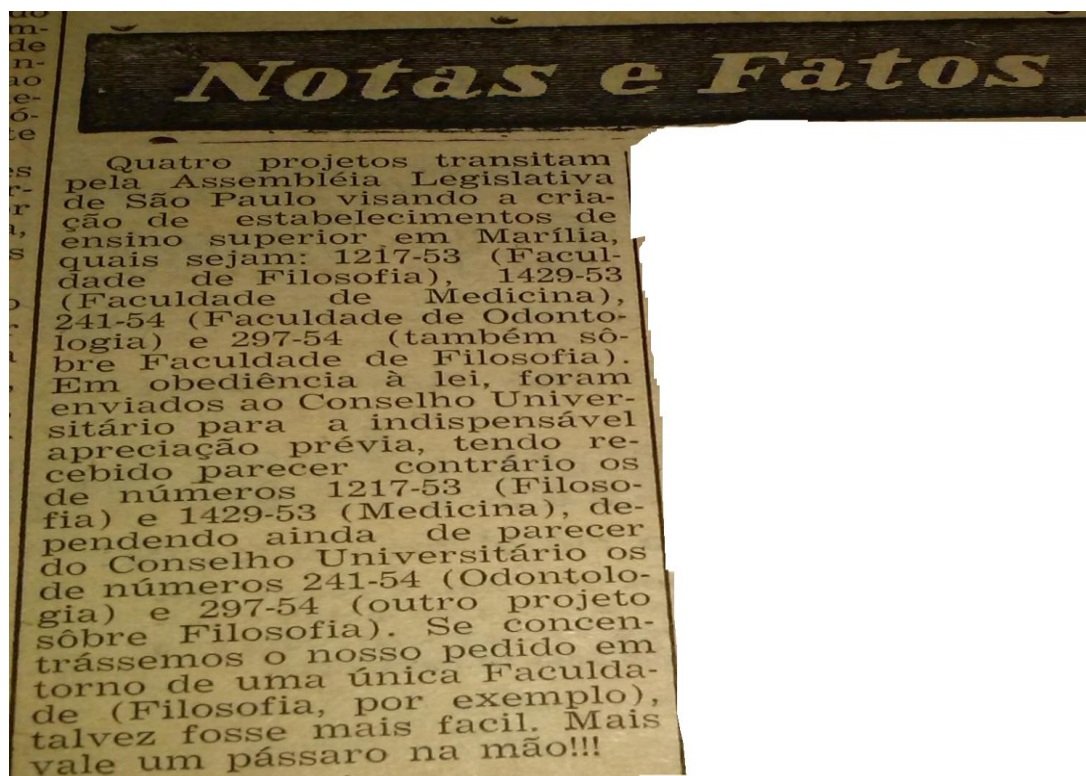
TOBIAS, Rosmar. *História de Marília: Os primórdios da educação de Marília (1925-1938)*. Marília: UNIOESTE, 1990.

VAIDERGON, José. *As seis irmãs: as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras – institutos isolados de ensino superior do Estado de São Paulo – 1957-1964; alguns subsídios interpretativos para o estudo do ensino superior do Estado de São Paulo*. Campinas, São Paulo [s.n.] 1995.

ANEXOS

ANEXO A

Notícia publicada no jornal Correio de Marília dia 09 de janeiro de 1955 na secção Editorial “*Notas e Fatos*” que relata as iniciativas de criação de uma faculdade na cidade.



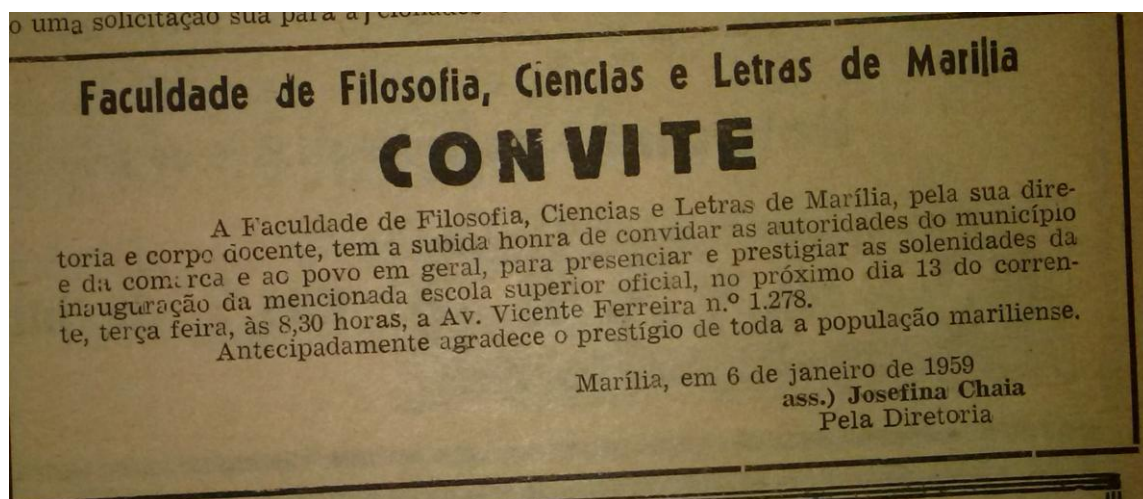
ANEXO B

A inauguração da Faculdade foi amplamente relatada pelo jornal e em suas páginas artigos de exaltação foram redigidos pelo prefeito e autoridades. Ao que parece um evento de grande importância para a sociedade Mariliense.



ANEXO C

Convite destinado à população local e da região e também as autoridades municipais a participarem da inauguração da nova faculdade publicada no dia 06 de janeiro de 1959.



ANEXO D

**RELAÇÃO DOS DIRETORES E VICE-DIRETORES DA FACULDADE DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS DA UNESP - CAMPUS DE MARÍLIA**

Diretor	Vice-Diretor	Mandato
José Querino Ribeiro		1958 (não tomou posse)
Michel Pedro Sawaya		26/04/1958 a 12/11/1960
Massaud Moisés		13/11/1960 a 20/03/1962
	Ubaldo Martini Puppi	25/10/1961 a 10/06/1962
Ubaldo Martini Puppi (respondendo pelo expediente da Diretoria)		21/03 a 24/04/1962
Eurípides Simões de Paula		27/04/1962 a 20/04/1964
	Ataliba Teixeira de Castilho	11/06/1962 a 09/11/1963
	Olga Pantaleão	09/11/1963 a 26/04/1964
Olga Pantaleão (respondendo pelo expediente da Diretoria)		27/04/1964 a 19/04/1965
José Querino Ribeiro	Olga Pantaleão Domingos Viggiani Enzo Del Carratore José Roberto do Amaral Lapa Enzo Del Carratore	20/04/1965 a 30/04/1970 20/04 a 14/10/1965 14/10/1965 a 30/09/1966 30/09/1966 a 30/09/1967 01/10/1967 a 01/04/1969 01/04/1969 a 30/04/1970
Enzo Del Carratore (Diretor Associado em Exercício)		01/05/1970 a 04/08/1971
	Ataliba Teixeira de Castilho	03/02 a 04/08/1971
Olga Pantaleão	Domingos Viggiani	05/08/1971 a 08/09/1975
Jubert Sanches Cibantos		09/09/1975 a 19/03/1979
	Vilmo Guimarães Melo Vilmo Guimarães Melo (Vice-Diretor em exercício)	11/12/1975 a 10/12/1979 20/03 a 10/12/1979
	Alvanir de Figueiredo (Vice- Diretor em exercício) Alvanir de Figueiredo	11/12/1979 a 29/06/1980 11/12/1979 a 10/12/1983
Manoel Lelo Belloto		30/06/1980 a 29/06/1984
	Mário Mascherpe	28/06/1984 a 27/06/1988
Alvanir de Figueiredo		18/07/1984 a 17/07/1988
Jayme Wanderley Gasparoto	Yoshiko Tanabe Mott	19/07/1988 a 18/07/1992
Candido Giraldez Vieitez	Maria Izabel Leme Faleiros	20/07/1992 a 19/07/1996
Mariângela Spotti Lopes Fujita (Diretora Pró-Tempore)		22/07 a 03/09/1996
Antônio Geraldo de Aguiar	Arlêta Nóbrega Zelante	04/09/1996 a 03/09/2000
Kester Carrara		04/09/2000 a 23/09/2003
	Tullo Vigevani	04/09/2000 a 25/08/2004
Maria Candida S. Del Masso		03/11/2003 a 25/08/2004
Paschoal Quaglio (Pró-tempore)		26/08/2004 a 15/11/2004
Tullo Vigevani	Maria Candida S Del Masso	16/11/2004 a 15/11/2008
Mariângela S.Lopes Fujita	Heraldo Lorena Guida	16/11/2008 a